



Luís Miguel Preto Batista é natural de Castelo Branco, onde nasceu em 04-10-1968. Reside no Entroncamento há 27 anos.

Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa – “Luís da Camões” (U.A.L.), em 1990, é, actualmente, Professor do Quadro de Nomeação Definitiva na Escola E.B. 2,3 – Febo Moniz – Almeirim.

O seu trabalho de investigação sobre a área dos concelhos ribatejanos de Entroncamento, Golegã e Vila Nova da Barquinha iniciou-se, ainda, na tese de licenciatura, onde tratou o tema “CARDIGA OU

A HISTÓRIA DE UMA QUINTA” – cuja súmula foi publicada na “Revista da Escola Superior de Educação de Santarém”, em Setembro de 1993.

Foi membro da “Comissão das Comemorações do Cinquentenário da Benção e Inauguração da Igreja Paroquial do Entroncamento”, altura em que publicou o estudo intitulado “Alguns Elementos para a História da Igreja no Entroncamento”, na revista comemorativa do referido Cinquentenário (1992).

Em 1995, viu publicado o seu livro “Os Casais das Vaginhas” pela Câmara Municipal do Entroncamento, cujo lançamento esteve integrado nas “Comemorações do Cinquentenário do Concelho do Entroncamento”, que conheceu 2ª edição um ano depois.

Em 1996, publicou a biografia de “José Duarte Coelho: O Homem e o Autarca” na revista comemorativa do 70º aniversário da criação da Junta de Freguesia de Entroncamento.

Em 1997, preparou, anotou, e comentou o livro “Elementos para a História da Paróquia do Entroncamento”, da autoria do Rev.º Pe. Martinho Mourão e de parceria com a Dr.ª Manuela Poitout, publicou o livro “História da Imprensa no Entroncamento”. Estes lançamentos estiveram integrados nas comemorações do 50º aniversário do jornal “O Entroncamento”.

Desde 1994 colabora no jornal “O Entroncamento” e, mais recentemente, no jornal “Novo Almourol”.

De entre os projectos educativos a que deu o seu contributo destaca-se a área de “História ao Vivo”, subordinada ao tema “Feira Medieval”.

Em 1992, participou e dinamizou, na “Escola Secundária de Caneças”, um dos referidos projectos. Em 1994, foi a vez de se empenhar num projecto idêntico na “Escola Preparatória e Secundária de Riachos”.

Nas duas foi co-autor da edição de um Roteiro sobre Feiras Medievais e a Idade Média. No Roteiro de Riachos foi responsável pela publicação do fac-simile do original, ainda inédito, da “Carta de Feira de Torres Novas” (1273), sua transcrição e tradução livre.

Actualmente, está a trabalhar na identificação, recolha e estudo de fontes documentais com interesse para os concelhos de Entroncamento, Vila Nova da Barquinha e Golegã.

Luís Miguel Preto Batista

A Quinta da Ponte da Pedra



Luís Miguel Preto Batista

A
Quinta
da
Ponte da Pedra

FICHA TÉCNICA

Título da Obra: "A Quinta da Ponte da Pedra"
Autor: Luís Miguel Preto Batista
Editor: Câmara Municipal de Entroncamento
Ilustração da Capa: *Açude da Quinta da Ponte da Pedra no Inverno (1985-1988)*, por Walter Reis
Execução Gráfica: Entrobit, Lda. – Entroncamento
Impressão: Gráfica Almondina, Progresso e Vida – Torres Novas
Tiragem: 1.000 ex.
Depósito Legal: 129052/98



Edição da Câmara Municipal de Entroncamento
– 1998 –

À memória de
D. Maria Isabel de Mello e Lima Falcão Trigoso
e de seu genro, D. António da Cunha (Olhão),
grandes beneméritos do Entroncamento;

Ao meu grande amigo e colega,
Dr. Mário Olímpio Clemente Ferreira,
e seus pais "(...) moradores *ha Ponte da Pedra*".

PREFÁCIO

Como poderemos constatar, o presente trabalho resultou do profundo gosto pela investigação histórica do nosso Concelho, o que muito me satisfaz, por um lado por ser entroncamentense e por outro pela minha formação académica.

Para que a ignorância do passado não se limite a prejudicar o conhecimento do presente, é necessário investigar, independentemente dos métodos e das linhas orientadoras que se sigam.

O confronto de ideias e, por vezes, o choque das mesmas produz conhecimento. Se este resultar de uma investigação, cuidada e meticulosa, baseada em documentos, em tradições e na observação, o conhecimento disponibilizado revela-se de grande importância. E, sendo o conhecimento do passado algo em progresso que, ininterruptamente, se transforma e modifica, este livro apresenta um ponto de vista devidamente fundamentado sobre uma realidade histórica, ao mesmo tempo que poderá ser partilhado, discutido ou contrariado por outros autores.

Acredito que aquilo que há de mais profundo em História, poderá ser também o que existe de mais seguro e admito que o que desconhecemos pode ser o que é realmente verdadeiro. Jamais se trata de um estudo acabado, porque em História não há pontos finais, mas sim vírgulas, e sobretudo muitos ponto e vírgula.

Considero que Luís Batista cumpriu bem a sua função de investigador, pois manteve em diálogo o triângulo vital para se fazer História: Passado, Presente e Futuro, e por isso merece ser chamado historiador e não antiquário. Como dizia Marc Bloch: "Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida".

«*Finis Coronat Opus*» diziam os Latinos. De facto, o fim vem coroar este belo trabalho, fruto de empenho e muita dedicação por parte do autor.

Creio que esta obra contribuirá, sem dúvida, para um aprofundar do conhecimento sobre a nossa história local. Pois, o verdadeiro progresso nasceu no dia em que a dúvida se tornou, como dizia Volney, «*examinadora*».

Maria da Conceição dos Anjos Serra

INTRODUÇÃO

“Para os menos avisados o concelho do Entroncamento, devido ao seu reduzido espaço geográfico, pouco ou nenhum interesse arqueológico terá. Porém, a realidade é um pouco diferente”.

Assim escreviam Júlio Pereira, José Gomes e Joaquim Murcela no jornal *“Notícias do Entroncamento”*, em 06/05/94.

Nós diríamos mais, não é só no campo arqueológico que o Entroncamento tem interesse², mas em muitas outras épocas históricas: os assuntos tratados neste livro levantam o véu sobre algumas destas questões.

Proferir frases como esta: *“O Entroncamento não tem História”*, ainda por cima com certo desdém, é uma estultícia sem tamanho, que não abona nada em favor da verdade. O que vem fazendo falta, neste concelho, há já alguns anos a esta parte, é um grupo de estudiosos, patrocinados pela Autarquia, que se encarregue do levantamento e respectivo estudo das fontes documentais que digam respeito à região em que o Entroncamento se veio a implantar. Pela nossa parte temos feito o que podemos, e, felizmente, que existem muitos colegas a trabalhar nos vários períodos históricos e áreas do saber, desde a Pré-História até à actualidade.

Urge criar um organismo que promova umas *“Jornadas”*, *“Congresso Histórico”*, ou como lhe queiram chamar, onde os nossos investigadores possam dar a conhecer os seus estudos e através do qual vissem publicados os seus trabalhos.

O presente trabalho surgiu através da minha colaboração com o Jornal *“O Entroncamento”*, no período de comemoração do *“Cinquentenário”* deste periódico. Foi publicado no referido quinzenário, entre os números 880 (14/09/1995) e 897 (09/05/1996).

Hoje, graças ao jornal *“O Entroncamento”* e à Câmara Municipal de Entroncamento, sai a lume esta obra que vem enriquecer o património historiográfico da nossa cidade, preservando, simultaneamente, as raízes históricas da nossa herança cultural respeitantes à Quinta, à Ponte e ao Lugar da *Ponte da Pedra*.

¹ In *“Novas Descobertas Arqueológicas no Entroncamento”* (Povoado Calcolítico da Ribeira de St^a Catarina).

² Veja-se a estação paleolítica do Casal do Conde, que se refere no artigo mencionado e cuja informação foi publicada no *“Notícias do Entroncamento”* de 23/01/87, o Povoado Calcolítico da *Fonte do Bonito* (N.E. de 02/07/93), e ainda a primeira das estações arqueológicas que no I Capítulo adiante se apresentam.

Este trabalho, embora no essencial seja o mesmo que se publicou n' "O Entroncamento", encontra-se mais enriquecido com vários documentos recolhidos posteriormente, pois a História não é uma ciência exacta, e o saber que dela provém não é estático, estando em constante e permanente evolução.

Apraz-me registar que os documentos que, neste livro, vão publicados e estudados sobre a construção da "Ponte da Pedra", foram por mim encontrados, por mero acaso, na Torre do Tombo. Não estão microfilmados e alguns correm o risco de desaparecer, pois o pigmento com que foram escritos é tão forte que está a queimar o papel. Não fora a "sorte" e talvez nunca viéssemos a saber qual a origem real da "Ponte da Pedra".

Desde pequeno que sempre me fascinou a Quinta da Ponte da Pedra. Hoje, graças à minha licenciatura em História que me forneceu os métodos de trabalho necessários, tentarei responder a algumas perguntas para satisfazer a minha curiosidade, que penso seja a mesma de muitos Entroncamentenses.

Eis as questões:

- Qual a origem do nome "Ponte da Pedra" ?
- A que período remonta a "Ponte da Pedra"?
- Quem construiu o solar e a capela, na "Ponte da Pedra"?
- Qual a relação da Quinta da "Ponte da Pedra" com o Entroncamento?

Como já escrevemos, de parceria com a Dr.^a Manuela Poitout, na conclusão do nosso livro "História da Imprensa no Entroncamento":

"Júlio de Sousa e Costa, historiador da nossa região que se debruçou em especial sobre o concelho da Barquinha, ao qual o Entroncamento pertencia na altura, dizia nos anos 30:

"Não está feita a história desta região".

Volvidos 60 anos, podemos afirmar que uma grande parte da história do nosso concelho ainda está por fazer."

Oxalá que este livro sirva para desfazer um pouco desta verdade.

Entroncamento, 24 de Novembro de 1998

Luís Miguel Preto Batista
(Licenciado em História)

I - O LOCAL

A) NA PRÉ-HISTÓRIA

O local onde hoje se encontra a Quinta da Ponte da Pedra, bem como toda a região de Entroncamento e concelhos limítrofes, foi percorrido por populações pré-históricas do Paleolítico Inferior (primeiro período da Idade da Pedra Lascada), como muito bem demonstram recentes prospecções arqueológicas. Em certos locais, estas populações deixaram restos dos seus acampamentos e dos materiais líticos (objectos de pedra) que produziram. Exemplo do que acabo de dizer é o artigo inserto no jornal "Notícias do Entroncamento", de 8 de Maio de 1991 e do qual passo a apresentar alguns extractos, com a devida vénia:

"Descoberta Estação Arqueológica nas imediações do Entroncamento".

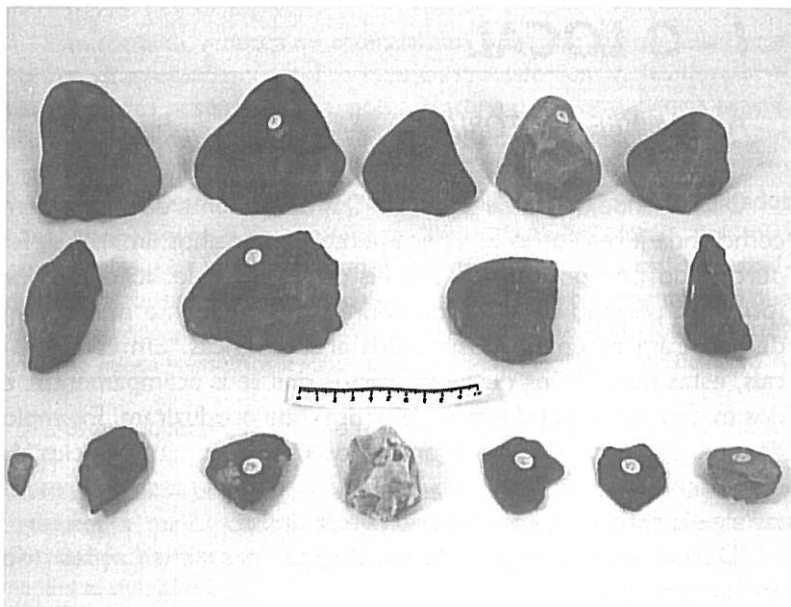
"Nas proximidades do Entroncamento foi localizada uma estação arqueológica com vestígios de ocupação humana no Paleolítico.

Aquela situa-se nas imediações da Quinta da Ponte da Pedra, a norte da via férrea, numa camada de argilas vermelhas sobrejacentes a um terraço do Tejo com muitos calhaus rolados, que se desenvolve próximo da cota dos 45 metros.

Esta descoberta deve-se a elementos do Núcleo de Arqueologia [Núcleo de Arqueologia da Associação Histórico-Cultural de Vila Nova da Barquinha] que tem vindo a exercer a sua acção de pesquisa e estudo nos concelhos de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

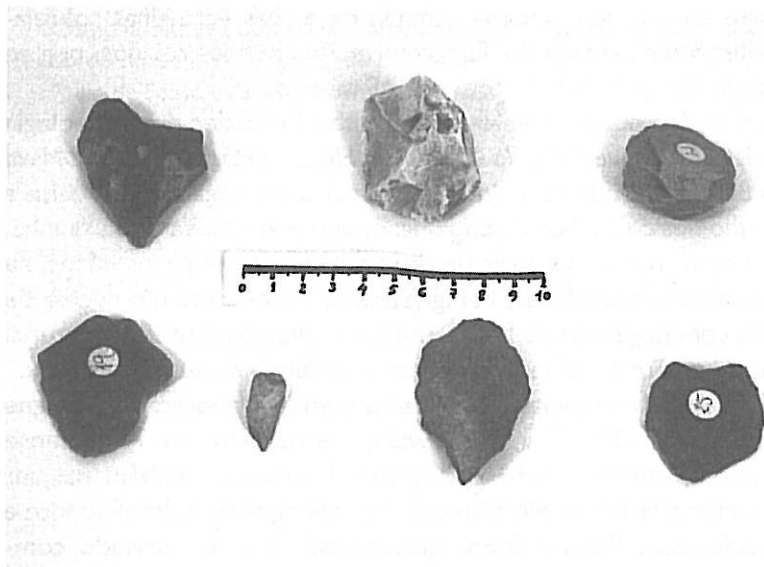
Foram recolhidas mais de duas dezenas de objectos líticos, na sua maioria raspadores. Foi igualmente encontrado um núcleo de sílex com negativos de lascas, um buril talhado no mesmo material e um número considerável de lascas residuais de seixo e de sílex.

As peças recolhidas, classificadas com a colaboração do insigne arqueólogo, Dr G. Zbyszewski, pertencem ao Acheulense Superior, embora tenha sido possível detectar também alguns objectos e lascas a utilização das técnicas tayacense, levalloisense e mustierense. Estas culturas correspondem a um período com-



Material lítico recolhido nas imediações da Quinta da Ponte da Pedra, referido no artigo de Júlio Manuel Pereira.

– Fotos de J. Marques Diogo –



preendido entre 350.000 a.C. e 75.000 a.C., o que significa que abrangem o mesmo período cronológico da ocupação pré-histórica referenciada pelo Dr. G. Zbyszewsky e Dr. O. da Veiga Ferreira, entre o casal do Conde, o Pontão Pequeno [leia-se Portão Pequeno] e a Quinta da Cardiga, descoberta essa também publicada no "Notícias do Entroncamento."

Dr. Júlio Manuel Pereira

Pelo exposto, ficamos a saber que já no Paleolítico, o Homem Pré-Histórico se deslocou no território que viria a pertencer à Quinta da Ponte da Pedra. Tal não admira, pois a existência de cursos de água, entre os quais aqueles que viriam a ser conhecidos como "Ribeira de Santa Catarina" e "Ribeira da Atalaia", para já não falar do Rio Tejo, forneceria às populações recolectoras um generoso meio de subsistência.

Mais recentemente, um grupo de especialistas em arqueologia escavou, estudou e publicou informações sobre a Estação Arqueológica de "Casa Branca", perto da Quinta da Ponte da Pedra. É a notícia dessa campanha de escavação que passamos a transcrever¹:

"9 - CASA BRANCA

Freguesia e Concelho de Vila Nova da Barquinha,

Distrito de Santarém

Coordenadas U.T.M.: 29S ND 425645

Esta estação arqueológica localiza-se junto do km 84,5 da E.N. 30, nas imediações da Quinta da Ponte da Pedra, donde parte a estrada que se dirige para Tomar (E.N. 110). O seu interesse arqueológico foi inicialmente identificado em 1989, altura em que no local se realizaram as primeiras prospecções, tendo tais trabalhos prosseguido nos anos subsequentes. No seu conjunto foram aí recolhidas à superfície um total de 24 peças talhadas de quartzite, correspondendo quase exclusivamente a lascas e núcleos, estes últimos evidenciando frequentemente dimensões apreciáveis.

Em termos geológicos esta jazida situa-se num retalho do terraço Q4 do rio Tejo, que prolonga a extensa mancha do mesmo terraço que

¹ In "Nova Augusta", nº 9, 1995, p. 54, "O PALEOLÍTICO INFERIOR NA REGIÃO DE TORRES NOVAS. NOVOS ELEMENTOS PARA O SEU ESTUDO", por João Cunha Ribeiro, João Maurício e Pedro Souto, 9 - CASA BRANCA.

se desenvolve entre a Golegã e o Entroncamento, da qual se encontra aliás separado pelo encaixe da ribeira da Ponte da Pedra. Diversos trabalhos de aplanamento esventraram localmente o terraço, permitindo a dispersão à superfície de muitos dos constituintes da formação fluvial, entre os quais se detectaram as peças talhadas.”

No último Verão continuámos a ser surpreendidos por descobertas arqueológicas na zona da Ribeira da Atalaia, próximo da Ponte da Pedra.

Apresentamos a seguir ao leitor uma reportagem dessas descobertas paleolíticas, inserida no jornal “Notícias do Entroncamento”¹ e assinada pelo jornalista Lopes da Silva.

“Em trabalhos de prospecção na Atalaia Arqueojovem investiga paleolítico

Decorreu durante a última semana de Agosto um campo de trabalho internacional de âmbito arqueológico, gerido pela Arqueojovem (núcleo da Barquinha) na ribeira da Atalaia, próximo da Ponte da Pedra. Cerca de um milhar de achados de origem paleolítica coroaram de êxito a iniciativa, comprovando que a região do médio Tejo é riquíssima em vestígios da Pré-História.

O núcleo de Vila Nova da Barquinha da Arqueojovem - Associação Juvenil para a Preservação do Património Cultural e Natural, angariou uma significativa quantidade de peças de pedra lascada (quartzo e quartzito/seixo) características do Paleolítico superior e médio, o que quer dizer épocas da Pré-História da humanidade que remontam até há cerca de 38 mil anos atrás.

Os achados foram efectuados em duas áreas de prospecção localizadas na chamada ribeira da Atalaia, a norte da Ponte da Pedra, num vale a sudoeste da Atalaia, já relativamente perto do Bonito. Tratou-se de um campo de trabalho internacional que envolveu 27 jovens de

¹ Jornal. citado, nº 758, p. 11, de 04/09/ 1998. As fotografias que ilustram o artigo, na p. 16, não são do referido jornal, mas sim do periódico aí mencionado.



O local de prospecção arqueológica.

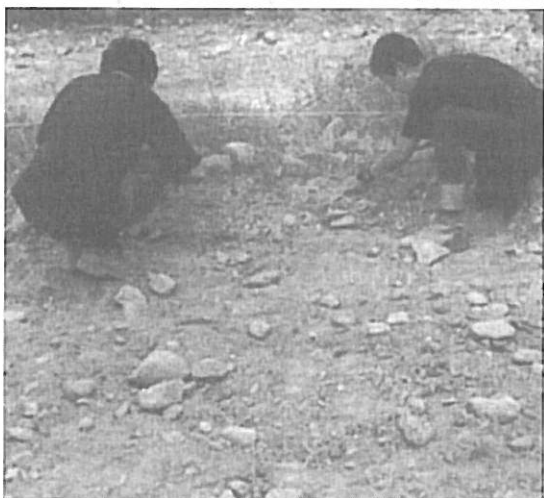
ambos os sexos, originários da França, Bélgica, Itália, Inglaterra, Hungria e naturalmente Portugal (alguns deles do Entroncamento). Em comum todos estes jovens têm o facto de estudar arqueologia no ensino superior ou então, num ou noutro caso, nutrir uma grande paixão por esta actividade científica.

Tendo decorrido entre 24 e 31 de Agosto, os trabalhos de prospecção agora efectuados, com o consentimento e colaboração do proprietário dos terrenos onde tiveram lugar, foram homologados pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA), e contaram com os apoios do Instituto português da Juventude (IPJ), das câmaras municipais de Vila Nova da Barquinha e de Vila de Rei (concelho no qual iriam decorrer algumas actividades na corrente semana), da Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário (EMEF) e da Escola Secundária da Barquinha (onde ficaram alojados parte dos jovens participantes).

Os materiais agora recolhidos vão ser submetidos a limpeza e estudos de análise. Esta acção veio na sequência de uma outra, de esca-



Duas perspectivas do campo arqueológico.¹



¹ Fotografias in "Novo Almourol", nº 209, Agosto de 1998.

vações, que decorreu em Junho passado na Fonte da Moita, próximo da Praça de Touros de Vila Nova da Barquinha, em local destinado à implantação duma urbanização."

Lopes da Silva

B) A ESTRADA ROMANA

Os Romanos chegaram à Península Ibérica no decurso da Segunda Guerra Púnica (luta entre Romanos e Cartagineses): ano 208 a.C.

Terminada a Guerra, por aqui se mantiveram, começando a exercer a sua influência sobre a Hispânia. Desde o séc. II a.C. até ao séc. V, altura em que a Península foi invadida pelos povos germânicos, os Romanos civilizaram os povos que já aqui habitavam.

Vejam, na opinião do Professor Veríssimo Serrão, em que consistiu esta acção civilizadora:

"Os Romanos organizaram a Península em vários domínios da administração, abrindo estradas, estimulando o comércio, batendo moeda, erguendo monumentos, aquedutos e pontes, fomentando a exploração de metais e mantendo a religião e a cultura.

Ficarão como exemplo as vias romanas, de que fornece notícia o célebre "Itinerário de Antonino", que ligavam as terras dos vários conventus (divisões administrativas) em dois grandes eixos: de Olisipo a Emérita (Mérida), e de Olisipo a Bracara, por Scallabis, Conímbriga e Portucale. O território era assim cortado em dois sentidos, estando o nó fundamental da rede viária em Scallabis.

(...) O quadro rodoviário dos nossos dias [anos 70] assenta ainda, em grande parte, no original traçado romano. A distância entre as principais cidades expressava-se nos marcos miliários que permitiam conhecer os trajectos. Assim se estabeleceu a unidade entre as várias terras romanizadas, levando a contactos mais estreitos. Também os cursos dos rios e dos outros acidentes fluviais pôde ser vencido, graças a

um sistema de pontes que estreitaram as comunicações antes inexistentes ou de difícil ligação."¹

Todo este intróito não serviu senão para introduzir os nossos leitores num tema mais específico: as estradas romanas.

Sabe-se que a nossa região era trilhada por diversas estradas romanas: uma principal e algumas secundárias. A principal era uma das mais importantes vias militares que seria a XVI do "Itinerário de Antonino" e que ligava Olisipo (Lisboa) a Bracara Augusta (Braga), passando por Ierabriga (perto de Alenquer), Scallabis (Santarém), Sellium (Tomar), Conímbriga, Aeminium (Coimbra), Talabriga (Branca, Albergaria-a-Velha), Lancobriga (Fiães, Feira), Cale (Gaia ou Porto) e Bracara (Braga). Esta via tinha uma extensão de 244 milhas (cerca de 360 km) entre Olisipo e Bracara Augusta.

Como curiosidade, podemos referir que o ITINERARIUM ANTONINI AUGUSTI foi elaborado nos inícios do séc. III d.C., no tempo do imperador Caracala. Consta de uma série de roteiros que indicavam as vias terrestres e marítimas, com menção das localidades e das distâncias que as separavam, expressas em milhares de passos (1.000 passos= 1.478,50m).

Do percurso que levava a estrada, de que estamos tratando, entre Santarém e Tomar, não existem² estudos exaustivos elaborados pelos grandes especialistas no período romano, como é o caso de Jorge Alarcão. Na sua obra "Portugal Romano" nada diz sobre este troço.

Numa outra sua obra, "O Domínio Romano em Portugal", editada em 1988, aborda o tema, ainda que de uma forma bastante ligeira, quando diz na página 86:

"No seu caminho para Braga, a estrada seguia direita a Sellium, correspondente à moderna Tomar (5/26). O achado de miliários em Tomar confirma a informação do Itinerário. O percurso exacto da via entre Scallabis (Santarém) e Sellium (Tomar) não é conhecido; uma recta entre as duas cidades coincide, porém, com a indicação miliária do Itinerário, pelo que a estrada não devia afastar-se muito dessa linha. Talvez entre elas houvesse uma estação intermediária, mas nenhum dos vestígios arqueológicos identificados ao longo do percurso

1 In "História de Portugal", vol. I, p. 49.

2 Em 1995.

parece corresponder a vicus ou mansio" [núcleos urbanos de média e pequena importância].

Uma vez que junto deste grande especialista não encontramos resposta satisfatória para as nossas questões, vamos ver o que nos dizem outros estudiosos que a este tema se dedicaram.

Já em 1927, Vieira Guimarães, na sua obra intitulada "Thomara-Sta Iria", defendia a tese de que a via romana, que estamos tratando, vinha de Santarém, passava por Atalaia', Asseiceira, entrando na Civitas de Tomar, pela sua zona oriental. Concordando inteiramente com esta tese, vamos tentar apresentar documentos e informações que corroborem este estudo, demonstrando assim que, pelo local onde passa a estrada Golegã/Entroncamento/Tomar (antiga Estrada Nacional N^o 365 – E.N. 365), deveria passar uma estrada romana. De igual forma, no sítio onde se situa a "Ponte da Pedra" deve ter existido, originalmente, uma ponte romana, integrada na XVI via mencionada no "Itinerário de Antonino". Porém, este segundo aspecto ficará para outro capítulo.

Sem pretender afirmar-me como perito nesta questão, porque não o sou, vou tentar fazer valer o meu ponto de vista, socorrendo-me de fontes escritas que nos ficaram sobre o troço da estrada romana entre Santarém e Tomar.

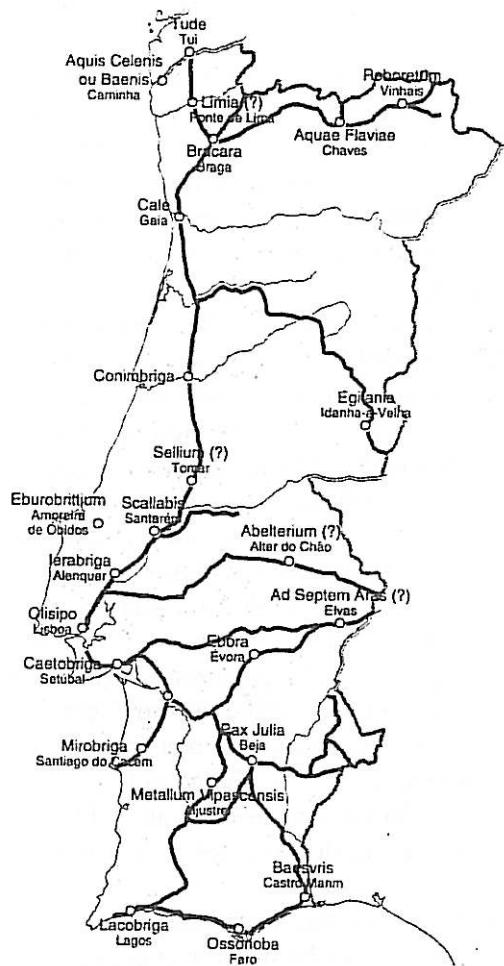
Partindo do pressuposto de que até ao reinado de D. Maria I (1776-1816) não se fizeram grandes estradas em Portugal, é de concluir que as informações que iremos fornecer se refiram à estrada romana que ligava Lisboa a Braga.

Começando por Santarém, faremos uma breve viagem até Tomar, através de alguns documentos e informações de várias épocas.

Em 1554, um sacerdote italiano chamado Confalonieri, partindo de Lisboa, percorreu o caminho medieval português para Santiago de Compostela. Ora, este caminho seguia a estrada romana Lisboa/Braga.

Partindo de Santarém, este nosso peregrino seguiu por Alcanhões, Vale de Figueira, Azinhaga e Golegã. Sobre este percurso diremos apenas que em Pombalinho (entre Vale de Figueira e Azinhaga) há notícia de vestígios de uma villa romana (casa de

1 Ob. citada, pp. 14-15.



Portugal Romano, principais vias e cidades, segundo Jorge Alarcão (mapa adaptado).

campo/propriedade rural), hoje destruídos. De igual forma, em São Miguel (Golegã), perto do local da antiga Capela com este nome, existem vestígios arqueológicos de uma *villa* romana ainda por explorar.

Chegados à Golegã, ouçamos o que nos diz Confalonieri: "Golegã, vila pequena com uma boa igreja com relógio; depois fomos comer a Cardiga".

Sobre a Golegã, podemos constatar que por aí devia passar uma importante via de comunicação, pois ainda no início do séc. XVIII (1712) aí havia um "(...) juiz (...) da Portagem (...)", segundo a "Corografia Portuguesa" do Pe. António Carvalho da Costa.

A portagem era, tal como as passagens e as peagens, um tributo lançado sobre a circulação interna das mercadorias e cobrada quando da travessia das portas das cidades, das estradas, dos rios e dos portos.

Também a lenda sobre a origem do nome *Golegã* corrobora a tese da via romana: não esqueçamos que qualquer lenda tem sempre um fundo de verdade! Através de Pinho Leal, e do seu dicionário geográfico intitulado "Portugal Antigo e Moderno" (vol. III-1874) ficamos a saber que:

"Teve início esta *villa* em uma estalagem que aqui estabeleceu uma gallega, no reinado de D. Afonso Henriques, ou de D. Sancho I. No reinado de D. Afonso V, já aqui havia uma povoação.

À estalagem chamavam *Venda da Gallega*, e depois se mudou para *Villa Gallega*, e por fim se corrompeu no actual nome.

Esta mulher tinha primeiro vivido alguns annos em Sanctarem.

(...) Por estar [a vila da Golegã] sobre a antiga estrada real [antiga estrada romana] de Lisboa para o Porto, prosperou muito até ao reinado de D. Maria I, em que se abriu a nova estrada real por Leiria e Pombal, ficando a chamar-se esta, estrada velha".

São, ainda, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, no seu "Diccionario de Portugal", vol. II, publicado em 1907, quem nos dá mais uma achega sobre esta estrada, quando nos dizem: "A *villa* teve principio numa estalagem, (...) que aqui estabeleceu uma mulher, natural da Galiza, por ser um ponto muito frequentado por viajantes, principalmente pelos que transitavam de Sanctarem para Thomar e Coimbra."

Igualmente nos "Inquéritos Paroquiais de 1758" aparece uma referência de grande importância para esta questão.

É que, no "Inquérito Paroquial" da Paróquia de Santa Maria de Torres Novas, datado de 9 de Abril de 1758, diz o Prior, Pe. António Raimundo de Pina Coutinho em resposta à vigésima pergunta do questionário do referido inquérito:

"20 [Correio] O correio que vem da Corte de Lisboa deixa à segunda-feira na vila da Golegã, onde o correio desta vila manda buscar a bolsa, em que vêm as cartas que na terça-feira se repartem. O correio da Beira chega à mesma vila da Golegã, e a ela manda buscar as cartas o correio desta vila que se dão na quinta-feira (...)"

Pelo exposto se vê que era pela Golegã que passava a estrada de grande movimento (estrada real), de Lisboa para o Norte do País, e de Lisboa para a Beira, e não por Torres Novas.

Mas retomemos a viagem de Confalonieri: da Cardiga, prosseguiu por Atalaia e Asseiceira até chegar a Tomar, segundo a obra "Pelos caminhos de Santiago. Itinerários Portugueses para Compostela".

Façamos, novamente, outra breve paragem para referir que, alguns documentos que consultei, ainda inéditos, se referem sempre a esta estrada, que ia da Golegã à Atalaia, como "estrada real" ou "estrada de Santarém", o que mais uma vez vem asseverar que a estrada romana foi utilizada durante toda a nossa história, até ao séc. XVIII, quando entrou em decadência, devido à abertura de uma estrada nova, por Leiria e Pombal, como já observámos em Pinho Leal.

No maço 30 dos "Conventos de Tomar, Ordem de Cristo", vamos encontrar algumas informações valiosas, até agora desconhecidas e esquecidas nos arquivos da Torre do Tombo.

O documento nº 17, do referido maço, refere várias "Verbas tiradas do tombo (...) da Comenda e da Vigairaria e da Cardiga", e pelo tipo de letra o documento parece datar do séc. XVI, uma vez que este não possui datação expressa¹.

¹ Este documento é um traslado, ou seja, uma cópia. O original do "Tombo da Comenda da Cardiga" data de 26 de Fevereiro de 1504. Encontra-se, também, no Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

Nele se diz que "Na Ribeira de Atalaia tem [a Cardiga] hũa grande herdade e parte (...) ao ponente polla estrada de Santarem (...). Outra courela (...) parte ao sul pela estrada".

O documento nº 5, do mesmo maço, diz-nos que "(...) junto à quinta da Cardiga (...) esta hũa ponte antiquis(s̄ i m)a e m̄ neces(s̄ a r̄ i)a para o serviço comum de todos os povos, E isso mesmo da d(i t̄ a) quinta, (...) e caminhantes por ser em estrada muy seguida p(e r)a todos os lugares principais do Reino. (...) 27 [de] Março de [1]623 (...)".

Numa outra folha que integra o mesmo documento diz-se:

"No termo [área territorial que cada concelho abrangia] da Villa da Gollegã junto a hũa quinta (...) esta hũa ponte que chamão da Cardigua a qual he m(u i)to antigua e necessaria p(e r)a serviço comum de todos os povos e lugares principais deste Reino e ainda de Castela por ser estrada real e mui seguida. (Abril, 20 de 1623)".

Prosseguindo o seu percurso, a estrada romana passaria pelo local onde depois se veio a localizar a vila de Atalaia.

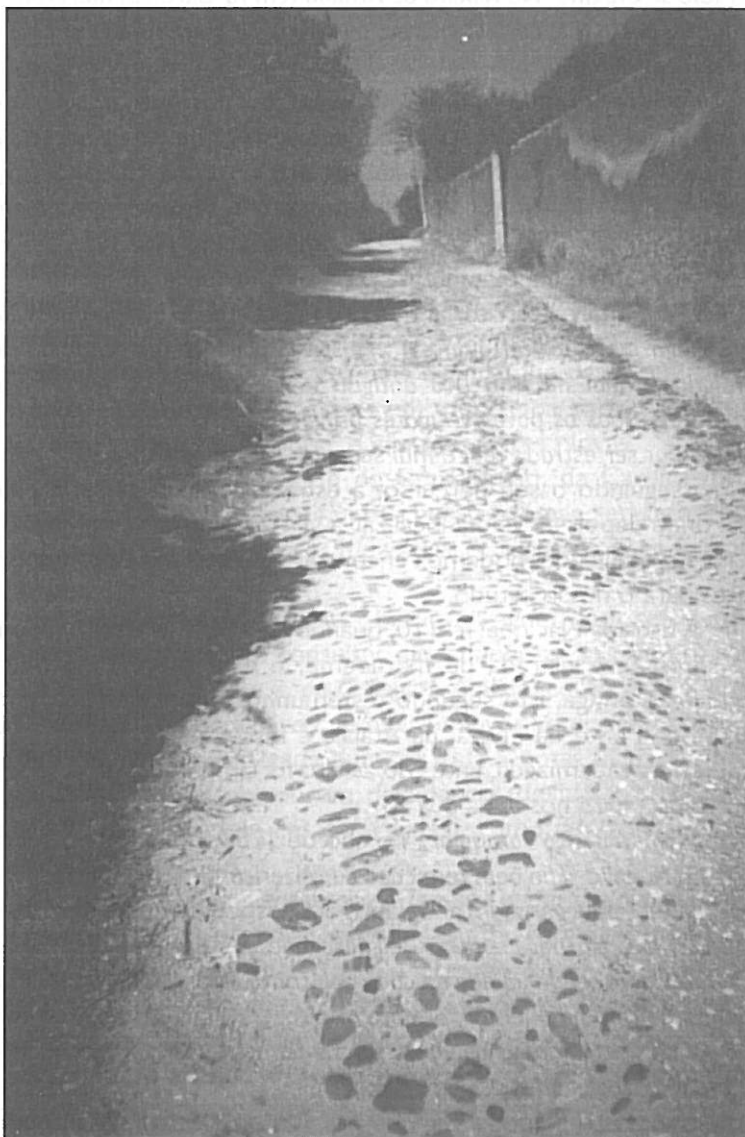
Nesta localidade, podemos encontrar sete testemunhos importantes para o nosso estudo.

1º A Estrada Nacional nº 110, quando foi feita e asfaltada, assentou sobre uma estrada de macadame, e esta sobre uma outra muito mais antiga, isto segundo testemunhos orais que recolhi na Quinta da Ponte da Pedra, na Atalaia e Moita. A estrada nº 365, também macadamizada, antes do asfalto foi cimentada: experiência do Estado Novo nos anos 30.

2º No "Inquérito Paroquial", do ano de 1758, pode ler-se, sobre a vila de Atalaia: "Tão bem tem caza de Misericordia (...), e tem anexo hũ Hospital [albergaria, local de abrigo e hospedagem], para os passageyros, e Caza para todo o Religioso que vay de passagem poder pernoutar, cuja renda liquida he cada ano trinta mil reis e teve seo principio no de mil, quinhentos, oitenta, e oito. (...) Por ella passa o correyo quando vay para a Beyra as terças feiras e nas quartas quando volta para Lisboa todas as semanas (...)".

Pelo exposto se pode ver que por Atalaia passava uma importante via de comunicação.

3º A actual "Rua Luís Picciochi" era, ainda no séc. XIX, conhecida como "Rua Direita de Santarém". Informação contida no jornal "O Entroncamento", nº 6 de 15/12/1931.



Calçada do Séc. XVIII (?)
Atalaia – “Rua Luís Picciochi”.



Pedra cilíndrica, outrora Marco Miliário(?).
Atalaia – “Rua Luís Picciochi”

Esta lembrança diz-nos que por esta rua passava uma antiga estrada romana que vinha de Santarém.

4º Podíamos referir algumas fontes que nos falam das movimentações das tropas napoleónicas e das tropas das Lutas Liberais, desde Tomar até à Ponte da Pedra: não o faremos aqui, guardaremos essas informações para as referir no seu devido lugar. Neste momento, apenas queremos lembrar uma informação da obra escrita por Amorim Rosa, intitulada “De Tomar”: “A Vila de Asseiceira e o seu Termo” (21/12/69), sobre a retirada da 3ª invasão francesa: “Os Franceses Retiram!”

Na madrugada e manhã do dia 7 de Março de 1811, atravessou a vila de Asseiceira à testa do II Corpo de Exército do General Jean Ebenezer Reynier que, vindo de Santarém, *pela calçada Golegã – Ponte da Pedra – Atalaia, seguiu por Tomar – Cabaços – Espinhal – Ponte da Mucela.*”

5º As referências à estrada romana aparecem em vários documentos e textos historiográficos, embora indirectamente.

Exemplo do que acabo de dizer é o artigo publicado em 15/03/1931 pelo jornal "O Entroncamento" (o primeiro jornal que a nossa cidade teve com este título surge em 1930).

No número 8 do referido jornal aparece um artigo intitulado "A morte do Fialho", da autoria do Sr. Júlio de Sousa e Costa, da Barquinha, onde o autor, embora com outra intenção, se refere à estrada romana de que temos vindo a tratar.

Nessa "Crónica Barquinhense", como o próprio autor lhe chama, diz-se: "Ainda está na memória dos habitantes da Barquinha a tragédia ocorrida há muitos anos na séde dêste concelho ribatejano que foi um velhacoito de bandidos e ladrões de estrada que tinham entendimentos com a famigerada quadrilha da vila da Atalaia, operando as suas proezas no *Alto das Cruzes por onde passava a estrada velha de Tomar*". O itálico é nosso.

Como se pode observar esta quadrilha actuava em Atalaia: não esqueçamos que esta localidade possuía três cruzeiros...

6ª Também Madalena Picciochi, na sua obra "ATA-LAÁ - ATALAYA - ATALAIA" (publicada no jornal "Notícias do Entroncamento", entre 1980/1984) nos fornece informações valiosas sobre a estrada romana. Diz-nos ela: "Antigamente, as casas da Atalaia eram de um só piso, constituídas em adobe(...).

Além do palacete dos Condes de Atalaia, ainda se erguem algumas casas antigas como a da família Barbosa, (...). Estas casas foram constituídas, não em adobe, mas em taipa.

Da primitiva casa dos Barbosas, já não existe senão a cave com bons alicerces e que hoje está dividida. O prédio tinha janelas de sacada, protegidas com grades de ferro, as quais foram substituídas por janelas vulgares, de parapeito. As paredes foram substituídas por outras. Foi adquirida pela família Barbosa há cerca de 200 anos. (...) Foi a propriedade herdada por uma descendente que casou com Luís Gomes Coelho Picciochi, pais do actual presidente da Câmara da Barquinha [em 1984].

Passava por aqui a velhíssima estrada principal, vinda de Tomar."

Mais à frente, ao falar sobre a E.N. nº 110, que hoje vai passar junto ao Palacete dos Condes de Atalaia e à Igreja Paroquial diz-nos:

"Quando ainda não havia esta estrada, a estrada principal [na Atalaia] era pela actual "Rua Luís Picciochi", que passava pela Fonte Velha (esta, quase vedada), vinda da Lamarosa [?] em direcção à Ponte da Pedra (...)."

7º Por fim, o meu testemunho: o que vou relatar pude observar com os meus próprios olhos, no dia 24/09/95, pelas 15 horas, e que desde logo registei fotograficamente.

Um pouco adiante da "Casa dos Barbosas", na "Rua Luís Picciochi", existe um troço de calçada que julgo ser do séc. XVIII. Talvez se trate de uma estrada mais antiga que tenha sido restaurada ao longo dos tempos, mas nas bermas ainda se podem observar pedras de um aparelho¹, que julgo ser, romano. Logo no seu começo, ao lado direito, está, o que penso pode ter sido, um marco miliário romano.

Junto dele, à sua direita, ergue-se uma fonte, possivelmente dos séculos XVII/XVIII.

Desde já, aqui deixo um apelo à Junta de Freguesia de Atalaia e à Câmara de Vila Nova da Barquinha: não toquem nesse troço de estrada, senão para a limpar. Asfaltá-la seria um crime contra o património da nossa região!

Avançando no seu traçado a via romana passaria pela actual Asseiceira.

Esta terra pertenceu aos Templários. Em 1218, o Mestre da Ordem doou a Pelágio Farpado e a todos os seus descendentes o lugar de Ceiceira, com a condição de ali fundar uma albergaria "(...) para nela servir a Deus, recolhendo e hospedando a todos os passageiros, fossem pobres ou ricos".

Quem nos dá esta informação é Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, na sua obra intitulada "Elucidário", no artigo "Tempreiros", p. 365 do tomo II.

Por esta notícia ficamos a saber que na Asseiceira passava uma importante via de comunicação e que esta, ao tempo (1218), só poderia ser romana.

De resto, é absolutamente impensável que os Templários mandassem fazer uma albergaria num local onde não passasse ninguém....

¹ Forma de construção.

Quase a chegar à *Civitas* de *Sellium* (Tomar), a via romana seguiria pela, hoje, estrada de Marmelais de Baixo, passando pelos locais onde hoje estão a Igreja de St^a. Maria do Olival e o cemitério de Tomar, entrando na cidade de *Sellium* em pleno coração do *Forum Romano*.

Quem nos fornece esta informação é a Dr.^a Salette da Ponte na sua obra "*Sellium – Tomar Romana*", quando diz:

"Dois marcos miliários do séc. III d.C. foram descobertos na 2ª metade do séc. XIX nas proximidades da Igreja de Santa Maria do Olival (Tomar), sendo um outro, achado nas proximidades de Santarém, da mesma época."

A mesma autora confirma esta tese no seu estudo, sobre Tomar, intitulado: "*A Cidade: memórias e sobrevivências históricas*" publicado no "*Boletim da Câmara Municipal de Tomar*", nº18, de Março de 1993, página 145 e seguintes.

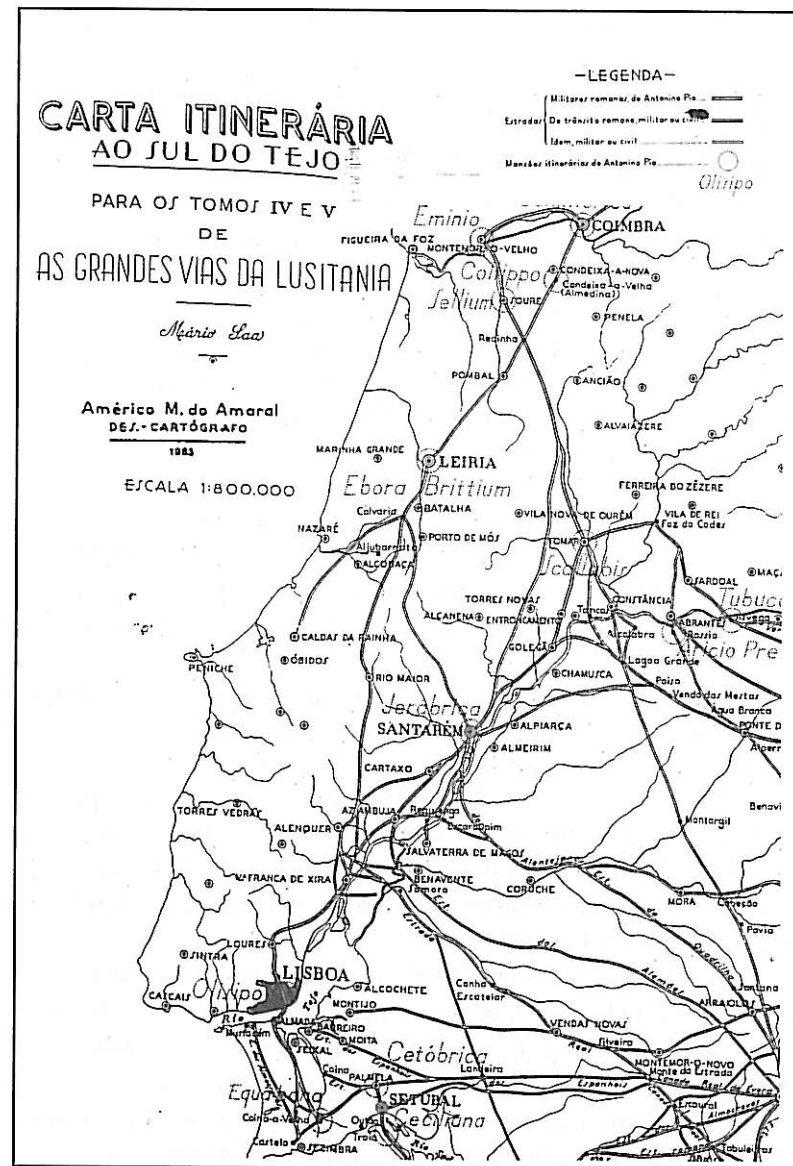
Àqueles que lerem este estudo e se interrogarem sobre as provas arqueológicas, para todo o traçado, responderei apenas com esta ideia de Veríssimo Serrão: "*O quadro rodoviário dos nossos dias assenta[va até há poucos anos], ainda em grande parte, no original traçado romano*".

Para aqueles que pensam que não dei credibilidade a outros trabalhos, dir-lhes-ei que tal assim não foi. Li e analisei alguns, embora não concorde com eles.

Sabe-se que existiam vias romanas secundárias na nossa região.

A *villa* romana de Cardílio seria servida por alguma delas; conhecem-se vestígios de um troço de via romana no concelho de Torres Novas: ao cimo do Bom Amor.

No local onde hoje se situa a *Meia Via* ainda o topónimo conserva a designação que os Romanos davam às suas estradas: *via*. Embora não nos mereça crédito a afirmação, feita em 1936, por Artur Gonçalves na sua obra "*Mosaico Torrejano*", quando diz que a *Meia Via* era assim designada por ficar exactamente a meio caminho na antiga estrada real, de Lisboa a Coimbra, ponto que era marcado pelo poço público do lugar, o que não pode ser verdade, como já atrás ficou demonstrado, é bem verdade que o nome é sintomático de o lugar ficar a meio caminho entre dois locais situados algures.



Carta Itinerária ao Sul do Tejo, para os Tomos IV e V de "As Grandes Vias da Lusitânia, por Mário Saa.

Também Mário de Sáa, na sua obra "As grandes vias da Lusitânia", diz ter localizado um troço de estrada romana entre Barquinha e Tomar: como a Barquinha, como localidade, só passou a existir a partir de fins do séc. XVI, provavelmente esse seria algum troço secundário entre alguma *Villa* romana ou algum entreposto romano (veja-se o caso do lugar denominado Pedregoso, hoje integrado em Vila Nova da Barquinha) e a via principal que seguia para Tomar.

Não descurei o trabalho de Carlos Batata e Filomena Gaspar - "Um troço de estrada romana inédito" - onde se fala da via existente entre Torres Novas e Tomar.

Embora este trabalho seja da maior importância para o conhecimento da nossa região durante o período romano, inclino-me mais para a tese da Dr.^a Salete da Ponte sobre esta via romana. A sua ideia encontra-se expressa na sua obra, já referida, "A cidade: memórias e sobrevivências históricas".

Nela, a autora propõe que essa estrada seria a estrada romana que proviria da zona de *Villa de Cardílio*, passaria em Tomar, pela margem direita do Nabão (pela antiga "Rua Direita dos Açougues", hoje "Rua Infantaria 15") e seguiria para *Collipo* (São Sebastião do Freixo - Leiria).

Quase a completar o estudo deste sub-capítulo, queria deixar aqui expressa a opinião de Amorim Rosa, sobre as estradas romanas na nossa região. Diz ele:

"No tempo em que aqui mandavam os romanos, estes, depois de vencido o glorioso Viriato, trataram de sulcar o País de estradas estratégicas, para que, as suas tropas, prontamente, pudessem acorrer a sufocar qualquer tentativa de rebelião dos activos lusitanos, vencidos, mas não convencidos.

Entre essas estradas, vias, como eles lhes chamavam, figurava a de Santarém a Penela, que duplicava, neste troço, a grande rota Lisboa – Santarém – Conímbriga (...) – Braga, e dava ligação pela Nabância e Abrantes, à capital da Província, Mérida.

Mas a estrada não era muito apetecível: mal largava os campos ubérrimos da Golegã, atravessando o Ribeiro de Soudos, começava a galgar para a Atalaia (nome que indica Posto de Vigilância), e entrava em longas charneças, que só largava ao descer o fértil vale do Nabão e atravessar a Ribeira da Beselga.

Eram duas léguas bem puxadas, por terras ermas, a que só uma pequenina fonte (...) dava alegria ao caminhante, (...) convidando o viandante a repousar à sombra fresca do Salgueiral que crescera e se desenvolvera graças àquela água da Fonte que empapava as terras circundantes [hoje Fonte da Asseiceira]".

Embora não concorde inteiramente com ele, pelas razões já referidas, a sua opinião é de extrema importância, pois atesta a passagem de uma estrada romana pelo local que viria a ser conhecido como "Ponte da Pedra".

Para ilustrar a opinião de Amorim Rosa, socorri-me de um mapa da obra de Mário Sáa, intitulada "As Grandes Vias da Lusitânia" (1963). Embora tenha consciência que a obra deste autor seja alvo de contestação por algumas afirmações erróneas que contém, neste particular vai de encontro à tese de Amorim Rosa e de muitos outros autores de roteiros de viagens do séc XVIII, como veremos adiante em capítulo especial.

Enfim, após esta já longa exposição, pode ser que a minha tese não passe apenas de uma miragem. Porém, atrevo-me a lançar um desafio: com a construção do actual IC3, uma pequena parte da estrada Entroncamento/Golegã está desactivada, pois a ligação entre esta e o IC3 faz-se antes desse pedaço. Se quiserem tentar confirmar a minha tese (que afinal não é minha! Eu apenas a recolhi em vários documentos!) eis uma boa oportunidade: efectuem-se escavações nesse troço que eu referi e logo se verá o que lá se encontra.

Antes de terminar este item do meu trabalho queria ainda deixar um desabafo: Se o Pe. António Carvalho da Costa tivesse escrito aquilo a que se propôs na sua "Corografia Portuguesa" (vol. III - 1712), teríamos hoje a certeza dos locais por onde passava a estrada romana de que temos vindo a tratar.

É que ele, na introdução ao "Livro Segundo" da já citada obra, onde trata "Da Província da Estremadura", enuncia como propósito seu oferecer aos leitores, no fim de cada capítulo sobre as várias comarcas que compunham a referida província, "(...) hum breve roteyro da cidade de Lisboa para as principais povoações do Reyno".

I Amorim Rosa, "De Tomar": "A Vila de Asseiceira e o seu Termo" (21/12/69).

Como as Comarcas de Tomar e de Santarém eram duas das sete que compunham a Província da Estremadura, ficaríamos a saber quais os caminhos a seguir, em 1712 (anteriormente à estrada de D. Maria I), partindo de Lisboa: Infelizmente tal não aconteceu!

Ou o autor se esqueceu deste pormenor – fundamental para o nosso estudo – ou não obteve informações, ou não teve tempo para as incluir na sua monumental obra.

C) A RIBEIRA DA ATALAIA

No séc. XVI, na nossa região existiam a vila de Atalaia, a aldeia da Moita e os Casais das Bajinhas ou Baginhas (hoje, Vaginhas).

Pela zona corria, vinda de Atalaia, uma ribeira conhecida como "Ribeira da Atalaia".

Sobre a "Ribeira da Atalaia", no mesmo sítio onde mais tarde se levantaria a "Ponte da Pedra", erguia-se a "Ponte da Atalaia", também conhecida por "Ponte da Ribeira da Atalaia".

Esta ponte era muito importante, pois dividia os limites dos concelhos de Santarém e Atalaia.

Isto mesmo se pode ler no "Numeramento de 1527" (o primeiro recenseamento que se fez em Portugal, no reinado de D. João III), onde se diz: "It. Esta vila de Samtare(m) tem de termo, a saber: (...) It. Pera a parte de Tomar tem 5 legoas de termo, que he de Samtare(m) ate a pomte dAtalaya, isto he pera a parte do norte"¹.

Como vimos, sobre a "Ribeira da Atalaia" existia uma ponte, conhecida por "Ponte da Atalaia".

Esta seria romana, pois, como veremos adiante, era "antiquissima".

As referências à "Ribeira da Atalaia" e à sua ponte podem ser encontradas, já em 1504, no Tombo (registo de propriedades) da Quinta da Cardiga.

¹ Este documento encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Núcleo Antigo nº293; "Povoação da Estremadura no XVI. século". Também já foi publicado por A. Braamcamp Freire, "Arquivo Historico Portuguez", vol.VI, nº7, Lisboa, Julho de 1908.

Aí se diz que: "Na Ribeira da Atalaia [a Quinta da Cardiga] tem hũa grande herdade e parte ao norte com a ponte (...) ao levante com a Ribeira (...). Outra courela acima da ponte (...). (...) Outra courella (...) & parte (...) ao ponente com a Ribeira que vai pera a Cardiga (...)".

Por aqui ficamos a saber que a "Ribeira da Atalaia" passava pelas terras da Quinta da Cardiga. Ia, depois, desaguar no Rio Tejo.

A referida Ribeira, depois de passar a "Ponte da Atalaia", perdia o seu nome para se passar a chamar "Ribeira da Cardiga", uma vez que entrava, atravessava e desaguava em terras da "Quinta da Cardiga", pertença da Ordem de Cristo.

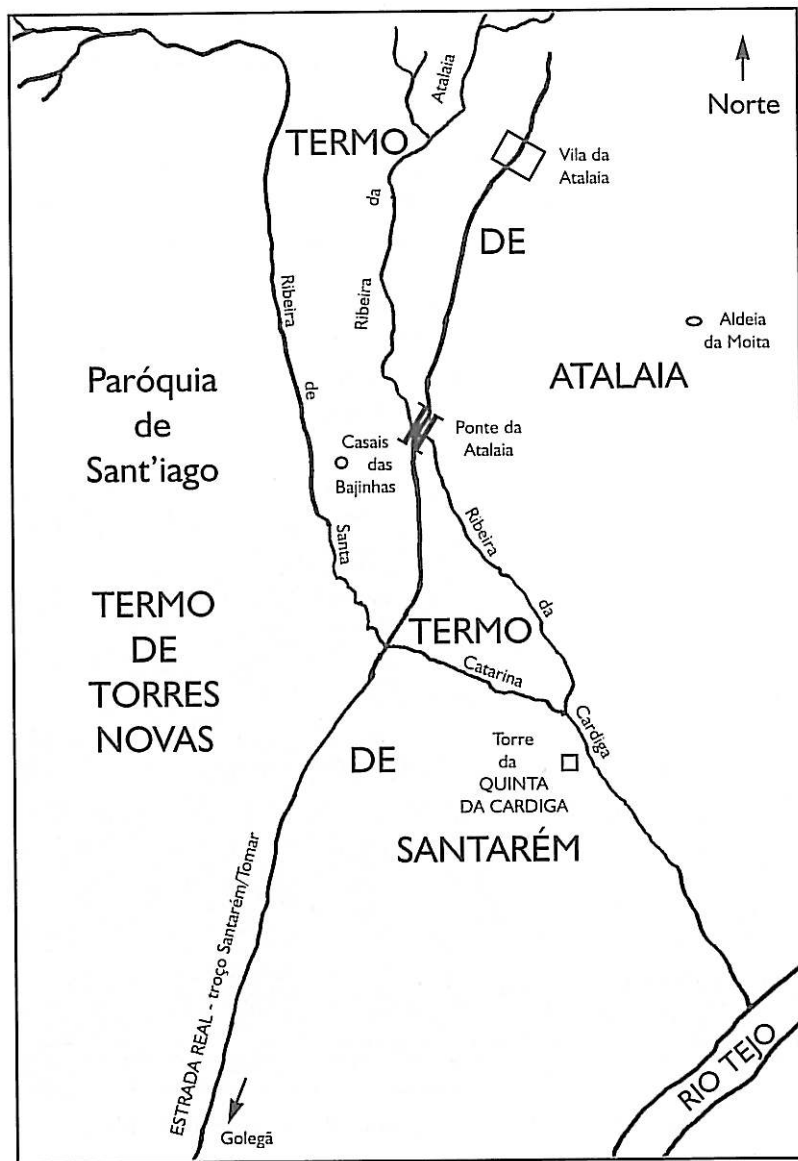
Podemos afirmar isto, porque é assim que a Ribeira em causa aparece apelidada no "Primeiro Mappa Topographico dos Campos da Cardiga, Almourol e Martintina", já por nós estudado e publicado¹, e do qual se pode observar a seguir um pormenor.



Pormenor do 1º Mapa Topográfico dos Campos da Cardiga.

¹ In "Os Casais das Vaginhas", por Luís Batista. Edição da C.M.E., 1995 (1ª edição) e 1996 (2ª edição), pp. 19 - 20.

A Região dos Casais das Vaginhas / Ribeira da Atalaia, no séc. XVI (1504)¹, antes da mudança de curso do Rio Tejo.



¹ Vejam-se os mapas: "Séculos XIII-XIV (...) O termo de Torres Novas" e "O Concelho de Torres Novas no séc. XVIII", in "Torres Novas e o seu Termo no Meio do Séc. XVIII", de João Carlos Lopes, 1998.

2 - A PONTE DA PEDRA

A) SUA CONSTRUÇÃO

Em 1623 (séc. XVII) a "Ponte da Ribeira da Atalaia" era já conhecida como "Ponte da Cardiga", uma vez que esta Quinta possuía uma grande propriedade, entre outras, onde hoje está o Parque de Campismo de Entroncamento - "CARDIGA CAMPING".

Essa ponte servia a estrada real que ia de Santarém para Coimbra. Como até ao reinado de D. Maria I (1777-1816) não se fizeram grandes estradas em Portugal, é de concluir que a "estrada real" seria a estrada romana e a "Ponte da Cardiga" uma ponte romana, como tentaremos provar adiante.

As informações que vamos referir encontram-se no maço 30 dos "Conventos de Tomar, Ordem de Cristo", arquivado na Torre do Tombo, em Lisboa.

Este maço possui um documento, ainda inédito, que estudaremos a seguir.

O documento nº5, do referido maço, intitula-se "Ponte da Cardiga" e congrega em si todos os papéis relativos à construção de uma nova ponte para substituir a chamada "Ponte da Cardiga" que se encontrava muito velha.

Por petição do Dom Prior do Convento de Tomar, realizada em 27 de Março de 1623, ficamos a saber que "(...) no termo da villa da Golegã, junto a quinta da Cardiga comarca da Villa de Santarém, esta hũa ponte antiquis[sim]a e muy neces[sari]a para o serviço comum de todos os povos, E isso mesmo da d[ist]a quinta, E de presente [se] vay arruinando de modo q[ue] se não se [l]he acudir a tempo cairá de todo com danno Monumental dos vesinho[s], e caminhantes por ser em estrada muy seguida p[er] todos os lugares principais do Reino.

P[er]e de se a S[ua] mag[ist]re de [que] conceda p[er]missão p[er] a q[ue] se faça finta na contia, e no modo q[ue] a [de]Vida informação constar (...)".

Pelo exposto, podemos observar que o Dom Prior do Convento de Cristo, de Tomar, pede ao rei Filipe III que dê licença



– Cardiga Camping –

Parque de Campismo de Entroncamento (anos 70).

para que se possa lançar finta, para a construção de uma nova ponte.

A finta ou fintas era uma contribuição municipal lançada quando as rendas do concelho eram insuficientes para fazer face às despesas concelhias. Destinava-se, sobretudo, a obter fundos para a realização de obras, tais como pontes, calçadas, edifícios públicos, e ainda à própria defesa da localidade e ao envio de procuradores às Cortes. As fintas eram impostos extraordinários, que variavam de acordo com as posses do contribuinte e as necessidades do município.

Dado que as mais das vezes as rendas dos concelhos não chegavam para as necessidades, os reis permitiam que se elevasse o quantitativo das fintas, desde que os oficiais da Câmara

escrevessem aos desembargadores do Paço, explicando qual o motivo do aumento.

Por carta de 28 de Março, do mesmo ano, o Rei Filipe III mandou pedir parecer sobre o conteúdo da petição que atrás vimos, ao corregedor da “vila de Santarém”. Incumbiu-o, também, de informar por escrito os desembargadores do Paço Real, doutores Diniz de Mello de Castro e Álvaro Costa Moniz.

Como tardasse a resposta régia, o Dom Prior do Convento de Cristo enviou nova petição para Lisboa. Nela se fornecem mais informações sobre a “Ponte da Cardiga” e o seu estado de conservação, que era péssimo devido ao muito uso a que estava sujeita. Aí diz-se que:

“No termo da Villa da Gollegã junto a hũa quinta do sop(l i c a n)te o Dom Prior do Convento de thomar esta hũa ponte que chamão da Cardigua a qual he m(u i)to antiga e necessaria p(e r)ta serviço comum de todos os povos e lugares principais deste Reino e ainda de Castella por Ser estrada Real e mui Seguida; Esta he tão guastada e arruinada e os alicerces estão Solapados [escavados; minados] e descubertos das agoas q(u e) não he possível deixar brevem(e n)te de Se arruinar e cair de todo o q(u e) Será em m(u i)to prejuizo dos viz(i n h)os e caminhantes por não tere(m) outra passage(m) Sem torcere(m) cousa de duas Legoas: pello q(u e) paresse devia V(o s s a) M(a g e s t a)de mandar Se fizesse nova ponte Supposto q(u e) os alicerces velhos estão em estado q(u e) Se não pode Sobre elles fazer obra algũa (como Se Le da informação junta): e posta agora em pregão mandar passar provizão de finta Da contia q(u e) nella for Lancado: V(o s s a) M(a g e s t a)de mandara o q(u e) for Servido:

G(u a)rde Nosso S(e n h)or a (...) pessoa de V(o s s a) M(a g e s t a)de por m(u i)tos annos

Santarém em Abril 20 de [1]623”.

Pela transcrição podemos observar que a “Ponte da Cardiga” era muito antiga, remontando, talvez, ao período romano. Esta ponte era construída em pedra, uma vez que os alicerces estavam escavados pelas águas: se fosse de madeira, os alicerces estariam apodrecidos.

Ficamos, também, a saber que era uma ponte muito necessária e utilizada porque se encontrava na estrada real que ia de Santarém a Coimbra.

O estratagema utilizado pelo Prior do Convento de Cristo, para conseguir que o Rei Filipe III mandasse fazer uma ponte nova, foi o de frisar que a "Ponte da Cardiga" era, não só, necessária para os povos e lugares principais do Reino de Portugal, mas também de "Castella": não esqueçamos que o rei era espanhol.

Em 3 de Maio de 1623, o Rei Filipe III mandou ao Corregedor da Comarca da vila de Santarém que pusesse a obra da nova ponte em pregão, isto é, abrisse concurso público, como hoje se diz. Devia receber os diversos orçamentos dos vários empreiteiros concorrentes e entregar a obra, a arrematação, àquele que oferecesse o mais baixo e mais seguro lanço, ou seja, a proposta que saísse mais barata ao Estado.

Em 15 de Julho de 1624, o Corregedor de Santarém ouviu as propostas dos lanços e o comum de todas elas rondava os 750 mil reais.

A obra foi arrematada por 680 mil reais "(...), o mais baixo lanço q(u e) nella ouve a qual contia pasesse deuva V(a s s a) M(a g e s t a) de mandar fazer provisão de finta (...)".

Em 5 de Abril de 1625, o Corregedor de Santarém escreveu ao Rei informando-o sobre os lugares que deveriam pagar a nova "Ponte da Cardiga". Por um documento anexo a esta carta, ficamos a saber que:

"As comarquas q(u e) aõ de pagar p(e)ra a ponte da cardiga e o que cada hũa delas ha de pagar são as seg(u)intes.

A comarqua de torres Vedras nouenta mil – 90; A de Santarem cento e vinte mil re(a i s) – 120; A comarqua de tomar cento e corenta mil re(a i s) – 140; A comarqua de coimbra oitenta mil re(a i s) – 80; A comarqua de esgeira oitenta mil re(a i s) – 80; A comarqua de castello branco cem mil re(a i s) – 100; A comarqua de portalegre cento e uinte mil re(a i s) – 120. Total 730 [mil reais].

Soma este lancamento sete centos e trinta mil re(a i s) e se lanca de mais do en q(u e) foi a Rematado esta ponte sincoenta mil re(a i s) p(e)ra custo das cartas Caminheiros [e] dias levar e ir buscar a cada hũa dellas o d(i n h e i)ro q(u e) lhe he fintado".

Por este documento sabemos:

a) Quais as comarcas que pagaram a nova "ponte da cardiga", a saber: Torres Vedras, Santarém, Tomar, Coimbra, Esgueira, Castelo Branco e Portalegre. Em todas estas comarcas, a Ordem de Cristo possuía comendas;

b) Que aos 680 mil reais da arrematação se juntou um acréscimo de 50 mil reais para pagamento das despesas feitas pelos funcionários do concelho em cartas, dias de trabalho e caminheiros para irem buscar o dinheiro da finta às referidas localidades;

c) Que o D. Prior do Convento de Cristo tinha razão ao afirmar que a estrada real de Santarém a Coimbra era muito importante para o Reino de Castela. Pelo documento que acabámos de transcrever podemos observar que esta estrada tinha ligação ao Alentejo e à Beira-Baixa, e desses locais para Castela: se assim não fosse, Castelo Branco e Portalegre não teriam auxiliado o pagamento dos custos da nova "Ponte da Cardiga";

d) Que a data, provável, do início da construção da nova ponte será a do ano de 1625.

Podem-se observar *fac-similes* deste e de outros documentos que acabámos de analisar nas páginas que se seguem.

B) A TOPONÍMIA: A PONTE, A RIBEIRA E O VALE

Em 1661 já a "Ponte da Cardiga" não existia e mudara o seu nome para "Ponte da Pedra", em resultado da construção da ponte que foi começada em 1625. Podemos afirmar isto, com toda a certeza, pois é assim que aparece referenciada a ponte em questão, no "Segundo Livro de Registo Baptismal da Paróquia de Atalaia" (1647-1741). Analisaremos adiante esse registo de baptismo.

De igual forma, a "Ribeira da Atalaia" perdeu, novamente, o seu nome nas imediações da "Ponte da Pedra", para passar a chamar-se "Ribeira da Ponte da Pedra" em substituição do antigo nome de "Ribeira da Cardiga". Também o vale por onde corre a dita Ribeira

João de Brito
27/3

Vej o dom e do conu de Santarém q no termo da
Vila de Santarém, pto da agunha da freguesia comen-
ca da Vila de Santarém, e ha dya pto da agunha
em mny necessa p a servico do conu de dno q pto, e
este mesmo dno q pto, e de pto de mny q
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto

De al mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto

Informa o dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto

Petição do Dom Prior do Convento de Cristo
ao Rei Filipe III: 27/03/1623.

Dom Philipo terceiro Rey de Portugal e dos Indias
daquella parte da India
em Lisboa de quinze dias do mes de Maio de mil e seiscentos e vinte e tres
que por informaçõs do Convento de Santarém se nos fez saber
Com Prior do Convento de Santarém, e do que se lhe escreveu a respeito
de mny q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto

Carta de Filipe III ao Corregedor da
"Comarca da Vila de Santarém": 28/03/1623.

Dom Philipo terceiro Rey de Portugal e dos Indias
daquella parte da India
em Lisboa de quinze dias do mes de Maio de mil e seiscentos e vinte e tres
que por informaçõs do Convento de Santarém se nos fez saber
Com Prior do Convento de Santarém, e do que se lhe escreveu a respeito
de mny q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto
de todo em dno q pto de mny q pto de mny q pto de mny q pto

Carta de Filipe III ao Corregedor da
"Comarca da Vila de Santarém": 03/05/1623.

começou a ser designado por "Vale da Ribeira da Ponte da Pedra", ou apenas por "Vale da Ponte da Pedra".

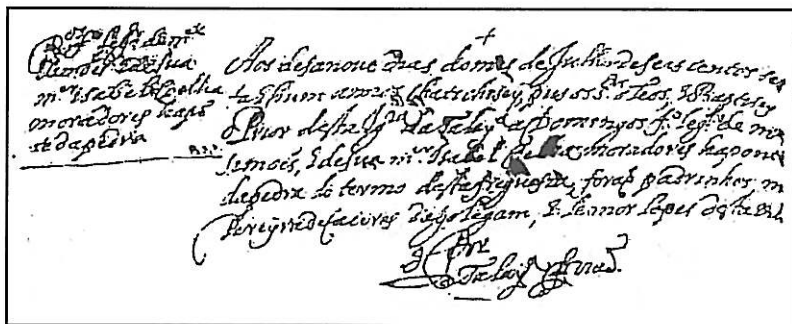
Deste modo podemos constatar que a construção de uma nova ponte de pedra deu origem à alteração de vários nomes no que se refere à toponímia da nossa região.

Sobre a "Ribeira da Atalaia" podemos referir, ainda, que o seu curso aparece já registado no mais antigo "Mapa de Portugal" que existe desenhado por Fernando Álvares Seco, em 1560, e impresso na obra "Theatrum Orbis Terrarum", de Abraão Ortélio, em Antuérpia no ano de 1570.

C) OS REGISTOS PAROQUIAIS

O primeiro documento onde aparece o nome de "Ponte da Pedra" é o registo de baptismo de Domingos, filho de Manuel Simões e de Isabel Coelha, moradores "ha ponte da pedra". O baptismo efectuou-se em 19/07/1661. Foram padrinhos Manuel Pereira de Cáceres e Leonor Lopes. Este assento encontra-se no "Livro nº 2 de Baptismos da Paróquia de Atalaia".

Mostra-se a seguir um fac-simile do documento referido.



Para facilitar a leitura apresenta-se a seguir a transcrição do mesmo:

[À margem esquerda]

D(o m i n g)os f(i l h)o Leg(i t i m)o de m(a n u)el / Simões E de Sua / m(u l h)er isabel Coelha / moradores ha po(n)te da pedra.

Aos desanoue dias do mes de Julho de seis centos ses(e n) / ta E hum annos chatechisey, pus os s(a n t)os oleos, E Baptisey, Eu / o Prior desta lg(r e)ja d'aTalaia a Domingos f(i l h)o Leg(i t i m)o de m(a n u)el / / Simões, E de Sua m(u l h)er Isabel Coelha moradores ha ponte / da pedra do termo desta freguesia, forão padrinhos m(a n u)el / Pereyra de Cáceres da Golegam, E Leonor Lopes desta villa / O P(r i)or / / d'aTalaia [ilegível] Ferrão[?] Fernão[?]

Por outros registos de baptismo da mesma época, ficamos a saber importantes informações sobre a "Ponte da Pedra", a sua Ribeira e zona envolvente. Ei-los:

– Em 09/09/1663 baptizou-se Catarina, filha de Domingos Dias e de sua mulher, Maria Dias, "moradores na fazenda de manuel pereira de casseres ha ponte da pedra";

– Em 04/08/1665 foi baptizada Maria, filha de Manuel Rodrigues e de sua mulher Maria Rodrigues "do moinho da ponte da pedra". Foram padrinhos, Francisco Rodrigues do Outeiro da Moita e Maria Simoa, filha de Francisco Rodrigues, "O Grande das Baginhas";

– Em 03/11/1669 foi baptizado Manuel, filho de António Duarte Sapateiro e de sua mulher Catarina Baptista, "moradores na fazenda de Manuel Pereira [de Cáceres] ha ponte da pedra". Foram padrinhos "Manuel Pereira Casseres e sua filha Sofia pinta moradores na golegam".

– Em 22/02/1673 foi baptizada Maria, "filha legítima de António Pereyra moleyro do moinho da ponte da pedra e de sua mulher Maria da Costa".

– Em 18/12/1729 foi baptizado Joaquim, filho de António Dias e de sua mulher Leonor Maria, "moradores ha Ponte da Pedra".

Através destes registos baptismais ficamos a saber que :

a) Na região da Ponte da Pedra existia a fazenda de Manuel Pereira de Cáceres ou Casseres, proprietário que vivia na Golegã.

Nestes registos pode estar a explicação para a origem do nome do lugar conhecido, ainda hoje, pelo designação de "O Castelhanos". Este lugar possui uma fonte onde muitas pessoas iam recolher água, até há alguns anos. Hoje em dia, a água da Fonte do Castelhanos está imprópria para consumo, graças às explorações animais existentes na zona.

Embora Cáceres se situe na "Estremadura Espanhola", todos os Espanhóis eram considerados como "Castelhanos", tal como até

meados do nosso século, todos os Espanhóis que vivessem do lado de lá da fronteira norte de Portugal eram considerados Galegos: sabemos bem que a Norte de Portugal não existe só a Galiza...

A hipótese está lançada: seria Manuel Pereira de Cáceres, "O Castelhana"?

Manuel Pereira de Cáceres deixou nome para a posteridade, pois a sua figura aparece no "Inquérito Paroquial" de 1758.

Aí, na resposta ao quesito nº 18, cuja pergunta é "Se ha memoria de que florecessem, ou della [terra] sahisses alguns homens insignes por virtude, letras ou armas?", é dada a seguinte resposta:

"As cazas q(u e) hoje na Rua dos Anjos desta villa são dos herdeiros de Leonardo Baptista de Guimaraes, eram proprias e da assistencia de Manoel Pereira de Caceres, e de sua mulher Sofia Pinta de Almeyda; teve esta hū apertadissimo parto de q(u e) nasceu hū menino ao parecer de todos tão morto q(u e) envolvendo-o em hū Lençol o deitarão p(e r)a otra caza, mandando abrir no pateo dellas a cova p(e r)a se enterrar; e entregue [a]p homem que o [l]he fez a cova do cadaver o tirou do Lençol e parecendo-lhe q(u e) fizera algu(m) movimento, chamou quem melhor o averiguace, o q(u e) fazendo-se, o baptizarão, e applicarão os persizos medicamentos, com o q(u e), se de morto não Ressurgio [ressuscitou], teve vida p(e r)a ser Bispo de Martiria, em q(u e) foi eleito sendo religioso graciano, e seo nome D. Fr. Christovão de Almeyda: seus pays forão das principaes familias daquella Villa, como ainda são seos parentes os ditos herdeiros de Leonardo Baptista, Lourenço de Guimaraes Pinto, e Ignacio Carn(e)y(r)o de Lemos Souto mayor."

Os religiosos graciosos eram um dos ramos dos Eremitas de Santo Agostinho.

Em 1243, estava à frente do convento agostiniano de Lisboa, o eremita italiano João Lombardo. Em 1362, esse convento tomou o nome de N. Senhora da Graça, por ter sido lá colocada uma imagem desta invocação, e por isso estes religiosos se chamaram graciosos.

Os conventos portugueses dos Eremitas de Santo Agostinho separaram-se dos de Castela por ocasião das Lutas da Independência (1383/85), e começaram a constituir província à parte em 1447. Houve várias tentativas de reforma dentro do instituto, até que em 1663, a Rainha D. Luísa de Gusmão, viúva de D. João IV, fundou os Agostinhos Descalços, chamados "grilos". Os graciosos tinham

vinte conventos em 1628. No Ribatejo, teve esta reforma o Convento de N. Senhora da Piedade, em Santarém, fundado em 1675.

O religioso graciano, D. Frei Cristovão de Almeida, filho do proprietário Manuel Pereira de Cáceres e de sua mulher Sofia Pinta de Almeida, residentes na Golegã, terá sido Bispo Coadjutor do Patriarcado de Lisboa, sob o título de Bispo de Martiria, título de alguma diocese do período visigótico.

Ainda sobre a "Fonte do Castelhana" apraz-me registar algumas curiosidades.

Segundo informações de Eduardo O. P. Brito, a fonte antiga do "Castelhana" não era a actual, mas sim um monumento bem mais vetusto onde se podia observar uma inscrição com a data de 1764¹. Transcrevemos, a seguir, um texto que fazia parte da secção "Cá Pelo Burgo". Esta secção manteve-se até à saída do seu autor do jornal "O Entroncamento".

"No "1964" que se adivinha completa nada mais nada menos do que 200 anos a histórica Fonte do Castelhana! Isto – é claro – a deduzir duma tosca inscrição em pedra que lobrigámos junto da velha bica, cuja água, finíssima que é, tão apreciada – e preferida – foi sempre por muita gente do nosso burgo (...)"².

Este assunto foi recentemente abordado por J. Chícharo em artigo intitulado "Fonte Centenária do Castelhana em Estado de Abandono" e publicado no semanário "Notícias do Entroncamento" (19/06/98), onde se diz:

"Trata-se de uma fonte com 250 anos de existência, pois a sua construção remonta ao séc. XVIII, ano de 1755, e sempre muito frequentada pelas populações (...).

(...) Em 1976, um grupo de homens decidiu construir a (...) fonte [actual], dotando-a de condições de acesso e de abastecimento adequadas.

O espaço onde está montada a bica é amplo, de cimento e o acesso faz-se através de escadas. Para assinalar o feito foi afixada uma placa com o distintivo da Casa Sommer [proprietários do terreno] e a seguinte inscrição: "20-6-76 – O Povo", que simboliza categoricamente a origem da iniciativa.

1 In "O Entroncamento", nº 397, de 20/11/1963.

2 Ver nota anterior.

(...) Voltando à secular e primitiva Fonte do Castelhana, que nos dizem ter a forma parecida a um mausoléu, com a inscrição do ano de 1755 na parte superior, essa mesma parte terá sido destruída por uma máquina, mantendo-se os destroços ali bem perto."

Assim sendo, estamos em presença de um monumento do séc. XVIII, por sinal idêntico à "Fonte Velha" da Atalaia, a que já nos referimos pela pena de Margarida Picciochi, situada na "Rua Luís Picciochi", junto à "Casa dos Barbosas", e que em 1995 se encontrava atolada de areia, como se pode observar pela fotografia da mesma fonte. Hoje, a mesma, já se encontra limpa.

Desta forma, há que recuperar as duas fontes, pois o património que temos é pouco e necessita de ser protegido, quanto antes!

Para finalizar este assunto, nada melhor do que apresentar uma lenda sobre a "Fonte do Castelhana", posta em letra de forma por Maria da Guia Asseiceiro, na sua rúbrica "Janela Sobre a Cidade" e intitulada – "Locais Típicos: O Castelhana":

"Recordo aquele carreiro estreito de terra batida ladeado de silvas pródigas em amoras silvestres em frente da Quinta da Ponte da Pedra... Era o caminho para o Castelhana. Nele se cruzavam num corropio gentes de todas as idades. Míudos e graúdos aproveitavam o local para viver e conviver no curto espaço de tempo do encher de uma vasilha.

Mãos engenhosas cravavam na terra húmida da nascente uma telha de barro, e por ela corria a água pura e fresca da tosca bica.

Debaixo das acolhedoras árvores ouvia-se o chilrear dos pássaros, o murmúrio do vento e o gargarhar das águas!...

Ninguém saía dali sem beber um copo de água que passava de mão em mão.

Contava-se mais uma história e repetia-se a Lenda:

"– Naquela gruta que está a poucos metros da fonte, quase coberta de terra diz-se viver nela uma Moira encantada. Pela calada da noite sobe o fosso, espreita à janela que lhe serve de porta... se não vislumbrar ninguém vem lavar-se na fonte. Os Castelhanos prenderam-na ali... e a nascente é formada pelas muitas lágrimas por ela derramadas ao longo dos séculos. Quando esta mulher de procedência mourisca encontrar, por acidente, alguém que lhe ofereça um copo de água, arrepiá caminho... Quebra-se o encanto e seca a fonte."

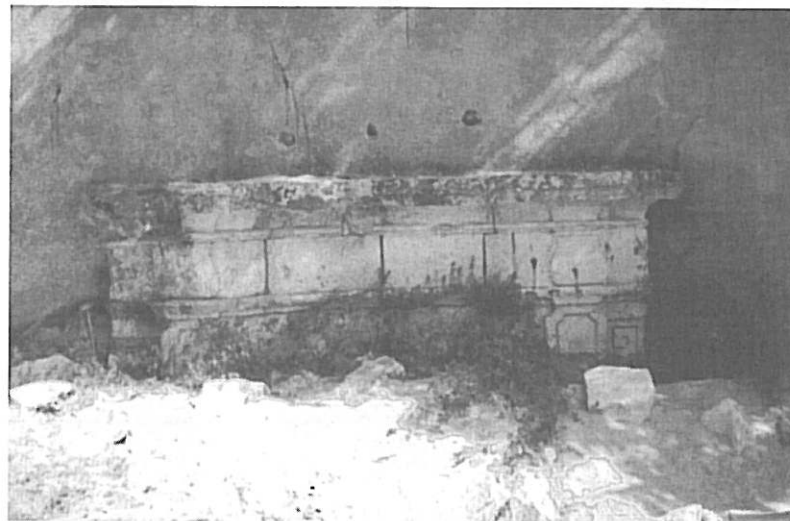
I in "O Entroncamento", nº 849 (07/07/1994).

b) Na "Ribeira da Ponte da pedra" existia um moinho (ou mais?), certamente de água.

Sobre a questão dos moinhos existentes na "Ribeira da Ponte da Pedra", será interessante observar o que nos diz o Pároco de Atalaia, o Prior Bernardo Mendes de Carvalho, no "Inquérito Paroquial de 1758", acerca da área territorial que o concelho abrangia: "Dentro deste termo se achão doze Lagares de azeite, dois de seco, e dois de agoa, e sete moyinhos de pão [trigo e cevada] em duas / Rybeyras q(u e) Só quando chove m(u i)to são aRebatadas, e de ve / E de verão m(u i)tas vezes lhe falta a agoa, e tão bem qua/ tro moyinhos de vento".

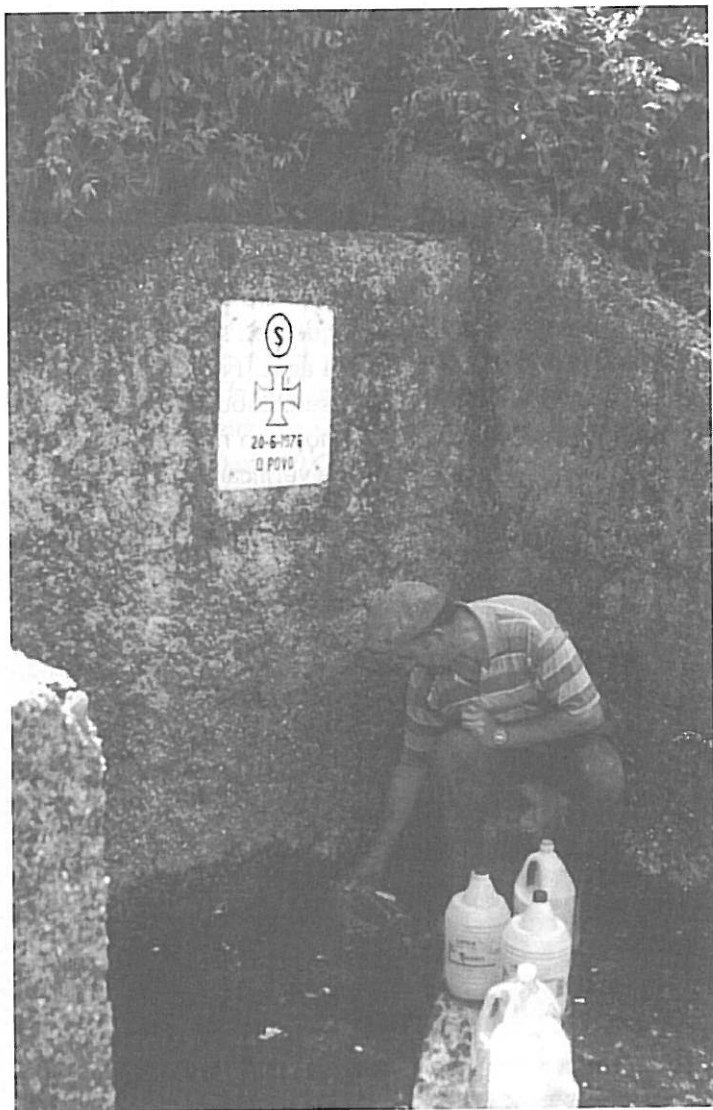
Certamente que uma das duas ribeiras existentes na vila de Atalaia seria a "Ribeira da Atalaia" e que nela se situavam alguns dos sete moinhos de farinha, movidos a água. Na parte da "Ribeira da Atalaia" que perdeu o seu nome e se passou a chamar "Ribeira da Ponte da Pedra" situava-se, pelo menos, um moinho, presumo que de água, como já tivemos ocasião de verificar.

c) Em 1729, já existiriam casas junto da "Ponte da Pedra" formando um pequeno lugar, uma vez que a partir dessa altura o topónimo "Ponte da Pedra", aparece com letra maiúscula, o que até aí não acontecia.



"Fonte Velha" da Atalaia: séculos XVII/XVIII.

I A.N.T.T., "Dicionário Geográfico"; Vol. 5; Fól. 731 e 731vº.



Actual "Fonte do Castelhana".
A antiga "Fonte do Castelhana" encontra-se alguns metros
à frente desta, totalmente coberta de silvas.

ESTRADAS DO SÉCULO XVIII NA REGIÃO DO ENTRONCAMENTO

Artigo publicado no Jornal "O Entroncamento", nº 886 de 7 de Dezembro de 1995.

Por: **Acácio Horta da Luz**
(Arquitecto/Professor)

Os recentes artigos do Professor Luís Batista sobre história local, mormente os publicados nos nº 882, nº 883 e nº 884 de 9 de Novembro de 1995 de "O Entroncamento" consubstanciam a premissa da necessidade da investigação local e da sua assunção enquanto comportamento, cuja produção urge não só não descuidar como também promover. É a memória colectiva, o saber, o prazer lúdico e estético, o património e a cultura portuguesa que no-la impõem.

O texto divulgado no nº 883 de 26 de Outubro de 1995, contém análises às vias terrestres que no século XVIII atravessariam a região formada por Golegã, Cardiga, Atalaia, Tomar, etc., concluindo o autor com "... Se o Padre Costa tivesse escrito aquilo a que se propôs teríamos hoje a certeza dos locais por onde passava a estrada romana... ...ficaríamos a saber quais os caminhos a seguir ... infelizmente tal não aconteceu".

Na realidade, nos séculos XVIII e princípios do XIX foram produzidas diversas edições de obras escritas e desenhadas alusivas às vias terrestres em questão. Analisemos algumas tidas como fundamentais sobretudo ao nível da descrição topológica factual.

I- O Padre António Carvalho da Costa aparentemente não incluiu na sua "Corografia" de 1706-12' o roteiro que tinha inicialmente prometido. Porém, uma leitura atenta dos textos cons-

I A leitura da "COROGRAFIA PORTUGUESA E DESCRIPÇAO TOPOGRAFICA DO FAMOSO REYNO DE PORTUGAL com as noticias das Fundações das cidades [...]" 3 tomos, Lisboa, 1706-12, 2ª ed. 1868-69, **deve ser feita com precauções**. Ver a este respeito, por exemplo, o artigo de Maria José Mexia Bigotte Chorão intitulado "Inquéritos Promovidos pela Coroa no século XVIII" na Revista de História Económica e Social nº 21 de Setembro-Dezembro de 1987 e o prólogo da "Chorografia Moderna do Reyno de Portugal" por João Maria Baptista. Vol. I, 1874, entre muitas outras críticas e análises feitas nos séculos XVIII e XIX.

tantes das páginas 179, 180, 182 e 254 do 3º tomo da 1ª edição mostra-nos a distância efectiva, em léguas, entre as povoações que circundam o Entroncamento (apesar de nas págs. 179 e 180 se referir sem indicações topográficas o *lugar dos Casais das Baginhas* com a indicação de terem a *Ermida ... de S. João Bautista*). Em abstracto apenas lhe faltou fazer uma tabela ou uma lista ordenada com o resumo dos valores das léguas **já constantes das descrições dos lugares**.

2- A fonte, da época, mais rica de pormenores descritivos é o Padre João Baptista de Castro, que com as **sete edições** do seu "**Roteiro Terrestre**" nos deixa uma prova inequívoca da sua divulgação e da sua popularidade.

No prefácio da obra em questão informa-nos este autor que Filipe IV tinha mandado elaborar por decreto de 1638, pelos Corregedores das Comarcas, "*.. o calculo das medidas, e distancias, que havia de humas terras a outras da sua alçada... De tudo formarão os Corregedores listas ... as quaes parão na livraria famosa do Convento Agostiniano de Nossa Senhora da Graça desta Cidade de Lisboa onde as vi*".

O "Roteiro Terrestre" contém uma descrição comentada das Vias Militares Romanas e também o arrolamento sistemático dos lugares por onde passavam no século XVIII as vias terrestres, com a indicação das distâncias entre lugares expressas em léguas. Registe-se, porque significativo, que os topónimos são geralmente distanciados de légua a légua e que pormenores como a existência de ribeiras e barcas de passagem são elucidativos do cuidado com que a obra foi produzida.

Para o caso vertente observem-se **alguns dos percursos** que o "Roteiro" nos dá **para a nossa zona**, na 4ª edição de 1809, com as distâncias em léguas:

Roteiro de Lisboa para a Villa de Thomar

I "ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL Em que se expõem, e ensinão por jornadas, e summarios não só as viagens, e as distâncias, [...]", Lisboa, 1747-48. Ídem em 1809, 1814, 1825 e 1844. Este Roteiro foi igualmente incluído no "Mapa de Portugal Antigo e Moderno" do mesmo autor, editado em 1762/63 e 1870. Note-se que a morfologia das estradas locais não foram logo alteradas com a estrada que de Lisboa foi programada para o Porto em 1791, permanecendo por muitos anos com as mesmas características.

De Lisboa a Santarém 14 / A Cruz da entrada 1 / Alviella 1 / Azinhaga 1 / Golegã 1 / Ponte de pedra 1 / Val de Tancos 1 / Guerreira 1 / Thomar 1.

A parte de Lisboa a Santarém está discriminada noutra roteiro. O padre Castro apresenta ainda um roteiro alternativo para esta zona (prática seguida por outro Guia da época) a fim de evitar os alagados campos da Golegã no Inverno - passando por "...A Pernes 3 / Zibreira 1 / Torres Novas 1 / Pé de Cão 1 / Payalvo 1 / Thomar 1".

Para quem se dirigia na **direcção de Abrantes** o Roteiro indica "...Golegã 1 / Cardiga 1 / Tancos 1 / Punhete 1 / ...". (estrada "para-lela" ao Tejo).

3- A cartografia da época existe e é conhecida entre outros pelos especialistas e curiosos da História Postal¹ e da filatelia porquanto os meios de transporte sempre estiveram associados às comunicações.

Um dos mapas com a representação das estradas da nossa região que tem sido divulgado com frequência nos últimos anos, é o de João Silverio Carpinetti Lisbonense de 1762². Nos nossos tempos já foi este mapa amiúde reproduzido. A saber:

Leite de Vasconcelos na sua "Etnografia Portuguesa", Vol. III, reproduziu-o em 1942 (obra reimpressa em 1980), Manuel M. de Andrade e Sousa ídem na sua "História Postal do Algarve na era Pré-Adesiva", s.d., Artur Teodoro de Matos cita-o no seu "Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira" em 1980, e Jorge Borges de Macedo incluiu-o na bibliografia do seu "Problemas de história da indústria portuguesa do século XVIII", 1963, 1982.

¹ Vejam-se, por exemplo, as inúmeras obras de Godofredo Ferreira - cerca de meia centena de monografias e mais de trinta e cinco mil documentos recolhidos com estudos sobre correios. A Bio-Bibliografia específica deste último existe com o título "Godofredo Ferreira. Investigador da História dos Correios e das Telecomunicações de Portugal. Recolha Bio-Bibliográfica no Centenário do seu Nascimento". S. L., Correios e Telecomunicações de Portugal, 1986. A sua obra porventura mais conhecida com interesse para o assunto em causa será "A Mala-Posta em Portugal", Lisboa, 1946, 2ª ed. 1959 (inclui um mapa das comunicações postais de Portugal no ano de 1818).

² - João Silverio Carpinetti Lisbonense. Mappas das Provincias de Portugal, novamente abertos e estampados em Lisboa, com huma ilustração, em que se dá huma breve noticia da Geografia,[...], Lisboa, 1762.

Este último livro contém uma reprodução legível do mapa "Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808", que inclui as estradas com as **distâncias entre as localidades em léguas, e os tempos de viagem em horas** (também constante da *ob. cit.* de Artur Teodoro de Matos que inclui ainda a síntese dos itinerários da época).

Note-se que neste mapa de estradas de 1808 saíam quatro estradas da Golegã para esta zona. A saber:

1ª - ... Golegã, Ponte da pedra, Val de Tancos, Guerreira, ... (Val de Tancos é um topónimo e Tancos é outro)

2ª - .. Golegã, Cardiga, Tancos, Punhete,... (estrada paralela ao Tejo)

3ª - ... Golegã, Lamarosa, Paialvo, ...

4ª - ...Golegã, Atalaia, Asseiceira, S. Pedro, ... (esta estrada está graficamente representada a traço simples - secundária, em 1808 - por oposição às outras três que apresentam um traço duplo, não tendo incluída a distância em léguas).

No **Roteiro do padre Castro**, tido geralmente como o mais completo, um dos itinerários de **Santarém para Coimbra** passa por "**...A Golegã 4 / Payalvo 3 / Chão de Maçãs 2 / ...**" o que coincide com o que consta de uma outra obra similar da época. É ela o "**Guia de Viajantes**" de Frei Anastácio de Santa Clara, 1791¹.

Para o percurso de **Lisboa a Coimbra dá-nos Frei Anastácio** dois itinerários. Um por Villa Franca, Leiria, etc., e outro que ao caso interessa, por "**... Golegã 18 / Espraganal 1 / Lamarosa 1 / Payalvo 1 / S. Lourenço 1 / ...**". O itinerário entre Santarém e Coimbra é, assim, sempre apresentado por estes escritores sem passagem nem na **Ponte de pedra** nem na **Atalaia**.

Coincidem as descrições deste Roteiro do padre Castro (1748) com o Guia de Frei Anastácio (1791) e com a hierarquia gráfica do mapa de estradas dado à estampa em 1808.

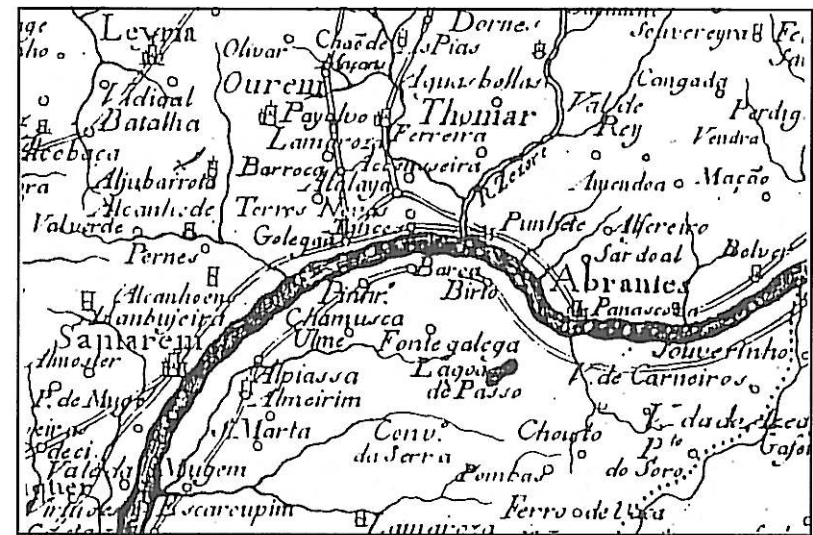
O único Itinerário arrolado pelos autores até aqui citados, em que se menciona a Atalaia, está em Artur Teodoro de Matos, na sua obra já referida, para o Itinerário de **Lisboa a Figueiró dos Vinhos**. A saber:

¹ Frei Anastácio de Santa Clara, Guia de Viajantes ou roteiro de Lisboa Para as Cortes, e Cidades principais da Europa, Villas, e Lugares mais notáveis de Portugal, e Hespanha: com várias advertências uteis [...], (1791), Lisboa, [2ª edição], 1807.

"...Golegã 1 / Atalaia 1 / Assinceira 1,5 / Carreira 0,5 / Tomar 1 / ...".

Na edição de 1809 do Roteiro do padre Castro, após a sua morte em 1775, **não existe** este itinerário. A. T. de Matos diz ter utilizado para a construção dos seus itinerários a edição de 1844 do Roteiro mais itinerários militares da época (dos princípios de 1800s?). Significará isto de facto a existência de **quatro estradas provenientes da Golegã no século XVIII** e em que a que ia para Coimbra era sempre recomendada pela Lamarosa e pelo Payalvo? Ou por outro lado dever-se-á pôr a hipótese dos autores que escreveram e desenharam estas rotas terem incorrido em omissões? Terá a estrada que passava pela Atalaia caído em desuso nos séculos XVII e XVIII?

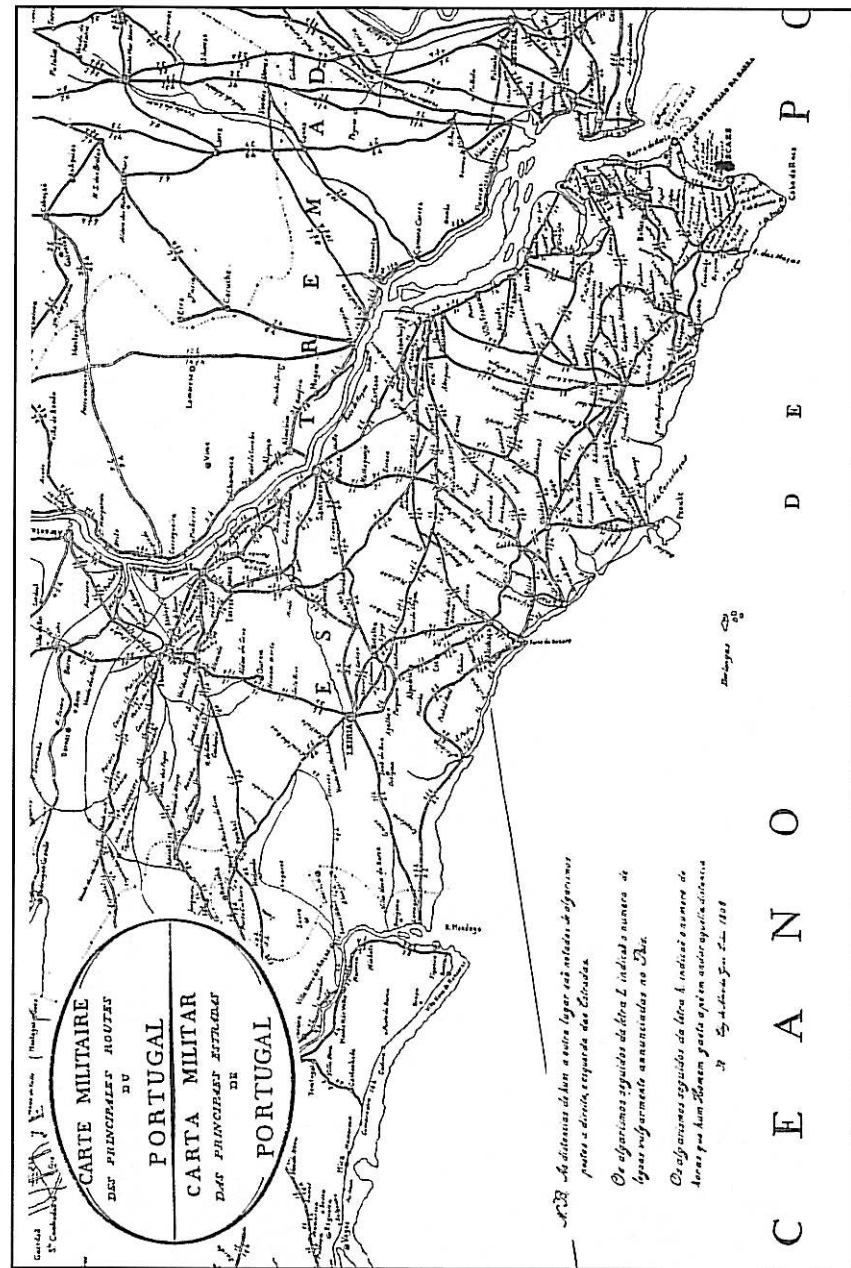
As informações e as dúvidas atrás expressas são apenas algumas achegas para o conhecimento da rede global de estradas da região. Outras fontes existem que estão completamente por explorar, e aqui revelam-se sobremaneira úteis os informes que o Professor Luís Batista possa adicionar, quer por via da análise e (re)apreciação dos manuscritos que tem vindo a divulgar quer pela eventual inserção dos mesmos numa visão do conjunto que inclua a rede de estradas consentânea com a literatura e a cartografia da época.



Pormenor do mapa de João Silverio Carpinetti Lisbonense (1762).



Mapa da província da Estremadura reproduzido dos *Mappas das Províncias de Portugal* (...), Lisboa, João Silverio Carpinetti Lisbonense, 1762.



"Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808".



Pormenor da "Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808".



Marcos: antigo e actual do Pedregoso – estrada Cardiga-V.N. Barquinha.

3 - A CAPELA E A QUINTA

A) A VISITAÇÃO DE 1760

As visitas paroquiais são fontes históricas de valor incalculável para o estudo da História Local.

Os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Torres Novas publicaram em 1992 o livro do Cónego Isaiás da Rosa Pereira, "Visitas Paroquiais na Região de Torres Novas (séc. XVII - séc. XVIII)". Nesta obra aparece uma visitação de 1760 onde se menciona a Capela de "São João Baptista na ponte da pedra".

Vamos deixar falar o Cónego Isaiás Pereira e os documentos :

"O Concílio de Trento (Sessão XXIV, De reformatione, cap. 3) recomendou aos bispos que fizessem visitas frequentes às paróquias da sua diocese; mas esta legislação não introduziu qualquer elemento novo na acção pastoral do bispo, apenas urgiu uma prática antiquíssima.

Destas visitas ficavam relatos escritos, e conhecemos bastantes livros de visitas pastorais anteriores ao Concílio de Trento. Sabemos também que uma grande parte destes documentos desapareceu por incúria dos párocos e vicissitudes dos tempos.

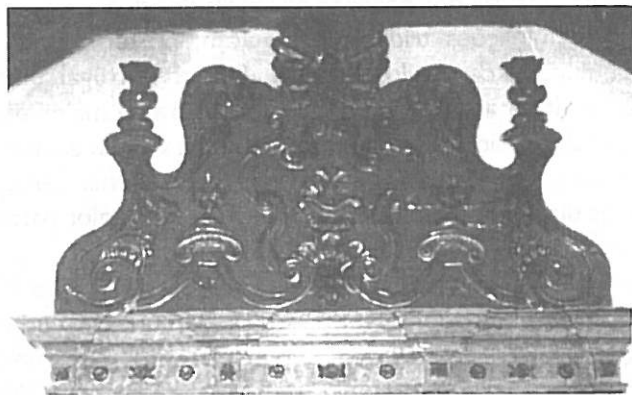
As determinações tridentinas tiveram, porém, como consequência, durante os séculos XVII e XVIII, em Portugal, uma maior frequência desta actividade episcopal, embora na maior parte dos casos os bispos não fizessem pessoalmente a visita e enviassem delegados para esse efeito. Os registos que ficaram nas paróquias ou nas cúrias diocesanas são documentos de grande valor para o estudo da vida das populações nessas épocas.

(...) Em 1760, o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Francisco de Saldanha, delegou no prior da paróquia do Lumiar, Feliciano Luis Gonzaga, a faculdade de fazer a visita canónica às freguesias que compunham os arceprestados de Torres Novas, Golegã e Erra (este presentemente integrado na diocese de Évora).

O visitador desempenhou-se conscienciosamente da sua missão, da qual nos ficaram dois documentos preciosos, integrados no



Frontaria da Capela da Quinta da Ponte da Pedra.



Pormenor (parte superior) do retábulo do altar da Capela da Quinta da Ponte da Pedra.

Arquivo da Cúria Patriarcal, para o estudo da distribuição do clero nesta zona, a sua cultura e costumes, número e conservação das igrejas e capelas de cada freguesia, censo dos habitantes, e muitos outros elementos que o historiador poderá descobrir.

A visita realizou-se de 1 de Junho de 1760 a 4 de Agosto seguinte.

Os documentos referidos são: - MS 524, constituído por 13 fls. de papel (33,5cm.), datado de 6 de Novembro de 1760, com assinatura do visitador; tem o seguinte título: *Informação dos párocos, clérigos e ordinandos que achei moradores em as freguesias dos arciprestados de Torres Novas, Golegã e Erra*; - MS 506, constituído por 29 fls. de papel (33,5 cm.), sem assinatura do visitador; tem o seguinte título:

"LIVRO EM QUE SE ACHAM ESCRITAS AS FORMATURAS DAS IGREJAS, SUA NATUREZA, NÚMERO DOS BENEFICIADOS, O SEU RENDIMENTO, AS CONFRARIAS ECLESIASTICAS E LEIGAS, NÚMERO DOS ALTARES, SEU ORNATO, ESTABELECIMENTO E A QUEM SÃO DEDICADOS, OS NÚMEROS DOS FOGOS E DAS PESSOAS, OS DOS CONVENTOS, O DAS ERMIDAS E SUAS QUALIDADES, DOS ARCIPRESTADOS DAS VILAS DE TORRES NOVAS; GOLEGÃ E ERRA, ESCRITO EM A VISITAÇÃO QUE FEZ NAS DITAS IGREJAS, POR DECRETO DO EMINENTÍSSIMO E REVERENDÍSSIMO SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA, D. FRANCISCO DE SALDANHA, O PRIOR DO LUMIAR FELICIANO LUIS GONZAGA, A QUAL PRINCIPIOU EM O PRIMEIRO DE JUNHO DO ANO DE MIL SETECENTOS E SESENTA E FINDOU EM QUATRO DE AGOSTO DO MESMO ANO".

Destas importantes fontes de informação, para a História da nossa região no séc. XVIII, vamos retirar alguns dados interessantes, a partir do segundo documento. Vejamos:

"Undécima Igreja - Nossa Senhora da Assunção da Atalaia.

(...) Consta esta freguesia de 611 fogos em que habitam 1963 pessoas, a saber 1747 maiores e 216 menores.

Tem toda esta freguesia nove ermidas, a saber uma dedicada a S. Luís (...). Tem mais a ermida dedicada a S. Sebastião (...). Tem mais a ermida de Nossa Senhora da Esperança (...).

A ermida dedicada à degolação de S. João Baptista em o lugar das Beijinhas que pertence ao povo do mesmo lugar. A ermida de Nossa Senhora dos Remédios do lugar da Moita (...).

Tem mais a ermida dedicada à Senhora do Reclamador (...).

Tem mais a ermida dedicada a S. João Baptista na ponte da pedra a qual pertence ao capitão mor de Torres Vedras Sebastião de Almeida Trigoso o qual pertence a sua subsistência e fábrica. Tem mais a ermida dedicada a S. António no lugar da Barquinha (...).

Tem mais a ermida da Santa Casa da Misericórdia (...).

Todas estas ermidas e capelas não têm mais outro algum ornato do que aquele que precisamente é necessário para a celebração do santo sacrificio da missa".

Deste documento ficamos a saber algumas informações até agora desconhecidas:

- Aparece a referência mais antiga (pelo menos que eu conheça!) à Capela da Quinta da Ponte da Pedra, que é dedicada a São João Baptista (aliás, na região este era um Santo muito venerado, sendo muitas as capelas a ele dedicadas, como por exemplo a Capela das Vaginhas).

- A Capela e a Quinta da Ponte da Pedra pertenciam a Sebastião de Almeida Trigoso, Capitão-Mor de Torres Vedras : daí era originária a família Trigoso. O posto de capitão-mor correspondia a uma antiga autoridade que comandava, numa cidade ou vila, a milícia (corpo militar) chamada "Companhia de Ordenanças".

Para compreendermos a importância do cargo de Capitão-Mor, bastará dizer que, já em 1712, a Vila de Torres Vedras possuía "(...) quatorze Companhias da Ordenança com o seu sargento-mor". Isto segundo o Pe. Carvalho da Costa na sua "Corografia Portuguesa", tomo III, p. 21.

- Pela toponímia, podemos ver que a ponte existente na região, e à qual a Quinta e a Capela foram buscar o nome, era de pedra, remontando ao ano de 1625, conforme já tivemos ocasião de verificar. (Conf. C) *A Ribeira da Atalaia*).

- Todas as capelas do concelho de Atalaia tinham os ornatos necessários e indispensáveis para a celebração da missa: também a Capela da Ponte da Pedra estaria bem apetrechada de alfaias litúrgicas, subsidiada como era, pelo Capitão-mor de Torres Vedras.

A Capela referida no documento, atrás analisado, é um belo exemplar barroco ainda hoje existente.



Retábulo barroco do altar da Capela da Quinta da Ponte da Pedra.



Imagem de São João Baptista.

O estilo barroco predominou, na Europa, no século XVII e meados do século XVIII. Caracteriza-se pela abundância de linhas curvas e contracurvas, a irregularidade das formas, os jogos de luz e cor, entre outros.

Mais do que nos outros países, em Portugal a pintura e a escultura surgem subordinadas à arquitectura barroca. Quanto às artes decorativas surgem, inegavelmente, ligadas às nossas Igrejas, sobretudo na talha dourada.

É no reinado de D. João V (1706 - 1750) que o ouro e os diamantes do Brasil vão enriquecer as igrejas portuguesas, convertendo-se em magníficos altares de talha dourada.

Também à nossa região chegou algum ouro do Brasil logo transformado em talha dourada.

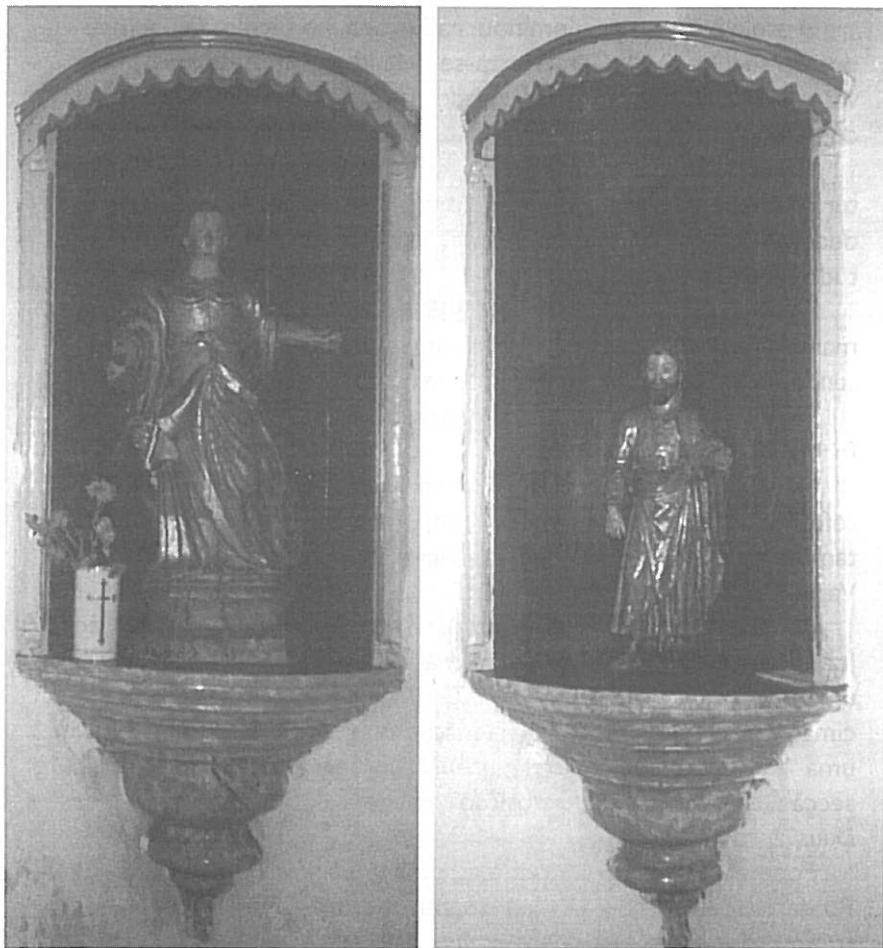
Na Visitação de 1760, que atrás analisámos, podemos encontrar referências a talha dourada na Igreja da Atalaia. A talha dourada também se pode encontrar na Capela de São João Baptista, das Vaginhas.

A Capela da Quinta da Ponte da Pedra, que é dedicada a São João Baptista, ostenta hoje, num magnífico altar de talha dourada, uma imagem do Baptista, mas o "Cordeiro de Deus" que estaria por cima do livro que ele segura na mão esquerda desapareceu. Existe uma imagem idêntica no "Museu Municipal de Torres Novas", secção de Arte Sacra, exposição "Imagens do Homem, Idades de Deus".

Podemos ter a certeza que a imagem da Capela da Quinta da Ponte da Pedra é de São João Baptista devido à sua roupa: "João trazia um traje de pêlos de camelo(. . .)" - Mt. 3,4. Ora isto pode observar-se na imagem da Ponte da Pedra!

A Capela possui, além da imagem do Baptista, no seu retábulo de madeira dourada, um belo crucifixo do séc. XVIII e duas pequenas mísulas. Sobre elas podemos observar, do lado esquerdo, a imagem do Sagrado Coração de Jesus. Do lado direito observa-se a imagem de N^a. S^a. do Rosário de Fátima, ambas do nosso século. Podem ver-se ainda quatro castiçais em madeira dourada, hoje prateada.

Nos cantos da ermida, ladeando o altar, existem dois nichos com imagens sacras.



Sta. Catarina de Alexandria

?

No nicho da esquerda pode ver-se a imagem de Sta. Catarina, a mártir de Alexandria (séc. IV), com a sua característica roda de navalhas, símbolo do seu martírio com que sempre foi representada na iconografia. No século XVIII, na nossa região, Sta. Catarina era muito venerada. Na *Visitação de 1760* aparecem-lhe consagrados dois altares. São eles: o altar colateral, da parte da epístola, na *Igreja de Santiago, na vila de Torres Novas* e o altar, da parte do evangelho, na *Capela de São João Baptista, hoje Igreja Matriz de Pedrógão*.

Podemos encontrar referências ao culto de Sta. Catarina, na nossa zona, desde o séc. XVI. No "*Tombo da Cardiga*", datado de 26/02/1504 e já referido neste trabalho, aparece como um dos muitos bens da dita Quinta a "*Ermida de Santa Catherina*", situada nas terras da mesma. No mesmo documento são muitas as referências à Ermida em questão. Aponto, apenas como exemplo, a *Courela 41ª*, excerto do documento original acima referido, publicado pela primeira vez no meu livro "*Os Casais das Vaginhas*". Também no "*Primeiro Mappa Topographico dos Campos da Cardiga, Almourol e Martintina*", por nós já citado nesta obra, se pode observar uma construção, junto do caminho que vai para as *casas da Cardiga*, com o nome de "*S. Catharina*"³.

Embora hoje tal imóvel já não exista, perdura na toponímia a alusão à "*Ermida*" ou "*Capela de Santa Catarina*". Senão vejamos: nas terras que pertenceram outrora à Quinta da Cardiga, ainda hoje existem os restos da chamada "*Quinta da Capela*", e na actual "*Rua D. Pedro V*", nº 29, ainda se encontra uma casa que na frontaria conserva um painel de azulejos com a seguinte inscrição: "*Vivenda José Rodrigues. Rua da Capela*".

De resto, na "*Carta Geológica de Portugal*", folha 27-D, escala 1:50.000 ainda se pode encontrar a designação de *Quinta da Capela*, e no Entroncamento, "*Rua D. Pedro V*", ainda se pode observar o portão em ferro da mesma, com a sua grande palmeira.

Fica, assim, explicada a razão pela qual a *Ribeira* que ainda hoje percorre o Entroncamento recebeu o nome de "*Ribeira de Santa Catarina*", nome que já possuía em 1504, como já demonstrámos⁴.

O nicho da direita, na Capela da Ponte da Pedra, ostenta uma imagem que não conseguimos identificar. Esta imagem e a de Sta. Catarina, são barrocas do século XVIII, em madeira estofada.

O tecto deste local de culto apresenta a forma de masseira, típica do séc. XVIII.

À entrada da Capela, do lado direito, existe uma interessante pia de água benta.

1 P. 17.

2 Obra citada, p. 20. Neste livro pode ver o mesmo pormenor do referido mapa na p. 33.

3 Consulte o "Pormenor" do citado mapa, na p. 33 deste livro, onde se pode observar a localização da construção em questão.

4 In "*Os Casais das Vaginhas*", pp. 16 e ss.



Pia de água benta, existente na Capela da Quinta da Ponte da Pedra.



Arcaz/cómoda da sacristia da Quinta da Ponte da Pedra.

Capela muito bela, de linhas sóbrias sem serem austeras, ostenta na sua fachada uma cruz, ao centro, ladeada por dois coruchéus. Do lado direito pode observar-se o campanário com o respectivo sino. Na mesma frontaria apresenta o brasão dos Cunhas (Marqueses de Olhão), aí colocado já no séc. XX.

A Capela da Quinta da Ponte da Pedra integra-se no pátio interno que forma um grande "claustro", composto por todas as dependências da Quinta: palacete, adegas, celeiros, lagares, casas de moradia, etc.

Anexa à Capela existe, como não podia deixar de ser, a respectiva sacristia.

B) A FAMÍLIA TRIGOSO

Como atrás dissemos (cf. A – A *Visitação de 1760*), já em 1760 existia "(...) a ermida dedicada a S. João Baptista na ponte da pedra a qual pertence ao capitão mór de Torres Vedras, Sebastião de Almeida Trigoso, ao qual pertence a sua subsistência e fábrica".

Se a Capela existia, muito provavelmente existiria também o solar (casa de campo) que ainda hoje podemos admirar, e ao serviço do qual estaria a ermida de São João Baptista. Aliás, a residência fidalga existente na Ponte da Pedra é um belo exemplar barroco, típico de uma casa de campo do séc. XVIII.

O palacete reúne em si todas as características dos edifícios barrocos portugueses, fazendo lembrar o "Solar de Mateus", de Vila Real, ou as casas barrocas de Ouro Preto, no Brasil.

Eis algumas dessas características: pináculos na fachada, nos alçados laterais e no próprio telhado, tentando prolongar a altura do edifício; linhas curvas na fachada principal, na chaminé e nas janelas; janelas de guilhotina; telhado de quatro águas; e o jardim, defronte da fachada principal, para onde dão os aposentos do rés-do-chão.

Quanto a Sebastião de Almeida Trigoso, ele era o capitão-mor das "Companhias de Ordenanças" de Torres Vedras e, muito



Fachada do Palacete, vista do jardim.

provavelmente, o mais antigo antepassado, que se conhece, da família Trigoso.

Antes de analisarmos a família Trigoso, vejamos o que eram as "Companhias de Ordenança" ou "de Ordenanças".

Segundo Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, I-75, citado por Artur Gonçalves no seu "Mosaico Torrejano" (1936) nas páginas 91 a 93:

"As ordenanças eram corpos irregulares procedentes dos tempos dos gôdos. O Conde D. Henrique criou êstes corpos, dando-lhes uma forma regular, os quais duraram, com diversas alterações, até 1834.

Não combatiam senão em guerras de guerrilhas, e se algumas vezes prestaram bons serviços à Pátria, como na guerra Peninsular, pode

dizer-se que *quási sempre produziram mais prejuízos que benefícios. Mal armadas, com tôda a arma que pudessem haver às mãos, insubordinadas sempre, pouco mais faziam nas batalhas do que despojar os mortos e dar maus exemplos à tropa de 1ª linha.*

Eram vulgarmente conhecidas pela Companhia da Bicha; também lhe davam o nome de Tabaréus, aludindo à indisciplina e balbúrdia incorrigível que produziam em toda a parte onde chegavam; e como no tempo de D. João IV tinham por principal arma o chuço, também as alcunharam de Chuchadeira. As ordenanças, em geral compostas de homens que, pela sua idade avançada, ou por qualquer outra circunstância estavam isentos da 1ª e 2ª linha, formavam a 3ª, segundo a organização daquele monarca, tendo só por obrigação servir na defesa das praças.

Os terços e depois os regimentos de milícias formavam a 2ª linha.

As ordenanças constituíam antigamente um corpo de gente de guerra dados pelas câmaras e concelhos para a defesa da terra, fazendo exercícios aos domingos e com alardos periódicos obrigatórios.

Pelo regimento de 1570 as ordenanças eram formadas por todos os homens do concelho dos 16 aos 60 anos, excepto os clérigos, empregados de justiça e fazenda, os médicos, os boticários e os que constituíam as tropas auxiliares; nelas se recrutavam os soldados para a 1ª linha.

As companhias, em regra, compunham-se de 10 esquadras, com 25 homens cada uma. O Capitão-mor, o Sargento-mor, os capitães e Ajudantes eram escolhidos pelo Alcaide-mor ou pela Câmara entre «as pessoas da melhor nobreza, cristandade e desinteresse», que habitassem nos limites do concelho. Os Alferes, sargentos e cabos de Esquadra eram escolhidos pelos capitães entre as pessoas mais dignas, aprovados pelo Capitão-mor e confirmados pelo Governador de Armas. Para tais cargos simplesmente se exigia idade própria, bom comportamento, e bens de fortuna que lhes garantissem independência.

Após 1640 foi o reino organizado militarmente: as províncias divididas em comarcas, tiveram à sua frente um governador de Armas e as comarcas e concelhos um Capitão-mor com um sargento-mor por segundo comandante. As comarcas e concelhos dividiam-se em companhias, às quais estavam agregados, com o nome de Ordenanças, todos os indivíduos válidos de 15 a 70 anos.

Os filhos únicos de viúvas e de lavradores entregues à cultura das terras, e os casados constituíam, em cada comarca, um grupo à parte com o nome de Têrço auxiliar; os filhos segundos de tôda a qualidade de pessoas eram os soldados pagos, ordenanças propriamente ditos.

Por decreto de 1 de Agosto de 1796 os antigos Têrços auxiliares passaram a chamar-se Regimentos de Milícias e Coronéis os seus Mestres de Campo.

Êstes regimentos constavam de 10 companhias, com 80 homens cada uma, dos quais se formaram 43 em todo o reino; posteriormente foi o número elevado a 4 e pela portaria dos Governadores do reino de 14 de Outubro de 1808 determinou-se que cada regimento constasse de 2 batalhões com 1101 praças, divididas por 8 companhias, e 1 de granadeiros.

Para Mestre de Campo de cada um dos Têrços se escolhiam os nobres e pessoas mais competentes de cada comarca, assim como capitães para as companhias e para sargento-mor, os capitães e alferes mais práticos do exército com obrigação de instruir os soldados.

Cumpria aos Têrços auxiliares acudir às fronteiras na ocasião de guerra ofensiva ou defensiva e então venciam munições como os soldados pagos; dissipado o perigo, recolhiam a suas casas."

Segundo informações do próprio Artur Gonçalves sabemos que:

"Em 1804 as Ordenanças formavam em todo o reino 441 capitães-mor, das quais uma em (...) [Torres Vedras].

Na Guerra Peninsular, até 1812 prestaram as ordenanças bons serviços, como já se disse, mas de aí por diante chegaram a tornar-se perigosas para a ordem pública, pelo que foram extintas em 20 de Julho de 1834."

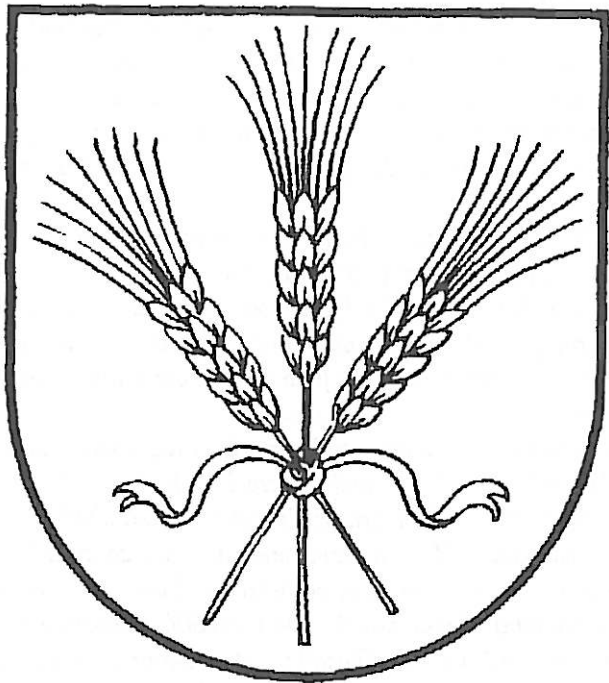
No que diz respeito à família Trigoso ficamos a saber, através do artigo "Trigoso", da "Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura", da Verbo, redigido pelo "Gabinete de Estudos de Heráldica", quanto à sua genealogia que é "Família cuja origem não é conhecida, parece contudo que deve ser proveniente do termo de Torres Vedras e originada de uma alcunha. Temos notícia que em 1806, Sebastião Francisco Mendo Trigoso, bacharel em Filosofia, capitão-mor de Torres Vedras, filho de Francisco Mendo Trigoso e de sua mulher, casou com D. Maria José Vicente Caupers de Oliveira Sande e Vasconcelos, com geração.

(...) *As armas que atribuem a este apelido são: de prata, três espigas da sua cor atadas de ... não se conhece carta de brasão*".

Do exposto podemos verificar a importância da "Visitação de 1760" que nos fornece a indicação de um antepassado, desconhecido até aqui, da família Trigoso.

Desta forma podemos estabelecer uma linha genealógica que seria a seguinte: Sebastião de Almeida Trigoso foi capitão mor de Torres Vedras (1760); Foi seu filho Francisco Mendo Trigoso; Foi seu neto Sebastião Francisco Mendo Trigoso que recebeu os nomes do avô e do pai. Este último casou em 1806, era bacharel em Filosofia e, tal como o avô, foi capitão-mor de Torres Vedras.

Sobre os Trigoso diz-nos ainda o artigo acima referido que "A esta família pertenceu João Maria de Melo Trigoso, pintor de arte que foi director da Escola António Arroio e um dos componentes do grupo Silva Porto".



Brasão da Família Trigoso

Vale a pena debruçar-mo-nos sobre a figura deste pintor. Para falarmos dele temos que nos referir ao grande pintor que foi Carlos Reis.

Vejamos o que nos diz a Dr.^a Lucília Verdelho da Costa no seu artigo intitulado "Carlos Reis e o Naturalismo do séc. XIX", publicado na revista "Nova Augusta", nº 5 (1991): "Com uma técnica segura, Carlos Reis dedicou-se (...) ao retrato, mas a sua vocação de paisagista jamais o abandonaria, desenrolando-se sobretudo numa actividade processada à margem das manifestações oficiais; assim, em 1910, fundou o Grupo Ar Livre, que reuniu ainda os pintores A. Saúde, Falcão Trigoso e Alves Cardoso, realizando regularmente exposições anuais e adoptando a designação de Silva Porto em 1927 o grupo, ao qual se juntara seu filho João Reis e também Frederico Aires, mantinha viva a tradição naturalista, num tempo que já não era o seu(...)".

A atribuição da designação de "Silva Porto" ao grupo de pintura que fundou, talvez não seja estranha ao facto de Carlos Reis ter sido discípulo de A. Silva Porto, na Escola de Belas-Artes, na cadeira de paisagem. Também a circunstância de, em 1897, Carlos Reis ter ocupado o lugar deixado vago por morte de Silva Porto, na Escola de Belas-Artes, influenciou certamente a mudança do nome do Grupo de Pintura fundado por aquele.

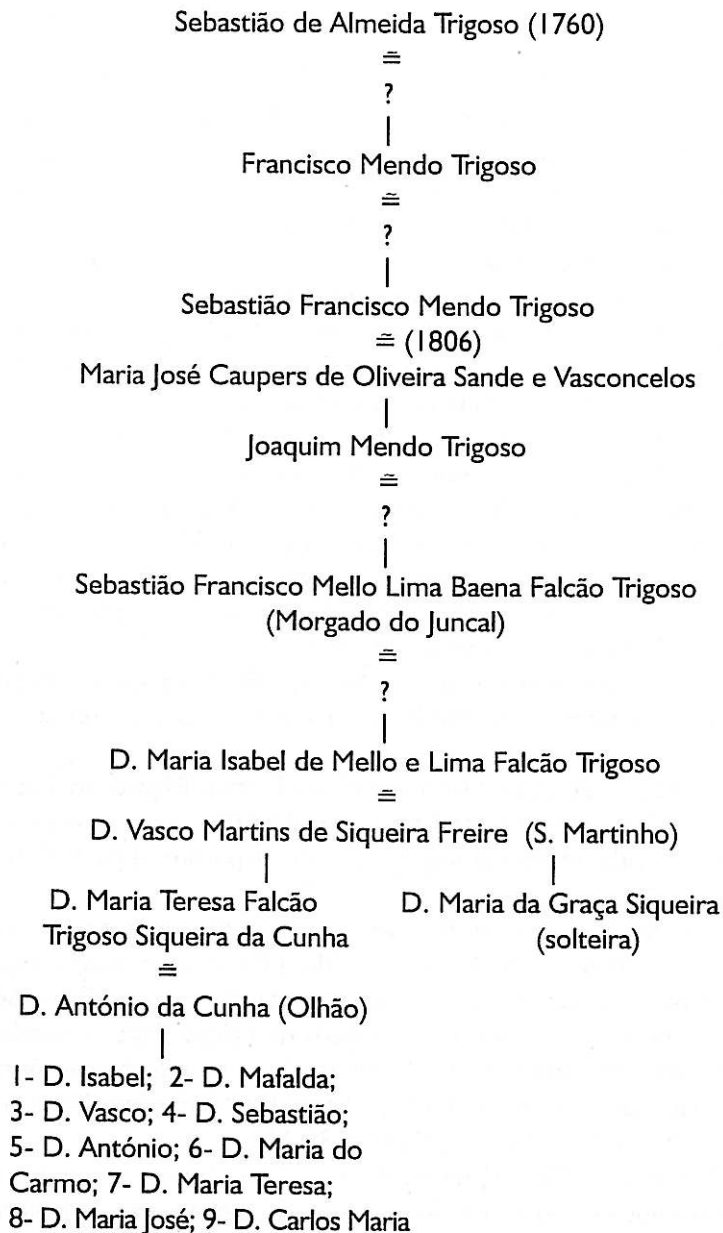
Carlos Reis foi assim, desde 1897 até 1933, o sucessor de Silva Porto, o homem que introduziu o naturalismo na pintura portuguesa.

A ligação de João Maria de Mello Falcão Trigoso ao Mestre Carlos Reis, grande paisagista e retratista não só se manteve ao longo da vida destes grandes homens, mas perdurou para além da morte.

No Museu Municipal de Torres Novas, cujo patrono é Carlos Reis, guardam-se alguns quadros do pintor, bem como alguns exemplos de quadros de artistas que constituíram o "Grupo Silva Porto". Entre eles conta-se um quadro de Falcão Trigoso intitulado "Margens do Almonda" (35,5x48,5cm). Esta informação é-nos fornecida por Joaquim R. Bicho, na sua obra "Património Artístico do Concelho de Torres Novas", páginas 138/139.

Sobre a família Trigoso muito mais haveria para dizer, porém ficamo-nos por aqui, não sem antes referirmos o nome da ilustre

Genealogia da Família Trigoso



senhora que foi D. Maria Isabel de Mello e Lima Falcão Trigoso. Casou esta senhora com D. Vasco Martins de Siqueira Freire (S. Martinho). Sobre ela falaremos mais adiante, ao tratarmos das relações da *Quinta da Ponte da Pedra* e o Entroncamento, e da figura de seu genro, D. António da Cunha.

C) AS INVASÕES FRANCESAS

Aquando das Invasões Francesas (1807-1811), a Quinta da Ponte da Pedra e o lugar do mesmo nome muito sofreram, como aliás toda a nossa região, devido às depredações que as tropas invasoras levaram a cabo na zona.

Foi nos anos de 1810 e 1811 que a Ponte da Pedra mais sofreu a violência do invasor: estes anos dizem respeito à terceira invasão francesa, a de Massena.

Antes de mais, é preciso referir que o general Massena, após ter recuado vindo de "Linhas de Torres Vedras", instalou o seu quartel-general em Torres Novas (Novembro de 1810).

Assim, os habitantes desta zona sofreram a violência da ocupação estrangeira, sobretudo, aquando da retirada francesa do nosso país. Na memória das gentes ficaram alguns factos que dizem respeito a estes acontecimentos. Foram, nos anos 20, reduzidos a escrito pelo Sr. Júlio de Sousa e Costa, da Barquinha.

"Do Tempo dos Franceses" vou evidenciar três exemplos directamente ligados à Quinta da Ponte da Pedra e ao lugar com o mesmo nome¹.

1- Para se vingar das atrocidades cometidas pelos Franceses, um célebre guerrilheiro da região - o Madrugo- liquidou um destacamento francês que se dirigia para Torres Novas. Nessa luta foi morto um homem do grupo do Madrugo chamado Anastácio,

¹Outros exemplos poderia apresentar. Veja-se o artigo "*Subsídios para a História: A Tia Zabel*", revelado por mim no livro "*Os Casais das Vaginhas*" (C.M.E., 1995, 2ª Ed., 1996) e publicado por Júlio de Sousa e Costa no Jornal "*O Entroncamento*", nº 3 (06/01/1931), o primeiro jornal, com este nome, que possuiu a nossa terra. Ai se fala de um outro fuzilamento no "*Alto da Ponte da Pedra*", que não aquele que adiante apresentaremos.



“creado”¹ da Quinta da Pedra, certamente um trabalhador rural desta propriedade agrícola.

Esta descrição pode encontrar-se na Revista “Terras de Portugal”², e também no Tomo 3º de “O Distrito de Santarém” publicado pelo Jornal Ilustrado “A Hora”, em Outubro de 1938, e editado por Bandeira de Toro. As fontes onde se baseou este escritor foram os escritos de Júlio de Sousa e Costa, anteriormente referidos². Apresenta-se a seguir um *fac-simile* da página 3 da citada Revista.

2- Da própria pena do Sr. Júlio Costa conhecemos, também, alguns escritos directamente ligados à Ponte da Pedra e à sua Quinta no tempo das invasões francesas.

Eles foram publicados pelo autor em jornais. Citamos dois exemplos. O primeiro diz respeito a “Um fuzilamento na Ponte da Pedra (Scenas da 3º invasão francesa)”. Foi publicado em 1926 no jornal “Serões de Tancos”, dirigido pelo próprio autor.

O segundo trata de alguns factos relacionados com o Sr. Manuel Diniz, o “Mata Franceses” e o “Tesouro” da Quinta da Ponte da Pedra. Foi publicado no primeiro jornal “O Entroncamento”, em 15/02/1931, n.º6.

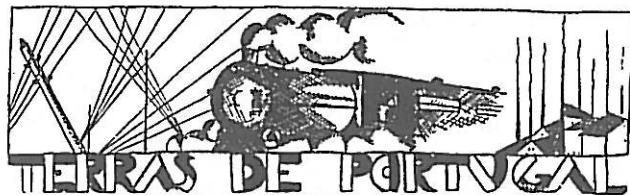
Quem, nos tempos mais próximos de nós, redescobriu a obra de Júlio de Sousa e Costa nos “Serões de Tancos” foi Margarida Picciocchi, na sua interessante obra intitulada “ATA-LAÁ-ATALAYA-ATALAIA” e publicada no jornal “Notícias do Entroncamento”. É por isso que vou transcrever parte do seu artigo publicado no referido jornal, números 187 e 188.

Pretendo, desta forma, homenagear esta estudiosa que muito contribuiu para o conhecimento da nossa região.

“Em 1810, a região da Atalaia foi uma das maiores vítimas das invasões francesas. Época amargada e angustiante devido a terem sido assassinadas mais de 400 pessoas. A soldadesca francesa cometeu tantos assassinatos na vila da Atalaia e no lugar da Moita, que os guerrilheiros, comandados por um célebre Madruga [sic], não pouparam o inimigo após esta carnificina. Por sua vez, assassinaram muitos solda-

1 Júlio César de Sousa e Costa, in “História do Entroncamento”, inserida na Revista “Terras de Portugal”, n.º 45, Abril de 1933.

2 - *Idem*, ob. citada.



A MAIS IMPORTANTE E ANTIGA REVISTA PORTUGUESA DE REGIONALISMO

FILIAL DO SINDICATO DA IMPRENSA PORTUGUESA

(RECOMENDADA PELAS ENTIDADES OFICIAIS DE TODO O PAÍS)

NUMERO AVULSO 3900

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

ANO IX N.º 45

ABRIL 1933

Director: GOMES BARROSA

Editor: ALVARO A. DE ANDRADE

Redacção e Administração:

RUA GARRETT, 74, 2.º

L I S B O A

Comp. e Impressão - Sociedade Industrial de Tipografia, Lda., Rua Almeida Faria, 3 e 3 bis (Carmo) LISBOA. Tel. 2.7758

Historia do Entroncamento O PRESENTE NUMERO

Não tem uma longa história esta florescente vila. Todavia marcou há cento e vinte e dois anos nos fastos da vida dolorosa e triste da região, quando os soldados do israelita Masséna, Príncipe de Essling e Duque de Rivoli, puzeram a planta maldita no solo sagrado da nossa Pátria.

No local onde está a estação do caminho de ferro, as oficinas e os anexos da Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro havia um extensíssimo olival e a mata frondosa de lindos sobreiros seculares. Ai se embuscou em Janeiro de 1811 a guerrilha do valente *Madruço*, reforçada por homens da Atalaia e da Barquinha, incendiados não somente no amor, da Pátria oprimida, como pelo sentimento da vingança por ultrajes pessoais.

Há longos anos que estou exumando dos arquivos oficiais e de papéis de família as tragédias que dão para dois volumes. O que se passou nesta região com os soldados de Napoleón é horrível de contar...

A Barquinha, a Atalaia, a Moita, os Casais das Vajinhas e os olivais que formam hoje a vila do Entroncamento foram ensanguentados por crimes nefandos. As vinganças foram terríveis... Só a freguesia de Atalaia teve quatrocentas pessoas assassinadas como se vê dos registos paroquiais...

Por isso não é de admirar que em Janeiro de 1811 os homens do *Madruço* (o vingador tervel e desapiadado), embuscados no denso mato, que ficava numa das orlas do chaparral, liquidassem, quasi á queima-roupa e depois á faca, numa sanha cruel, selvática e sangrenta, o destacamento francês que retirava, ou ia, para Torres Novas.

Horas infernais, horas dolorosas foram as que viveram vítimas e carrascos!... A mais dum século desse recontro sangrento, embuscada preparada com cuidado e levada a efeito com uma barbaridade que temos de desculpar porque era ajuste de contas, há ainda a recordação desse passo que devia ter sido uma visão infernal...

No sitio onde se estava edificando a velha estação do caminho de ferro do Entroncamento encontravam os pedreiros algumas ossadas, bolões oxidados pela longa permanência na terra, ferros de baionetas e fivelas.

Eram, sem dúvida alguma, pertença dos soldados imperiais liquidados a tiro e á facada nessa tarde nefária...

No prelo distinguuiu-se o José Pires, morador nos Casais das Vajinhas, um alucinado que tinha a vingança a morte do irmão Joaquim, vítima dos franceses em dezembro de 1810.

Mal imaginam os que calcam a terra do Entroncamento a tragédia sangrenta da qual resultou a morte de vinte soldados de Masséna e de dois guerrilheiros, o Anastacio, creado da *Quinta da Ponte da Pedra* e o Matias Pedro, pedreiro, da Atalaia!... E todos menos estes últimos, foram enterrados á pressa, no olival, com receio de novo encontro com qualquer outro destacamento ou corpo de tropas.

Não há terra portuguesa que deixasse de ser sangrada pelos carrascos do Príncipe d'Essling, e o Entroncamento, então um vasto terreno conhecido nessa época pelo nome de *Charneca das Vajinhas*, não podia deixar de contribuir com a sua quota de sangue e de martírio...

Barquinha,

Júlio de Sousa e Costa

Este número das *Terras de Portugal* é inteiramente dedicado á progressiva vila do Entroncamento que alberga no seu solo 6.000 almas. Foi subsidiado pela Câmara Municipal, Junta da freguesia, e pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, com a colaboração total do comércio e indústria.

Tem por missão um dever a cumprir. O agradecer ao Ginevra da Ditadura o decreto que elevou o Entroncamento á categoria de Vila, e desta forma os homens bons de Portugal que dirigem a nau do estado nesta hora de incertezas e interrogações, ficarão sabendo, que esta terra, que infelizmente muitos portugueses desconhecem, lhes é grata pela justiça que lhe fizeram.

A essa justiça soube o Entroncamento patrioticamente responder no Plebiscito que se realizou no mês passado e cujos resultados, foram os seguintes:

Listas com voto concordante....	1.026
Abstencões consideráveis como voto concordante.....	113
Total de votos a favor.....	1.139
Listas com voto contrário.....	6

O povo do Entroncamento cumpriu o seu dever; a um acto de justiça respondeu com acto identico.

GOMES BARROSA

AS VIAGENS A PARIS

organizadas pela C. P.

A C. P. que já mostrou Portugal aos portugueses, em sucessivas excursões, levando-os ás cidades mais caracteristicas do pais, tomou a peito agora outra iniciativa, que está despertando a curiosidade e o interesse do grande publico, para quem viajar é conhecer e aprender. Traza-se dum serie de excursões a Paris, por pequenos grupos, com o maximo do conforto e da economia. O viajante passará oito dias na grandiosa cidade, metropole do mundo latino visitando todos os locais celebres, palácios, monumentos, boulevards, teatros, indo tambem em auto-cara, a Versalites e Fontainebleau.

Para esta grande viagem, que é na verdade deslumbrante, está aberta a inscrição aos escriptorios da C. P., onde se fornecem todas as indicações necessarias. Escusado será dizer que as pessoas que vão nessas excursões, gastarão duas vezes menos do que se viajassem isoladamente.

dos franceses que foram enterrados ou abandonados nas charnecas e olivais.

"A 16 de Novembro de 1810 chegava a Tomar, vindo de Constância, o regimento 76, Brigada Marcognet, da divisão Marchand. Pouco depois do dia 21 de Novembro estabeleceu-se em Tomar o hospital militar dos doentes do 2.º e 6.º Corpos do Exército, e era dado a este corpo, como zona de exploração de recursos locais, parte dos campos da Golegã e o terreno compreendido entre os rios Almonda, Tejo e Zêzere, até 10 km a Norte de Tomar."

"À imoralidade dos chefes seguia-se a imoralidade da Soldadesca. Em Tomar e Torres Novas, havia mercados de mulheres como nos bazares do Oriente, onde os franceses recrutavam as suas companheiras individuais.

(...) A 7 de Março de 1811, ao meio-dia, a testa do 2º Corpo passava por Tomar, vinda da Ponte da Pedra, nesse mesmo dia, o 8º Corpo chegava a Chão-de-Maçãs. Na noite anterior atravessara Tomar vinda de Constância, a divisão de Loison...²¹

Dos "*Serões de Tancos*", gazeta dirigida pelo Sr Júlio Costa, da Barquinha, e da sua autoria, obtive 3 crónicas publicadas em 1926/27 que relatam os acontecimentos da época.

Transcrevo na íntegra uma delas, pois são uns relatos tão reais, tão cheios de vida e pitoresco local, que seria uma pena fazer-lhes um resumo. As outras duas são factos passados em Barquinha e em Tancos, e por esse motivo não serão aqui incluídas, já que têm passagens ilegíveis.

"Um fuzilamento na Ponte da Pedra (Scenas da 4ª [3ª] invasão francesa)

Quem passa pela estrada que conduz de Barquinha ao florescente lugar do Entroncamento, mal imagina que ali, junto da Quinta chamada da Ponte da Pedra, que foi pertença do falecido morgado do Juncal, sr Sebastião Francisco Falcão de Lima Melo Trigoso, se desenrolou, no tempo da invasão francesa comandada por Masséna, uma das muito dolorosas tragédias que enlutou a família portuguesa.

Escassíssimas são as notícias que nos chegam de facto mas suficientes para reconstituir a scena horrível que passamos a narrar e a

1 in "De Tomar", de Amorim Rosa

2 Ob. Citada.

que pouquíssimas pessoas assistiram, por quanto o aparecimento de militares franceses era sempre objecto de terror e de desolação.

Nos princípios do ano de 1811 os chefes militares do exército imperial convenceram-se de que Portugal estava perdido para êles. Começou então a retirada do Príncipe de Essling que ficou marcada como uma das manobras mais bem feitas por aquele ilustre chefe¹.

As patrulhas francesas, de caçadores a cavalo, tinham trazido a notícia de que uma forte divisão luso-britânica avançava direita a Santarém ao passo que determinadas forças de Marechal William Carr Beresford e do major-general Stewart se moviam perto da vila de Abrantes. Assim era de facto.

Os franceses decamparam logo da antiga Scalabis e no dia seguinte, que foi o de 6 de Março, que calhou a uma terça-feira, logo Wellington, começou o movimento de cautelosa perseguição ao mesmo tempo que ordenava uma concentração em Tomar².

Quando o inimigo abandonou Santarém, um rapaz de nome Joaquim, singeleiro de profissão, dos seus 18 anos, natural de Asseiceira, cujo apelido não consegui saber, mas somente o seu apodo, "O Roças", logrou escapar-se para fugir ao alistamento forçado nas fileiras militares das tropas anglo-portuguesas e recolher à casa paterna da qual estava ausente havia muito tempo. A sua mocidade imprudente levou-o a tomar por atalhos e sair à frente do inimigo que marchava apressado na direcção da Golegã.

Tomando-o como espiã, as patrulhas de cavalaria perseguiram-no até esta localidade e somente deixaram de acozá-lo quando êle, conhecedor dos campos goleganenses e dos caminhos ínvios, fez perder a pista aos seus perseguidores.

Quebradíssimo de fadiga e fome, o Roças acoitou-se na Quinta da Cardiga, onde os freires da ordem de Cristo tinham uma casa de campo, espécie de sanatorium onde se recolhiam aqueles que adoeciam em Tomar ou vinham do Ultramar depauperados pelo clima. Na noute seguinte, supondo que os franceses tivessem já passado, aven-

¹ Ofício do Marechal-general lorde Wellington ao Secretário da Guerra britânico, Conde de Liverpool - in "Excerptos Historicos" pelo General Claudio de Chaby, Vol. VI, p. 220.

² idem, idem, p. 217.

turou-se à estrada contando ficar na Atalaia onde tinha conhecidos afim de dar tempo ao inimigo de afastar-se.

Endireitou no antiquíssimo lugar das Vaginhas. Em malfadada hora o fez! Uma patrulha de cavalaria inimiga o capturou como suspeito e levou à presença dos superiores que estavam num acampamento ligeiro na Ponte da Pedra. Apenas o infeliz apareceu, um soldado de cavalaria disse logo:

– É êste! é êste mesmo!... Conheço-o muito bem! Perseguiamo-lo durante todo o caminho e consegui fugir pelos campos!... É o maroto do espião com certeza!...

Um oficial interrogou-o no seu português mascavado...

– Onde vens? De Santarém, com certeza!

O infeliz podia mentir impunemente, por quanto pessoa alguma o confundiria. Todavia respondeu nobremente:

– Sim, senhor, venho de Santarém!...

– Porque fugiste de lá se nós retiramos?

– Porque quero vêr meus pais.

– E onde moram eles?

– Na Asseiceira que dista daqui duas léguas escassas!

– Mentas! Tu és um espião!

– Não sou espião! Fácil é averiguar o que acabo de dizer!

– Porque fugias então?

– Os senhores não se importam de matar seja quem for!

– Vais ser fuzilado imediatamente!...

– Deixai-me seguir para casa, peço-lhes!

– Quem sabe se não és tu o assassino de dois soldados que nos ficaram à entrada da Golegã, mortos a tiro por malfatores escondidos atrás de um valado!...

– Não matei pessoa alguma, bradou o "Roças", exasperado; e se matasse um ou mais franceses estava no meu direito!

– No teu direito?

– Sim, porque é o mesmo que vós outros fazeis às mulheres e às crianças portuguesas com quem topais nestas terras desgraçadas!...

– Essa frase te perdeu! disse o oficial sombriamente. Prepara-te para morrer!... Dize qual é a última coisa que desejas e eu ta concederei se puder!

– Ver meus pais. Deixai-me ir despedir deles e juro-vos pela minha alma que estarei aqui amanhã ao romper da alva! Não faltarei!...

O francês riu zombeteiramente!...

– Julgas-nos néscios? Consinto que lhes escrevas e já te faço muito.

– Não sei fazer uma letra, infelizmente!...

– Há quem saiba português e te faça êsse favor!

O rapaz então, com as lágrimas nos olhos, ditou as seguintes linhas a um militar que foi chamado para êsse fim e que chegaram às mãos dos pobres pais, seis dias depois do assassinato:

"Senhor meu pai. Quando esta receber já não estarei neste mundo. Vou ser fuzilado pelos franceses que me julgam espião. Dê um abraço à senhora mãe e à Rosária. Seu filho que a bençam lhe pede, Joaquim".

– Vamos! disse neste momento um soldado pondo-lhe a mão no ombro.

Uma escolta comandada por este homem alto, cara tisonada e com longos bigodes grisalhos, esperava o infeliz "Roças". Meteram-no no meio e levaram-no pelos olivais até ao sítio onde hoje, está a casa onde viveu um empregado dos caminhos de ferro, de origem espanhola, chamado Alexandre Fíllol. Havia uma clareira com uns gigantescos sobreiros, parte dos quais ainda lá estão.

Uns pastorinhos da Quinta da Ponte da Pedra movidos pela curiosidade própria da idade, seguiram a escolta com o condenado calculando que iam assistir a uma scena talvez igual àquelas que teriam presenciado na Atalaia e na charneca da Tojeira¹.

– Alto! comandou o veterano.

Atrás da escolta vinham três soldados com enxadas e pás... Abriram rapidamente uma cova pouco profunda não longe de um magnífico e frondoso sobreiro. Junto do "Roças" ficou um militar escrevendo qualquer coisa. Os pastorinhos aproximaram-se do infeliz. O veterano expulsou-os dizendo-lhes palavras que os cachopitos não compreenderam. Puzeram-se de largo. Um soldado quiz vendiar os olhos do infeliz a quem amarraram ao sobreiro debaixo do qual ia repousar para sempre.

– Não! não! disse o "Roças" rudemente, quero ver tudo até morrer!...

– Volte a cara!

– Não e não, malditos! Morram os franceses!...

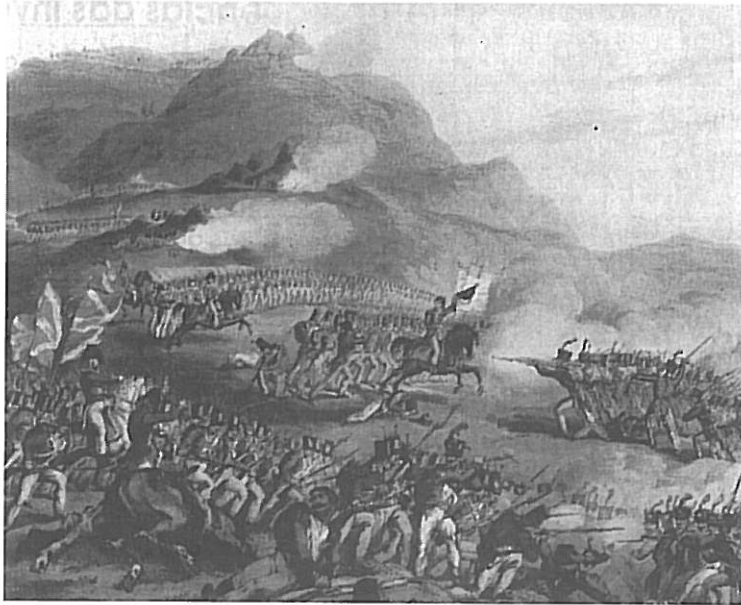


Invasões Francesas:
1807 - 1811

¹ "A Tojeira fica entre o Vale do Seixo e a Lamarosa, a norte da Atalaia". Nota de Margarida Picciochi.



As guerrilhas na Guerra Peninsular
- Aguarela de Roque Gameiro -



A batalha do Buçaco desenrolou-se em 27 de Setembro de 1810, quando da 3ª invasão francesa. Os exércitos franceses, chefiados por Massena, entraram pela fronteira de Almeida. Na serra do Buçaco foram derrotados pelos exércitos anglo-portugueses.

Os soldados alinhavam-se e carregavam as armas. O veterano comandou numa voz rouca. Os soldados meteram as armas à cara... O "Roças" então, vendo chegar o seu último momento, bradou num grito de alma, despresador e insultante:

– Seus patifes! seus filhos...

Não acabou. Uma descarga abafou-lhe o insulto... O infeliz caiu de borco num charco de sangue... E o cadaver ainda quente, foi brutalmente arremecido á cova, ante o olhar pálido e aterrorizado dos dois pequenitos José da Amância e António Martho...

Barquinha

Júlio Costa¹¹

3 - "O MATA FRANCÊSES"

Na *Ponte da Pedra*, da actual freguesia de Entroncamento, nessa Quinta de tão trágicas recordações, habitava na companhia de sua mulher, de nome Francisca da Guia, o feitor da mesma *Quinta*, o senhor Manuel Diniz, por alcunha o *Mata Franceses*.

Viviam bem. A sr.^a Francisca pompeava os seus belos cordões de oiro e as arrecadas de preço nas feiras próximas, da Golegã, Tomar, Santa Cita, Tôrres Novas e nos mercados que, nêsse tempo, se faziam na anciã vila de Tancos e de Santo António da aldeia da Barquinha.

– O *Mata-francêses* deve ter dinheiro - dizia o povo.

E quando uma vez marido e mulher voltavam do mercado de Tôrres Novas encontraram arrombada a porta e a casa remexida de alto a baixo!...

O Manuel Diniz riu imenso...

– Andaram à procura do dinheiro! São tolos!...

De indagação em indagação soube que haviam sido autores do delito os irmãos *Simplicios* da Atalaia, o José e o Manuel, que viviam da rapinagem e gentilezas que pediam cadeia...

O *Mata-francêses* encontrou-os certo dia a beber numa taberna da *Rua Direita de Santarém* da vila de Atalaia, dêste Concelho de Barquinha, e disparou-lhes logo esta frase, à queima-roupa:

– Com que então vocês, seus parvos, encontraram grandes dinheiros na minha casa!

Os *Simplicios* embatucaram...

¹¹Para sermos fiéis à fonte, transcrevemos a própria descrição de Júlio de Sousa e Costa, que Margarida Picciochi consultou nos "*Serões de Tancos*", nº 10, pp. 74-75, Julho de 1926.



Torres Novas no início do século.

Em cima: *Mercado Semanal*¹

Em baixo: *Mercado às Segundas-feiras*²



¹ *Torres Novas - Mercado semanal*, Torres Novas, edição da casa commercial JUSTINO H. D'OLIVEIRA, [bilhete postal ilustrado com circulação conhecida pelo menos desde 10 de Agosto de 1906]. Reimpressão *fac-similada* através de edição da *Comissão Pró-Museu Etnográfico da Região de Torres Novas*, 1986.

² Edição *fac-similada* através de edição da *Comissão Pró-Museu Etnográfico da Região de Torres Novas* - 1986. Não vimos nenhum original circulado.

– Deixaram-me tudo a qual *feira da ladra*. Entornaram-me o milho que eu tinha no arcão, roubaram-me mais dum um alqueire de feijão branco e foram-me á pinguita!...

E os meliantes nem pio...

– Oh! boquinhas santas, então vocês não dizem umas das vossas, quando é certo que são uns prégadores? Como perderam a fala!..

O José Simplício tomou então coragem...

– Não venha trocar de nós, tio Manuel Diniz!... Nem nos tente!...

– Olha o moço!!...

– Como é que vocemecê prova que lhe assaltámos a casa? -tornou o outro muito trocista.

– Facilmente! Um dos roupeiros da *Quinta*, detrás do valadão grande, viu a empreitada... E nem só êle...

– Aquêlê ladrão disse isso? Vou matá-lo!...

– Deixem-se de tolices!... O que mais os condena a vocês é isto! E mostrou-lhes um velho cachimbo de raiz de cerejeira...

– Heín? e esta? A prenda, que é do José, estava ao pé da pocilga do pôrco onde vocês foram fossar também à procura do tesoiro do *mata-francêses*!...

– Sim! - disse José Simplício muito decidido - fomos nós!... Vá lá queixar-se á casa da Câmara onde diremos que não tem crime quem rouba a ladrão!

– Eia! - voltou o Manuel Diniz, muito risonho, - vocês estão a tomar coragem para defenderem a sua pouca vergonha!

– Não fomos *mata-francêses* como você! - disse um dos Simplícios.

– E tenho muita honra nisso! - acudiu o outro! Despachei, que eu saiba, três francêses na charneca da Asseiceira, quando êsses malditos invadiram as nossas!

– E roubou-os, tio Manuel!

– E vocês então, seus honrados, querem roubar o espólio dos francêses, hein? Ora apareçam pela *Ponte de Pedra* quando eu lá estiver, seus cobardes, seus gatunitos vadios!

E desandou *rua Direita de Santarém* abaixo muito direito e sem olhar para trás...

Os *Simplícios* tinham dito verdades...

A mulher do *Mata-francêses*, num dia de desabafo, confessou à sua comadre de águas bentas, a Dionísia Velha, de Atalaia, que o marido colhêra das mochilas dos soldados imperiais assassinados por essas charneças da Asseiceira, Tomar e da Tojeira, grossa maquia, além da parte que tivera do saque dos carros militares em *Santa Cita*.

A comadre badalou à farta e certo dia a justiça da Atalaia entrou na pequena casa da *Ponte da Pedra* para fazer uma busca pois constava que havia lá cálices de igreja e resplendôres de Santos, apanhados pelo *Mata-francêses* a quando das expedições do tempo da terceira invasão.

– Vasculhem bem... - dissera o Diniz muito trocista, - as pratas que procuram devem já estar transformadas em castiçais e pimpando em casa rica!...

E riu...

Quando a justiça atalaiense retirou ao seu augusto poiso, a sr.^a Francisca da Guia, lavada em lágrimas, contou ao marido o seu deslize de língua... E o *Mata-francêses*, senhor de baração e cutêlo de portas a dentro de sua casa, deslizou-lhe um bom par de arrojadas dadas com pulso rijo...

– E para que tu, minha badaleira, não dê à descoberta o *miôlo*, vou mudar-lhe o sítio!... Nunca mais o verás!

E levantando a pedra do lar retirou a púcara onde êle guardava as onças espanholas e as loiras peças de duas caras...

E não mais a sr.^a Francisca lhes pôs a vista em riba!...

O *Mata-francêses* morreu em Abril de 1849; a mulher precedeu-o no túmulo, pois faleceu em Julho de 1847, na *Ponte da Pedra*.

– Manuel, dize-me onde está o nosso rico dinheirinho! - rogava ela muita vez.

– las-me escaldando, minha joia! Nem que escarres sangue eu te direi o sitio onde guardei o bago!

E a velhota marchou para o outro mundo sem saber onde estava o dinheiro.

O Manuel Diniz morreu sem nunca ter revelado o esconderijo. Constou certa vez na Atalaia que o *Manuel Cuco Velho*, tinha encontrado muito dinheiro ao pé do *Pinhal de São Luiz*.

Nunca se soube a verdade. Só a velha Francisca é que poderia dar os sinais do púcaro, detalhes que a Dionísia dizia sem rebuço:

– É um púcaro vermelho, sem asa, com quarenta moedas de oiro e prata, dois botões de oiro e um retrato de senhora com muitas pedras à roda...

E se alguém pilhou o pequeno tesouro nunca o disse a comadre sua..."

Julio de Sousa e Costa

D) AS LUTAS LIBERAIS

Terminado o pesadelo que foram as Invasões Francesas, começaram, poucos anos depois, as lutas entre constitucionais e absolutistas que na nossa região culminaram com a Batalha da Asseiceira (16 de Maio de 1834).

Continuando a respigar os escritos de Margarida Picciochi vejamos o que ela nos diz sobre estes acontecimentos na sua obra publicada no *Jornal "Notícias do Entroncamento"* n^os 189 e 190.

"Eis uma descrição do Duque de Bragança, escrita no Rio de Janeiro em 1841:

"O Duque de Terceira chegou no dia 11 de Condeixa, onde comunicou com o tenente-coronel Vasconcelos, e com ele concertou o movimento que queria effectuar para se aproximar de Santarém, e conforme o plano de operações combinado com o General Rodil, foi a cidade de Castelo Branco ocupada no dia 15 pelos Hespanhões e Thomar pelos Portugueses; quasi ao mesmo tempo que o Conde de S. Vicente se apoderava de Ourém, onde fez tresentos prisioneiros. Os Miguelistas, que tinham evacuado Thomar à aproximação das tropas liberais, se retirarão, sempre perseguidos pela cavalaria, até aos planos da Asseiceira, podião dirigir-se para Santarém, ou para Abrantes.

Então o Duque da Terceira propôz ao General Rodil que se dirigisse para esta última villa com as forças do seu comando, e em quanto este executava o movimento que lhe era indicado, pôz-se elle em marcha no dia 16, sahindo de Thomar pela estrada que conduz à Atalaya, havendo observado o inimigo das alturas por cima do lugar d'Asseiceira.

Quando a sua vanguarda chegava perto de Santa Cita encontrou as avançadas do inimigo, que foram repelidas sobre hum grosso da sua força, em quanto a columna avançava, com hum tiroteio que começou immediatamente na frente. Chegando ao baixo da série das alturas sobre a Asseiceira descobriu o Duque da Terceira o inimigo em posição e formando nos cumes e vertentes das ditas alturas.

Então começou o ataque: o Duque formando três columnas das três brigadas da sua divisão, fez marchar huma pela direita, outra pelo centro, e a terceira pela esquerda: mas o inimigo, favorecido pelas vantagens da sua posição, e pelo fogo da sua artilharia resistio teimosamente, e sustentou por muito tempo as sinuosidades do terreno que ocupava, empregando a sua cavalaria, sempre que isso lhe podia ser favorável, ainda que a infantaria do Duque que a repellio sempre com maior denodo, formando-se com prontidão, e conservando toda a firmeza.

A despeito de todas as dificuldades e resistência, as alturas foram tomadas, e o inimigo posto na mais completa debandada, e perseguido por tal forma que fugio decididamente, em todas as direcções e sobre as estradas de Punhete, Barquinha, Torres, Golegan, e por todos os montes e valles intermédios. As columnas liberaes cahindo sobre o inimigo, assim em debandada - e a cavalaria, depois de obriga-los, por huma valente e arrojada carga, ao voltar costas aos seus esquadroens, conseguirão fazer-lhe, além de mortos e feridos, mil e quatrocentos e tantos prisioneiros, inclusos 64 officiaes, apprehendeu-lhe 4 bandeiras e toda a sua artilharia (8 peças), com panelhas, muniçoens e reservas."

Mais adiante, escreve:

"... Todo o reino se vio cuberto de bandos de anarchistas, de ladroens, que a pretexto de chimericas offensas, ou para exigirem indevidas indemnisaçoens de damnos que a maior parte não tinham soffrido, alagarão as povoaçõens de sangue, e reduzirão a systema o roubo e o assassínio! E não havia força que lhes opôr, porque o delírio da vingança, ou da cubiça e a maldade podia mais que os desejos das auctoridades.

Chegou a perversidade a ponto de hirem procurar às estradas os indivíduos do exercito ex-miguelistas para os assassinarem, e sobre tudo para lhes roubarem alguma cousa de precioso."¹

1 In "História da Restauração de Portugal", p. 358.

Lendo-se estas descrições, não era de admirar que se vivesse num clima de medo, de incerteza e de sobressaltos. O País, desmoralizado pelas Invasões Francesas, empobrecido e mal feito, mal podia acreditar que, com esta nova calamidade, passados uns vinte anos, viria, num futuro próximo, a levantar a cabeça, a ter esperanças e a refazer a sua vida normal.

Pela Atalaia passaram, na tarde de 16 de Maio de 1834, fugidos da Asseiceira, soldados derrotados, esfomeados, cansados e aterados com a desforra dos vencedores. Os habitantes desta vila, bons por natureza, sem olhar a partidos políticos e recordando os horrores por que tinham passado com os franceses, quizeram recebê-los, confortá-los, alimentá-los e sarar-lhes as feridas. Mas só lhes podiam dar comida e bebida, porque o medo era tanto que os fugitivos recebiam os mantimentos sem pararem, sempre a fugir, como se tivessem que ganhar uma maratona. E, sempre a correr, lá iam comendo e bebendo.

Também a freguesia não ficou indiferente às lutas políticas que se deram no reinado de D. Maria II, a qual faleceu em 1853. Mas depois dos movimentos por que passou a dominação desta rainha, os Atalaienses não voltaram a interessar-se por lutas partidárias, apesar de terem acompanhado com interesse o movimento republicano em 1908 e 1909".

Os acontecimentos que estamos a tratar também estão relacionados com a Ponte de Pedra. Para tal, basta observarmos o que nos diz F. Sá Chaves, "Capitão do estado maior da cavalaria e major da 4ª brigada" na sua obra "A Batalha da Asseiceira. Memória Historico-Descriptiva" na sua 3ª edição, Lisboa, 1907.

"O CAMPO DA BATALHA

N'uma das chapadas da vertente norte d'esse massiço de alturas que regulam o regimen hydrographico dos rios Nabão, Zêzere e Tejo e das ribeiras de Payalvo (Bezelga) a Seixo, se edifica a aldeola da Asseiceira, de que a estrada Thomar-Atalaya constitue a rua principal, de 500 a 600 metros de extensão e de orientação N.N.E. - S.S.O.

Dominada, por seu turno, pelos cabeços do Barbeiro - 800 m a NO - e pela crista N dos pequenos planaltos do Grou e da Oliveirinha (Serra da Neta) - 500 a 600 metros ao S - a povoação demora e a estrada segue, constituindo um importante desfiladeiro, que é, por

assim dizer, a bicetriz do ângulo formado pela ribeira de Payalvo (Bezelga) e o curso inferior do Nabão. As duas linhas d'água formam como que os fossos naturaes, d'esta posição militar, onde veem reunir-se as estradas:

de Constança, [Constância] (Punhete) pelo Chora Fome;
 da Praia, pelo casal da Ignacia;
 de Tancos, pelo atalho e casal do Grou;
 da Barquinha, pelas Éguas;
 da Golegã, pela Atalaya e Ponte da Pedra;
 e de Torres Novas pela Ponte da Pedra, ou pela Charneca de Cima, Peralva, Arge[a] e Gateiras.

Foi, pois, para a Serra da Neta, que o Guedes de Oliveira arrastou o exército miguelista, mais confiante na força natural da posição, do que na disciplinada energia dos seus soldados”.

Eis, em summa, a descrição das lutas liberais entre os partidários de D. Pedro e de D. Miguel, de que resultou a Batalha da Asseiceira (16 de Maio de 1834) com a consequente derrota das tropas absolutistas.

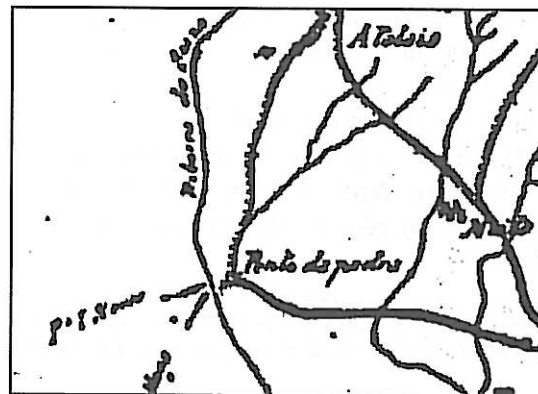
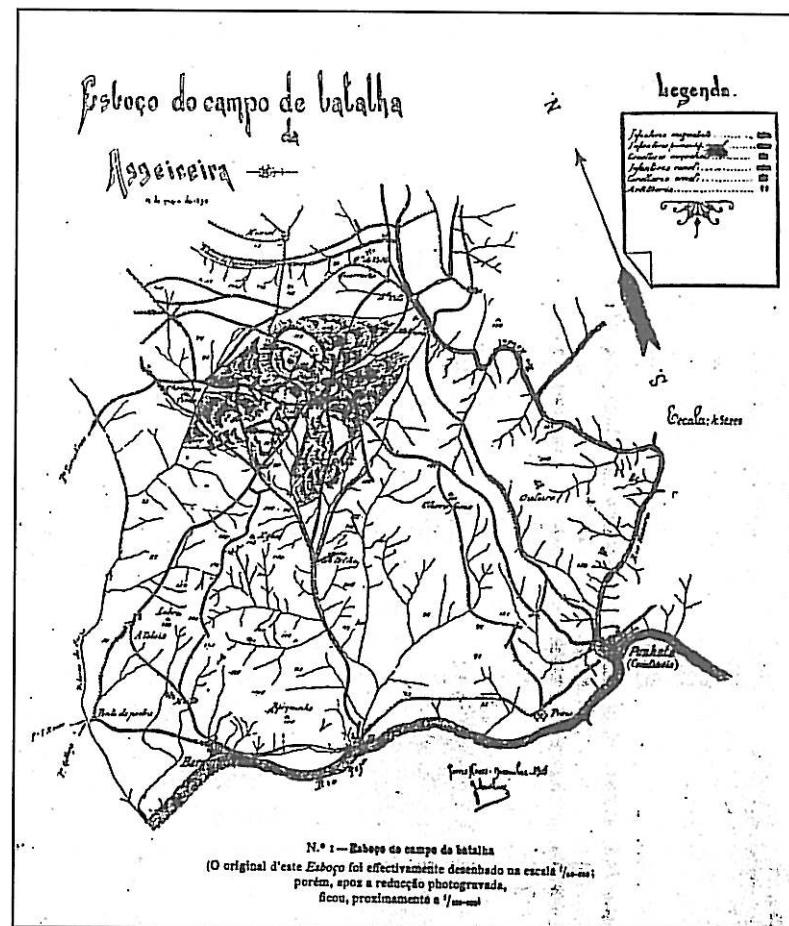
Apresentamos a seguir um mapa incluso no documento atrás referido e onde se pode observar no canto inferior esquerdo a localização da Ponte da Pedra. Esse mapa intitula-se "Esboço do campo de batalha da Asseiceira". Pela Ponte da Pedra passaram os fugitivos da referida batalha, perseguidos pelos vencedores. Para além disto, sabe-se que as tropas liberais estabeleceram o seu Quartel-General na Golegã.

Estas duas afirmações podem-se confirmar pelo relatório militar que fez o Duque da Terceira, comandante das forças liberais e que foi transcrito pelo historiador liberal Soriano na sua "História da Guerra Civil...", tomo VIII, página 680 e seguintes.

Aí se diz que: "Finalmente, (...) o inimigo posto na mais completa debandada, e perseguido por tal forma, que a sua fuga decidida teve lugar em todas as direcções sobre as estradas de Punhete, da Barquinha, de Torres Novas, da Golegã e por todos os montes e valles intermedios.

(...) Deus guarde a V. Ex.^a. - Quartel General na Golegã, 18 de Maio de 1834 - Ex.mo

Sr. Agostinho José Freire
 Duque da Terceira”.



Em cima:
 Esboço do campo de batalha da Asseiceira (1834).

Ao lado:
 Pormenor do mesmo mapa, vendo-se a Ponte da Pedra.

E) 18/12/1874: UM PROCESSO DO LUGAR DA PONTE DA PEDRA NO JUÍZO DE PAZ DE VILA NOVA DA BARQUINHA

No século XIX eram frequentes os chamados *Juízes de Paz*, ou seja juízes eleitos pelo povo que presidiam à etapa primária dos tribunais de 1ª instância nos julgados municipais, julgando casos de pequena relevância: desavenças, cobranças de pequeno valor, etc.

O papel deste tipo de juiz era, como o próprio nome indica, o de tentar conciliar as partes antes do caso seguir para o juiz municipal, ou para o juiz de direito da comarca, onde, aí sim, o caso assumiria proporções mais sérias.

Também no julgado de Vila Nova da Barquinha havia um Juiz de Paz. Em 1874 exercia estas funções o cidadão Manuel Rodrigues Nunes.

O processo que agora vamos analisar é importante para o conhecimento/estudo do lugar conhecido como *Ponte da Pedra*, pois por ele ficamos a saber que, apesar de pequeno, ele possuía uma *loja*, *mercearia* ou *taberna*, como na região se lhes chamava, para abastecimento da população aí residente.

Para termos uma ideia do que se vendia nestas *lojas* vejamos o que nos diz Madalena Lopes¹ ao falar das duas primeiras “lojeças” ou “tabernas” que teve o Entroncamento por volta de 1870:

“As tabernas com bom vinho da região não se fazem esperar. Mas não imaginemos que limitam a isto a sua actividade os senhores taberneiros. Aqui vende-se de tudo, desde o lenço vermelho para o rapé, a vela de cebo, o cachené ou avental garrido, até o cântaro de barro da próxima aldeia de Árgea”.

Mas passemos à análise do referido processo.

João Ferreira da Mata era o “lojista residente á Ponte da Pedra” que confiara a José Rosa, “residente no lugar das Vaginhas”, 11.900\$000 réis provenientes de géneros da sua loja e ainda dinheiro de empréstimo.

¹ in “Entroncamento. O caminho de ferro, factor de povoamento e de urbanização”, p. 41, publicado no “Boletim do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra”, nº 4/5, 1952.

Fac-simile do Processo do Lugar da Ponte da Pedra no Juízo de Paz de Vila Nova da Barquinha: 18/12/1874.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e quatro aos dezto dias do mez de Dezembro nesta Villa Nova da Barquinha e pago de residencia do Cidadão Manuel Rodrigues Nunes Juiz de Paz do Districto deste Juizado, sendo presente o mesmo Juiz comigo Escrivão interino do saido Cargo

o Illustrissimo Senhor Juiz de Paz, João Ferreira da Mata, solteiro, lojista residente á Ponte da Pedra, Freguesia d'Altaia, deste Concelho e Districto, Credor a José Rosa, casado, trabalhador, residente no lugar das Vaginhas fe queza da mesma denominação da quantia de onze mil e novecentos réis provenientes de géneros que lhe confiou de sua loja e dinheiro de empréstimo, até a presente data e porque o Supplicado não tenha pago, nem de ja natural que o faça por meios particulares e amigáveis, pretende chamar a este Juiz de Paz a ver se se quer conciliar sobre a forma de pagamento ou preferir ir para o Juiz contencioso e ahí ser obrigado e condenado. Pede a dita Senhora se signe ordenar se cite a Supplicado para dia e hora certa e receberá Mercê Barquinha, dez nove de Novembro de mil oitocentos setenta e quatro. Progo do Supplicante

Supplicante por não saber escrever, Francisco Manuel Nunes d'Andrade - Cite-se para comparecer na minha residência no dia de sexta-feira dezoito do corrente pelo meio dia. Parquinha quinze de Dezembro de mil oito centos setenta e quatro o Juiz de Paz Manuel Pa. Nunes - Cartório que procurando o Supplicado José Rogas a fim de o citar pelo contheudo no Memorial retto, e constando-me que elle se tinha passado para o Juizado de Torres Novas a fim de evitar a citação, intimei a sua mulher Maria Santa a quem dei hora certa para que avise a seu marido para estar em casa á manhã pelas oito horas da manhã para verificar a citação e quando não esteja, a effectarei na pessoa da intimada ou de qualquer vizinho, de que bem sciente ficou, sendo testemunhas presentes Manuel Pedro, casado, sapateiro, e João Ferreira Assiz, solteiro, maior, creado de servir, moradores neste lugar das Viginhãs que comisso assigno. Lugar das Viginhãs manhã do dia dezoito de Dezembro de mil oito centos setenta e quatro. No impedimento do respectivo. O Escrivão do Juiz Electo Manuel Joaquim Rodrigues. Declaro que a intimada não assignou por não saber escrever, era ut supra. Manuel Pedro = João Ferreira Assiz = Cartório que citou a José Rogas pelo contheudo no Memorial e despacho retto na pessoa de José dos Santos, casado, Pedreiro, porque não obstante em hora certa que tinha deixado a sua mulher Maria Santa, em que lhe declarei para lhe fazer constar, que deve comparecer no dia dezoito do corrente mez pelas doze horas do dia nas casas da residência do Citado Manuel Rodrigues Nunes, Juiz de Paz do Districto deste Juizado no cargo do chafariz da Parquinhas

Parquinhas, pena de revolta, de que bem sciente ficou para lhe fazer constar, e foram testemunhas presentes João Ferreira Assiz, e José da Silva, solteiros, maiores e solteiros, trabalhadores, não assignando o citado nem a ultima testemunha por dizerem que não sabem escrever. Lugar das Viginhãs dezoito de Dezembro de mil oito centos setenta e quatro. João Ferreira Assiz. No impedimento do respectivo. O Escrivão do Juiz Electo Manuel Joaquim Rodrigues. Resolvo a entrelinha que diz casado Pedro Rodrigues. E em nome do Juiz do Juiz de Paz antes a Ponte, e mandando cancelado sem empregar no algium, e no caso em contrario, com que se cancela e em no tempo de quatro dias. E no nome do Juiz do Juiz de Paz equidistantes Ponte, empregando todos os meios possíveis que se puderem e a equidade da justiça, para os lugares cancelados nos factos absolutamente cancelados, e se não vierem em tempo, que se não de bot em no alto, e em que com a tenente presente de Manoel Joaquim Rodrigues, casado, barbeiro e esse anno de Manoel de Chaves, solteiro, emprega todos os meios possíveis para que se não empregar em tempo de quatro dias. E em nome do Juiz do Juiz de Paz Manuel Joaquim Rodrigues, casado, barbeiro e esse anno de Manoel de Chaves, solteiro, emprega todos os meios possíveis para que se não empregar em tempo de quatro dias.



Como José Rosa não lhe pagava “nem seja natural que o faça por meios particulares e amigáveis” pretende o lojista João Ferreira da Mata “chamalo a este Juizo de Paz a ver se se quer conciliar sobre a forma do pagamento ou prefere ir para o Juizo contencioso e ahi ser obrigado e convencido”. Pede por isso ao Juiz de Paz que cite o suplido.

A fim de evitar a citação, José Rosa ausentou-se para o julgado de Torres Novas, pelo que foi intimado na pessoa de sua mulher, Maria Santa, para receber a intimação pessoalmente no dia 18/12/1874, pelas “8 horas da manhã em sua casa”.

Foram testemunhas desta intimação à mulher do devedor, Manuel Pedro, sapateiro, e João Ferreira Assis, “creado de servir”, moradores no lugar das Vaginhas.

Como o intimado não estava em casa no dia e hora aprazados, o escrivão do Juiz de Paz, Manuel Joaquim Rodrigues intimou o devedor, nesse mesmo dia, na pessoa de José dos Santos, pedreiro. Foram testemunhas, deste facto, João Ferreira Assis e José da Silva, trabalhadores, ambos residentes nas Vaginhas. Foi intimado a comparecer no dia 18/12/1874, “pelas 12 horas do dia nas cazas da residência do Juiz de Paz no largo do chafariz da Barquinha”, sob pena de ser julgado à revelia.

Comparecendo credor e devedor, no dia e hora aprazados, em juízo, não conseguiu o Juiz de Paz conciliar as partes por falta de pagamento do devedor, pelo que o caso foi enviado para Juízo Contencioso.

A demanda saldou-se num imposto de selo de 40 réis para o Estado que, a nosso ver, foi pago pelo lojista João Ferreira da Mata, pois, José Rosa parece que “nem dinheiro tinha para mandar cantar um cego”.

Este é um dos muitos documentos, prova de tempos difíceis, que esperam nos arquivos da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha um estudo mais profundo e globalizante, para um melhor conhecimento da nossa região no séc. XIX.

Antes de encerrar este sub-capítulo, quero apresentar uma outra informação obtida numa entrevista intitulada “A História do Entroncamento – Uma entrevista em duas linhas”.¹

¹In “O Entroncamento”, o primeiro jornal, com este nome, que a nossa terra possuiu, nº 2, de 21/12/1930.

Aí, também se refere o nome do já mencionado lojista/taberneiro, João da Mata.

O entrevistado, Abílio César Afonso, pioneiro dos caminhos de ferro no Entroncamento, para onde veio em 1880 (certamente no começo do ano), referindo-se à Ponte da Pedra diz-nos:

“– Já havia a Ponte de Pedra?

– Não, senhor.

Construiu-se em 1880, quando já ao pé existiam duas barracas–tabernas, uma do sr. Figueirêdo, hoje [1930] em ruínas, e outra de João da Mata que desapareceu, mas de célebre memória”.

Aqui encontramos, como vemos, uma outra referência ao lojista da Ponte da Pedra, João Ferreira da Mata.

Em 1880, já o negócio não existia, mas o dono ficara com “célebre memória”, talvez pelos calotes que os clientes lhe pregavam.

De mais a mais, se todos os fregueses fossem como José Rosa mais valia a José da Mata que estivesse quieto pois andava a “trabalhar de graça”.

Quanto à Ponte da Pedra, que estudaremos novamente adiante, no estado actual dos nossos conhecimentos, penso que a pergunta feita deveria ter sido antes a seguinte:

– Ainda havia a Ponte da Pedra?

A resposta negativa está correcta.

A Ponte de 1625 durara mais de 200 anos!

Chegara a idade da reforma. Estava velha, gasta, arruinada, talvez já nem existisse, como se depreende da resposta. Estava na altura de se construir uma nova ponte. É o que analisaremos a seguir.



Casas do Lugar da Ponte da Pedra.

F) A QUINTA DA PONTE DA PEDRA E O ENTRONCAMENTO

Em 1860, o local onde se veio a implantar o Entroncamento era, ainda, quase totalmente ermo. Denominava-se "Charneca da Ponte da Pedra".

Quando, em 22/05/1864, se efectuou aqui o entroncamento de linhas (entre a linha do Leste, de Santarém a Abrantes, e a linha do Norte - do apeadeiro da Ponte da Pedra a Soure) deu-se-lhe o nome de "Entroncamento da Ponte da Pedra" e mais tarde, por abreviatura, simplesmente "Entroncamento".

Foi no séc. XIX, julgo que durante o Fontismo (governo de Fontes Pereira de Melo: 1850/70), que a "Ponte da Pedra" sofreu nova transformação e de pedra passou a ser ferro.

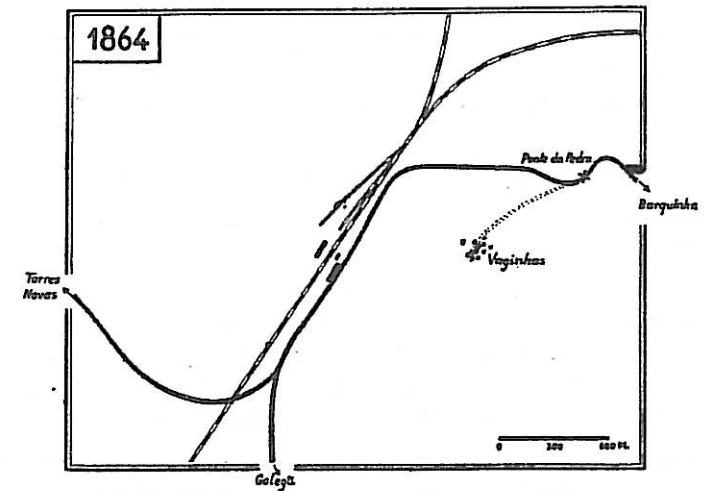
A par dos Caminhos-de-Ferro, o Ministro das Obras Públicas, Fontes Pereira de Melo, desenvolveu as nossas estradas e pontes. Para tal, socorreu-se dos arquitectos franceses que tinham vindo trabalhar nos Caminhos-de-Ferro.

Assim, tal como Gustave Eiffel construiu as pontes "D. Maria Pia" e "D. Luís I" (nas décadas de 1870 e 1880, respectivamente) no Porto e o "Elevador de Sta. Justa" em Lisboa, também ele ou algum dos seus discípulos deve ter sido chamado para fazer uma pequena ponte em ferro forjado sobre a Ribeira da Ponte da Pedra, uma vez que nessa altura a antiga ponte já devia estar muito velha e degradada, inutilizável ou até já, talvez, nem existisse.

Curioso é que, apesar de a ponte de pedra ter deixado de existir, continuou a ter o mesmo nome, pelo qual era conhecida até aí.

A nova ponte, agora em ferro forjado, foi construída em 1880, como se pode observar numa entrevista publicada no jornal "O Entroncamento" (o primeiro jornal, com este nome, que a nossa terra possuiu) de 21/12/1930, nº 2. Aí, no artigo intitulado "A História do Entroncamento - Uma entrevista em duas linhas", se fornece a informação referida, como atrás observámos.

Das relações entre a Ponte da Pedra e a jovem povoação de Entroncamento trataremos já a seguir, não sem antes relatarmos um facto da máxima importância.



1864 – O Entroncamento: Reconstituição hipotética, de harmonia com elementos de informação colhidos (seg. Maria Madalena Lopes, in "Entroncamento. O caminho de ferro, factor de povoamento e de urbanização" – Tese de licenciatura, publicada no "Boletim do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra", 1952.



Extracto da folha nº 20 da Carta de Portugal, de Filipe Folque, escala 1:100 000, edição de 1866, onde assinalámos o lugar de Beijinhos, hoje Varginhas, e o local da Ponte da Pedra.

Quando, em 25 de Agosto de 1926, foi criada a freguesia de Entroncamento, pelo decreto nº 12.192, deram-se-lhe como limites territoriais, a Este e a Nascente, a Ribeira da Ponte da Pedra e a sua ponte. Eis o artigo, do referido decreto, onde tal se diz:

"Art. 2º. Esta freguesia [de Entroncamento] fica pertencendo ao concelho de Vila Nova da Barquinha, comarca da Golegã, e será delimitada da seguinte forma: a este, pela Ribeira da Ponte da Pedra, em toda a extensão actual, a nascente da Ponte, e a partir da mesma Ponte pela estrada distrital nº 127 até ao caminho Vendas-Cardiga; ao sul, pelo mesmo caminho e sua ligação com o caminho para a Meia Via, 200 metros a oeste da linha férrea; a oeste, pelo citado caminho até ao cemitério da Meia Via; ao norte, desde esse ponto em linha recta até ao ponto trigonométrico $\Delta 87$, e desse ponto em linha recta até ao Casal Padre Dinis, seguindo a mesma linha até encontrar a citada Ribeira da Ponte da Pedra".

Voltando às boas relações entre a Quinta da Ponte da Pedra e o Entroncamento, é preciso dizer que foi esta quem ofereceu o terreno onde viria a ser instalado o Jardim-Parque "Dr. José Pereira Caldas", com uma área de 4.000 m², quando em 1934, o Sr. José Duarte Coelho, primeiro Presidente da Junta de Freguesia do Entroncamento, e mais tarde segundo Presidente da Câmara, quis edificar o referido jardim.

Inaugurado em Março de 1935, este espaço de lazer possui um magnífico coreto, tendo por baixo uma bela estufa fria com uma grande aranha no tecto (daí o Jardim-Parque ser vulgarmente conhecido como o "Jardim da Aranha") e um elegante mirante ou miradouro que se debruça sobre o Vale da Ribeira da Ponte da Pedra.

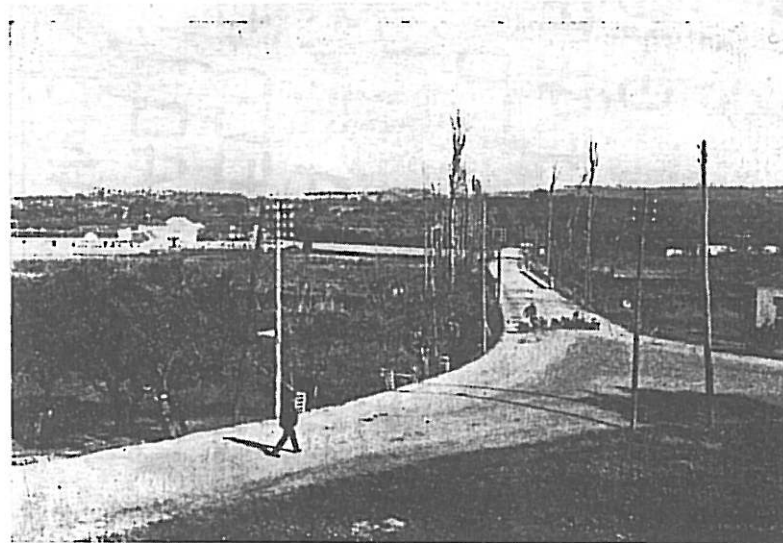
Quando, em 1937, o Patriarcado de Lisboa aqui quis construir uma igreja paroquial, foi a Quinta da Ponte da Pedra quem ofereceu dois enormes talhões de terreno, através da Sr^a. D. Maria Isabel de Mello e Lima Falcão Trigoso, para esse fim, a saber: o primeiro onde se situa hoje a Igreja Paroquial e o seu vasto adro; o segundo onde se situa a casa do Pároco, o Salão Paroquial e o Centro Social Paroquial.

Além do terreno para a construção da Igreja da Sagrada Família, D. Maria Isabel Falcão Trigoso, ofereceu, ainda, a quantia de



ENTRONCAMENTO (Portugal)=Ponte da Pedra.

Ponte da Pedra – anos 30(?)¹

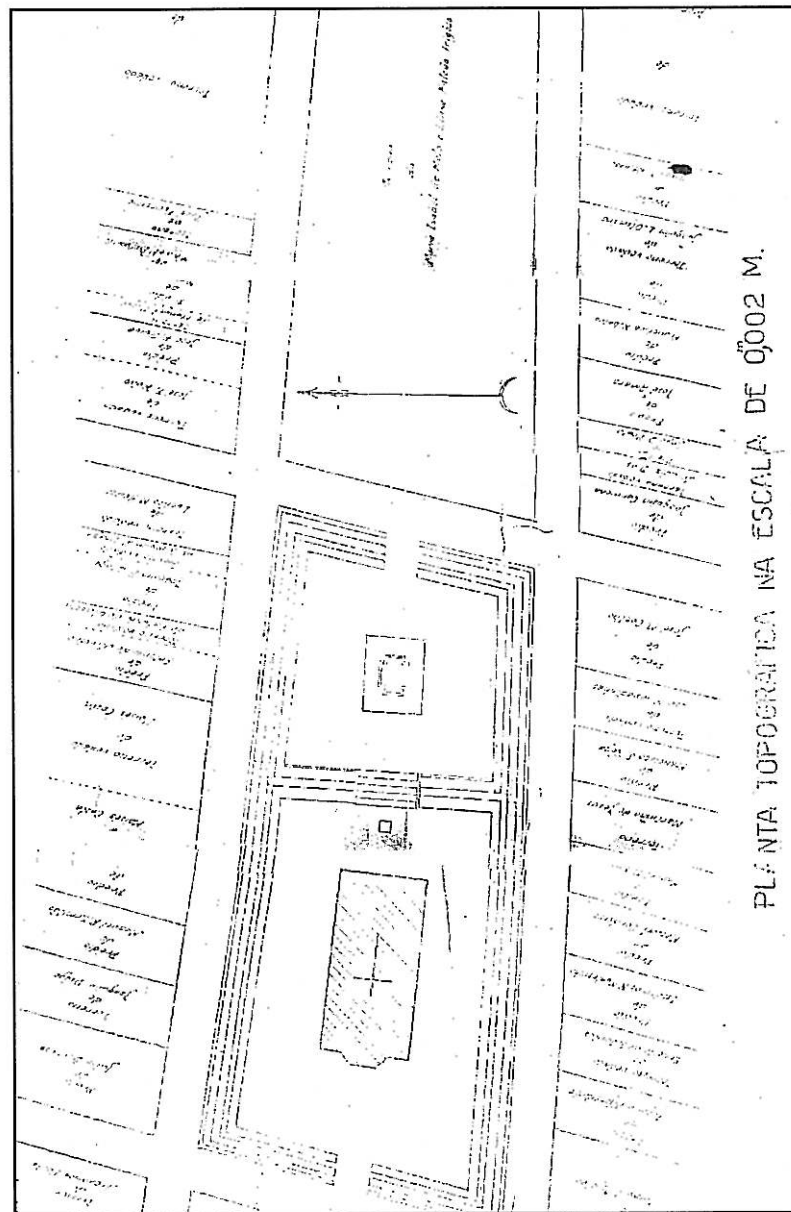


ENTRONCAMENTO – PONTE DA PEDRA

Ponte da Pedra – anos 30²

1 ENTRONCAMENTO (Portugal)=Ponte da Pedra, Entroncamento, Edição de J. Santos.
2 ENTRONCAMENTO - PONTE DA PEDRA, in Revista "Terras de Portugal" (Abril/1933).

PROJECTO DA IGREJA QUE A
CORPORAZÃO FABRIQUEIRA DO
ENTRONCAMENTO PRETENDE
MANDAR CONSTRUIR NUM DOS
TERRENOS DA EX.ª S.ª D. MARIA
ISABEL DE MELO T. L. FALCÃO
TRIGOSO, SITUADO NO ENTRON-
CAMENTO.



Planta da área oferecida por D. Maria Isabel Falcão Trigoso ao Patriarcado de Lisboa, onde a "Comissão Fabriqueira da Construção da Igreja do Entroncamento" construiu a mesma.

15.000\$00 (em 1937), tendo o seu genro, D. António da Cunha (Olhão), feito parte, como secretário, da "Comissão Fabriqueira" que construiu a Igreja.

No campo da acção social, também teve, esta Quinta, um papel muito importante em prol do Entroncamento. Quando o Rev^o. Pe. Martinho Mourão fundou o "Centro de Assistência Social Infantil", em 1945, foi a Quinta da Ponte da Pedra quem lhe forneceu, diariamente, todo o leite que as crianças bebiam, para além da oferta de uma quota mensal em dinheiro. Cabia à Irmã Maria Joana Prudêncio, das *Servas de N. Sr^a de Fátima*, a tarefa de transportar a bilha do leite desde a Quinta até ao Centro.

Julgo não ser necessário fazer mais nenhuma alusão à preciosa ajuda prestada por esta Quinta ao desenvolvimento da nossa cidade e aos laços afectivos que a ela nos unem.

Penso que as palavras do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, proferidas aquando da "Benção e Inauguração" da nossa Igreja Paroquial, são bem representativas de quanto deve o Entroncamento à Quinta da Ponte da Pedra:

"Quero beijar, humildemente, as mãos de todos quantos generosamente contribuíram para a construção desta igreja e, em especial, as dos membros das Casas das Quintas da Cardiga e da Ponte da Pedra".

O Entroncamento não esqueceu a Ponte da Pedra, a sua Quinta e a família proprietária do imóvel, que tantas vezes o ajudou.

Na toponímia ficaram gravados os seus nomes, dos quais destaca: a rua que vai dar à Ponte e que por isso se chama "*Rua Ponte da Pedra*" e a "*Praceta D. António da Cunha*".

Sobre esta família - os Cunha, Marqueses de Olhão - e sobre D. António falaremos no próximo sub-capítulo deste nosso trabalho.



Aspecto da Ponte da Pedra nos anos 70.

A Ponte da Pedra na actualidade.



G) A FAMÍLIA CUNHA

A origem da família Cunha remonta aos inícios da nacionalidade.

A esta família pertenceu Tristão da Cunha, fidalgo da corte de D. Manuel I e de D. João III. Chegou a ser nomeado 1º Vice-Rei da Índia em 1505 mas, por ter cegado de repente, teve de ceder o lugar a D. Francisco de Almeida.

Em 1514, já recuperado, foi enviado como embaixador a Roma. Nessa qualidade chefiou o famoso séquito que foi ao Vaticano homenagear o Papa Leão X. Com ele partiram também para Itália alguns notáveis do seu tempo, entre os quais Diogo Pacheco, João de Faria e Garcia de Resende. A embaixada fez enorme sensação, quer pelo seu fausto, quer pela riqueza dos presentes e o exotismo do séquito, em que ia um elefante da Índia e uma onça caçadora da Pérsia.

Com o tempo, a família Cunha foi adoptando outros apelidos como Albuquerque, Mello, etc.

Por alturas da Restauração distinguiu-se nesta família um tal Jorge de Mello, um dos 40 fidalgos conjurados que planearam e dirigiram a Revolução, que culminaria na Restauração da Independência em 1640. Grande parte das reuniões dos conjurados decorreram no seu palácio de Xabregas. O Príncipe D. João, (futuro D. João VI) atribuiu aos Cunhas o título de Marqueses de Olhão por decreto de 21/12/1808. Foi 1º Marquês de Olhão Francisco de Mello da Cunha de Mendonça e Menezes (26/04/1761 - 07/04/1821). Era filho de Pedro da Cunha Mendonça e Menezes, senhor de Valdigem, e sua mulher, D. Joana Catarina de Mello. Casou com D. Joaquina Teles da Silva, filha segunda dos marqueses de Penalva. Era o 9º monteiro-mor do Reino, conde de Castro Marim, gentil-homem da Câmara da Rainha D. Maria I, governador do Reino de 1808 a 1820 e governador da Torre de Belém.

Foi a este patriota que se ficaram a dever as operações que expulsaram as tropas invasoras de Junot, o general que Napoleão enviou para conquistar Portugal.

Durante muitos anos, o 4º marquês de Olhão, 3º marquês de Valada, 4º conde de Castro Marim e 4º conde de Caparica foi D. Pedro José de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, médico e

professor catedrático (nasceu em Lisboa em 03/06/1898 e faleceu em inícios de 1998). Era filho primogénito dos 3ºs marqueses de Olhão, casou com D. Mariana da Assunção de Albuquerque d'Orey. O 4º marquês usou o título por alvará do Conselho de Nobreza de 11/04/1948. Neste diploma foi-lhe reconhecido o direito aos títulos de marquês de Valada e Conde de Caparica. Nesta ilustre família existe um direito dos varões, e que sempre lhe assistiu, que consiste no uso do título de Dom, embora não tivessem feito o seu uso em várias gerações. As armas dos Marqueses de Olhão são as dos Cunhas (plenas).

Hoje em dia é 5º marquês de Olhão D. José da Cunha Mendonça e Menezes.

Foi desta família que proveio D. António da Cunha para se unir em matrimónio a uma senhora da família Trigoso, proprietária da Quinta da Ponte da Pedra.

D. António do Carmo José da Cunha Mendonça e Menezes (Olhão) nasceu a 10/09/1900, sendo irmão do, já referido, Marquês de Olhão, D. Pedro da Cunha.

Veio a contrair matrimónio com D. Maria Teresa Falcão Trigoso Siqueira da Cunha, proprietária da Quinta da Ponte da Pedra, de quem houve 10 filhos, estando 9 vivos com larga descendência: Pereira Palha, Guedes da Aveleda, Horta Machado e Trigoso da Cunha, Stock da Cunha, Mellos (Sabugosa), Passanhas, Castro da Cunha, etc.

Para além desta filha possuía D. Isabel Falcão Trigoso uma outra filha solteira que se chamava D. Maria da Graça Siqueira.

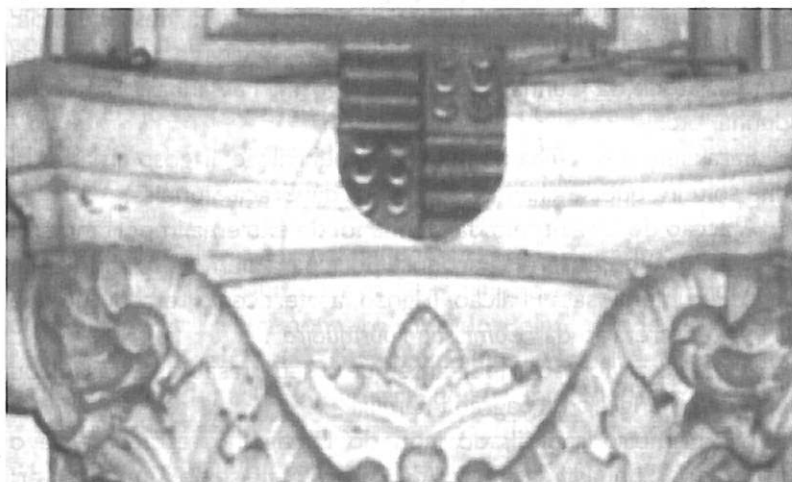
A acção de D. António da Cunha foi de extrema importância na edificação da nossa Igreja Paroquial pois, para além de ter sido a sua sogra, D. Maria Isabel Falcão Trigoso, a oferecer o terreno, foi ele próprio secretário da "Comissão Fabriqueira".

A sua acção foi tão importante que o seu brasão de armas ficou integrado na Igreja da Sagrada Família.

No primeiro capitel, do lado do Evangelho, está patente o brasão dos Cunhas, Marqueses de Olhão. Nele se podem observar: brasão esquartelado, onde o II e o III estão de azul, cada um com seis cunhas de ouro com os gumes para cima. Mostra-se à frente uma fotografia do referido brasão.



Brasão da Família Cunha (Marqueses de Olhão). Esta pedra de armas repete-se nas frontarias da Capela e do Palacete da Quinta da Ponte da Pedra.

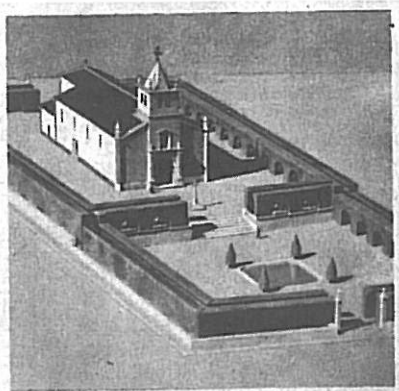


Escudete com o brasão da Família Cunha, existente na Igreja Paroquial da Sagrada Família – Entroncamento – no primeiro capitel do lado esquerdo do templo (lado do Evangelho).

Também a Quinta da Ponte da Pedra não foi esquecida pela nossa igreja paroquial. Para efectuar a Benção e Inauguração da nossa Igreja Matriz, a Comissão Fabriqueira mandou gravar uma lápide que foi colocada na parede por detrás da Capela-Mor, que está hoje integrada na capela mortuária e onde se pode ler:

“BENDITO E LOVVADO SEJA O SANTISSIMO SACRAMENTO DA EVCARISTIA / GLORIA AO PAE E AO FILHO E AO ESPIRITO SANTO / ESTA IGREJA CVJO ESTYLO EVOCA A NOSSA ADMIRAVEL EXPANSÃO / IMPERIAL DO SECVLO XVI FOI DEDICADA AO DIVINO REDENTOR Δ N Δ S Δ / JESVS CHRISTO A SANTISSIMA VIRGEM MARIA PADROEIRA / DE PORTVGAL E AO SÃO JOSE PROTECTOR DOS OPERARIOS FOI / INICIADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1937 E BENZIDA EM 7 DE JVLHO DE / 1940 QUANDO A GLORIOSA E APOSTOLICA PATRIA CELEBRA O / OITAVO CENTENARIO DA FVNDÇÃO PELO REI D. AFONSO I E O / TRICENTENARIO DA RESTAVRAÇÃO PELO REI D. JOÃO IV + / ERGVERAM ESTA CASA DE DEVS COM DONATIVOS TRABALHO E DEDICA / / ÇÃO O ESTADO NOVO SVA EMINÊNCIA O SENHOR CARDIAL PATRIARCA / D. MANUEL II A COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGVESES / AS QVINTAS DA PONTE DA PEDRA E DA CARDIGA E MVITOS OVTROS / GENEROSOS BENFEITORES O ARQVITECTO ANTONIO LINO O / ENGENHEIRO AMERICO MACEDO RVY DE ANDRADE QVE FEZ TODA / A DECORAÇÃO E OS SANTOS O MESTRE CANTEIRO MANVEL / GODINHO O MODELADOR ALIPIO AMORIM O CARPINTEIRO ALFREDO / RODRIGUES E O PEDREIRO JOSE DO CANTO E SEVS OPERARIOS + / PARA PERPECTVA MEMORIA MANDARAM LAVRAR ESTA LAPIDE OS PRI / MEIROS VOGAIS DA CORPORAÇÃO FABRIQUEIRA Δ PADRE MARTINHO / MOVRÃO Δ DOM ANTONIO DA CVNHA Δ LVIS FALCÃO DE SOMMER QUE / IMPLORAM A GRAÇA DE DEVS SOBRE OS BENFEITORES DA SVA IGREJA / CVJA PROTECÇÃO NO DECORRER DOS SECVLOS CONFIAM A DIVINA / PROVIDENCIA E AO POVO DO ENTRONCAMENTO + AMEN +”

Como já referimos, também o terreno para a construção do Jardim-Parque "Dr. José Pereira Caldas" foi oferecido pela Quinta da



Folheto de angariação de fundos para a construção da Igreja da Sagrada Família de Entroncamento (Novembro de 1937).



*Mencionamos afetuosamente
todas as vossas contribuições para
a construção da igreja da Sa-
grada Família - da Sagrada Família
de instante necessidade religio-
sa e patriótica - a qual, se
sancionada, poderá ser
uma em tudo preciosa, com o
seu valor constante.*

+ M. Card. Pacheco

Em cima:
Frontispício do referido
documento

Ao lado:
Última página do folheto
de angariação de fundos,
onde se pode ler o nome de
D. António da Cunha.

num imenso abraço apostólico. Ajudando a levantar a Igreja do Entroncamento ajudareis talvez um pouco, ó católicos, a serem cumpridos os altos desígnios que a Providência porventura reserva à nossa católica Pátria.

Dai com amor a esmola que vos pedimos e ser-vos-á retribuída, com generosidade só possível a Deus, na moda sobrenatural da graça, que tornará menos difícil de alcançar, nesta e na outra vida, a felicidade vossa e das criaturas que vos são queridas.

PELA CORPORAÇÃO FABRIQUEIRA DO ENTRONCAMENTO

O Presidente: *Padre Martinho Gonçalves Mourão*
O Secretário: *D. António da Cunha (Olhão)*
O Tesoureiro: *Luz Falcão de Sommer*

Entroncamento, Novembro de 1937

A correspondência e os donativos, em vales do correio, cheques e outras formas de pagamento, podem ser dirigidos ao Tesoureiro, Quinta da Cardiga-Entroncamento ou Praça do Rio de Janeiro, 27, Lisboa, por cujo telefone 2.1577 serão dadas as informações pedidas nos dias úteis, das 11 às 16 horas.

Com permissão da autoridade eclesiástica

LITO. NACIONAL - PORTO

Ponte da Pedra. Na documentação da altura, a notícia da doação do terreno aparece como tendo sido da autoria da Casa Juncal, propriedade que D. António da Cunha possuía perto de Torres Vedras.

D. António da Cunha faleceu em 29/04/1982. Na pagela mandada fazer, por essa ocasião, pode ler-se: "*Deus encontrou-o pronto porque a sua vida era há muito tempo uma preparação para esta última hora.*"

Desprende-se da vida com a tranquilidade própria d'aqueles que cumpriram o seu dever.

(...) Num acto de imensa gratidão agradecemos ao Senhor o dom de tão modelar pai".

Era muito devoto de Nossa Senhora, rezava o terço todos os dias, e várias vezes de noite durante a sua doença, chamava pela Nossa Senhora dizendo: "*Minha Mãe Santíssima valei-me.*" (...).

Rezava muitas vezes as seguintes jaculatórias: "*Sagrado Coração de Jesus tenho confiança em Vós*", assim como "*Senhor do Calvário abençoai-nos e protegei-nos*".

Hoje em dia administra as várias propriedades, em nome da Família, entre as quais a Quinta da Ponte da Pedra, o filho de D. António da Cunha, D. Sebastião da Cunha.

Ele também superintende a Firma "*Castro e Mello*" que produz, entre outras coisas, vinhos na região do Oeste (Torres Vedras).



Rótulo de vinho.

Produção da Quinta do Juncal, propriedade da Família de D. António da Cunha (Olhão).



O Vale, a Ribeira e a Quinta da Ponte da Pedra, vistos do Mirante do Jardim-Parque "Dr. José Pereira Caldas".



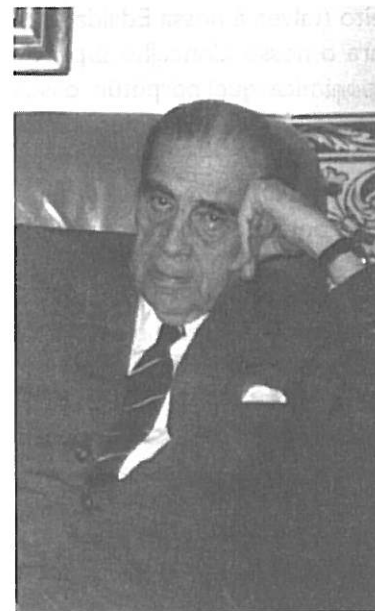
A Ribeira da Ponte da Pedra e o Viaduto do IC3 sobre a mesma.



D.ª Maria Isabel Falcão Trigoso.



D. Sebastião da Cunha.



D. António da Cunha (Olhão).



D.ª Teresa Trigoso Siqueira da Cunha.

CONCLUSÃO

Como conclusão, deste nosso trabalho, podemos dizer que a casa solarenga e a capela da Quinta da Ponte da Pedra – ótimos exemplares do período barroco português – devem ser estudados e preservados no seu ambiente próprio, de modo a serem conservados para que as gerações futuras as possam conhecer e admirar.

Mas, como em tudo na vida, também a Ponte da Pedra possui um senão!

Em 1989, a Junta Autónoma de Estradas alargou a ponte antiga, pois esta era muito estreita para o trânsito de veículos pesados que, já então, se fazia sentir. Até aqui, tudo bem!

O que é pena é que não se tenha gravado o nome da referida Ponte, como hoje é ponto assente nos IPs ICs e afins, uma vez que lá só se gravou o seguinte dístico: “J.A.E. 1989” e espaço não falta nas guardas do tabuleiro da “Ponte da Pedra”.

De igual forma, a “Rua Ponte da Pedra” também não possui placa toponímica, indicativa da mesma.

Aqui fica o alerta a quem de direito (talvez à nossa Edilidade?!): a Ponte da Pedra, tão significativa para o nosso Concelho e para a região, bem merece uma placa toponímica que perpetue o seu nome!

Em jeito de conclusão, podemos resumir este estudo num segundo título: “A Ponte, a Pedra e a Quinta”, e formar com ele a síntese do nosso trabalho – de pedra era a Ponte e a Quinta tomou-lhe o nome...

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

I – Fontes orais

D. Sebastião da Cunha: 63 anos (Quinta da Ponte da Pedra).

Sr Félix Inácio Rodrigues: 72 anos (Feitor na Quinta da Ponte da Pedra há 28 anos).

Sr Armando Rodrigues de Oliveira: 84 anos (Moita do Norte).

II – Fontes Manuscritas

Arquivo da Câmara Municipal de V. N. da Barquinha:

Autos de Conciliação (Juízos de Paz): Processo de 18/12/1874.

Arquivo Distrital de Santarém:

Livros de Registo Paroquial:

Livro nº 2 de Registo Baptismal da Paróquia de Atalaia (V. N. Barquinha): 1647-1741.

Arquivos Nacionais / Torres do Tombo (Lisboa):

“*Dicionário Geográfico Manuscrito (Séc. XVIII)*”. Também conhecido por “*Memórias Paroquiais*” ou “*Inquéritos Paroquiais*”, compilados pelo Pe. Luís Cardoso; Vol. 5, Fól. 730; “*Inquérito Paroquial de 1758 [nº30] - Respostas do Pároco de Atalaia*”; Vol. 17, páginas 325 a 331; nº 61 - “*Respostas do Pároco de Golegã*”.

Núcleo Antigo nº 293; “*Povoação da Estremadura no XVI. seculo*”.

Ordem de Cristo:

Conventos de Tomar; Maço nº 30, doc. nº 5 (“*Ponte da Cardiga*”); doc. nº 17 (“*Verbas tiradas do Tombo (...) da Comenda da Vigairaria e da Cardiga*”); doc. s/nº (“*Tombo da Comenda da Cardiga*”).

Arquivo Pessoal de Luís Batista:

Folheto de Angariação de Fundos para a Construção da Igreja da Sagrada Família de Entroncamento, (Novembro de 1937).

Arquivo da Quinta da Cardiga:

Cópia do "Primeiro Mappa Topographico dos Campos da Cardiga, Almoural e Martintina", feito em 18 de Junho de 1874. O original, cujo paradeiro se desconhece, foi feito em Dezembro de 1783.

Arquivo do Serviço Geográfico e Cadastral do Exército:

Carta Geológica de Portugal, 1:50,000. Folha 27-D.

Carta Militar de Portugal, 1:25,000. Folha 330.

Carta de Portugal de Filipe Folque, 1866.

Mapa da Província da Estremadura, 1762.

Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral:

Carta Militar das Principais Estradas de Portugal, 1808.

III – Fontes Impressas

CHAVES, (F. Sá) – "Batalha da Asseiceira – Memoria Historico-Descriptiva", 3ª Edição, Lisboa, 1907.

COSTA, (Pe. António Carvalho da) – "Corografia Portugueza e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal, com noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares que contem: Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e comercial, outras curiosas observaçoens", Tomos II e III, 2ª ed., Braga, 1868-69 (1ª ed., Lisboa, 1706-08-12).

"Diário do Governo": nº 187 (25-08-1926) – 1ª Série.

PEREIRA, (Isaías da Rosa) – "Visitas Paroquiais na Região de Torres Novas (Séc XVII-XVIII)". Edição dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Torres Novas, 1992.

"POVOAÇÃO DA ESTREMADURA NO XVI SÉCULO"; Edição de A. Braamcamp Freire, in "Archivo Historico Portuguez", Vol. VI; nº 7, Lisboa, Julho de 1908.

VITERBO, (Frei Joaquim de Santa Rosa de) – "Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram". Tomo II. Edição Crítica de Mário Fiúza, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, s/ data.

B) ESTUDOS

I - Livros

ALARCÃO (Jorge de) – "Domínio Romano em Portugal (O)", Col. Fórum da História nº1, Publicações Europa-América, Lisboa, 1988.

ALARCÃO (Jorge) – "Portugal Romano", IV Edição Revista, 33º Vol. da Colecção História Mundi, Editorial Verbo, 1987.

BATATA (Carlos) e GASPAR (Filomena) – "Um Troço de Estrada Romana Inédito", in Boletim da Câmara Municipal de Tomar, nº 16, Março, 1992.

BICHO (Joaquim R.) – "Património Artístico do Concelho de Torres Novas", Câmara Municipal de Torres Novas, 1987.

GIL (Carlos) e RODRIGUES (João) – "Pelos Caminhos de Santiago. Itinerários Portugueses para Compostela", Publicações Dom Quixote/ Círculo de Leitores, 1ª ed., Junho, 1990.

GONÇALVES (Artur) – "Mosaico Torrejano, Miscelânea de Retalhos do Passado e do Presente de Tórres Novas para Memoração no Futuro"; Companhia Editora do Minho, 1936.

GONÇALVES (Artur) – “TÔRRES NOVAS. Subsídios para a sua História”; Câmara Municipal de Torres Novas; 1ª ed., 1935.

GUIMARÃES (Vieira) – “Thomar-Sta. Iria”, 1927.

LEAL (Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho) – “Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitânia de que apenas restam vestigios ou sómente a tradição”, Vol. III, Lisboa, 1874.

OLIVEIRA (Pe. Miguel de) – “História Eclesiástica de Portugal”, Edição Revista e Actualizada, Col. Biblioteca da História, Publicações Europa-América, 1994.

PEREIRA (Esteves) e RODRIGUES (Guilherme) – “Dicionário de Portugal”, Lisboa, 1907.

PICCIOCHI (Margarida) – “ATA-LAÂ – ATALAYA – ATALAIA”, in Jornal “Notícias do Entroncamento”, nºs 176 a 197; publicado em 1987.

PONTE (Salette da) – “Cidade (A): memórias e sobrevivências históricas”, in Boletim da Câmara Municipal de Tomar, nº 18, Março de 1993.

PONTE (Salette da) – “Sellium - Tomar Romana”, Tomar, 1989.

ROSA (Amorim) – “De Tomar” - “A Vila da Asseiceira e o seu termo” (21-12-1969).

SÁA (Mário de) – “Grandes Vias da Lusitânia (As)”, Tomos IV e V, 1963.

SERRÃO (Joaquim Veríssimo) – “História de Portugal”, Vol. I, Verbo, 1977.

VERBO (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura) – Artigos consultados: Cunha; Finta; Juncal; Olhão (Marqueses de); Trigo. Vol.s VI, VIII, XI, XIV e XVIII.

2 - Revistas:

BANDEIRA DE TÓRO – “O Distrito de Santarém: Concelhos da Barquinha, Constância e Golegã”; Separata do Jornal Ilustrado “A Hora”, Outubro de 1938.

LOPES, (Maria Madalena) – “Entroncamento: O caminho de ferro, factor de povoamento e urbanização”, in “Boletim do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra”, nºs 4/5, 1952.

“Nomes de Portugal – História e Genealogia”, Col. Jornal “O Independente”, nºs 12 e 13 (1998).

“Nova Augusta”, nºs 5 (1991) e 9 (1995).

“Terras de Portugal”, ano IX, nº 45, Abril de 1933; Director - Gomes Barbosa. Número totalmente dedicado ao Entroncamento.

3 - Jornais

“Entroncamento (O)”, Publicação Quinzenal Regionalista (o primeiro jornal com este nome, fundado em 1930): nº2 (21-12-1930); nº 6 (15-02-1931); nº 8 (15-03-1931).

“Entroncamento (O)”, Quinzenário Regionalista (fundado em 24-11-1946): nº 397 (21-11-1963).

“Independente (O)”, ano VII, nº 340 (18-11-1994).

“Notícias do Entroncamento”, Semanário Regional (fundado em 1984): nºs 187, 188, 375 e 758.

“Novo Almoural”, Mensário: nº 29 (Agosto de 1998).

“Serões de Tancos – Periódico Literário e Recreativo” (1926-27); composto e impresso na tipografia da Escola de Aplicação de Engenharia do Polígono de Tancos (13 números publicados); número consultado: nº 10, Julho, 1926.

NOTA FINAL

Neste momento, em que finalizamos o nosso trabalho, queríamos fazer os seguintes agradecimentos:

– Ao Sr D. Sebastião da Cunha, um dos proprietários e representante da Quinta da Ponte da Pedra, pela sua amabilidade em ceder algumas fotografias da sua família e pela preciosa ajuda na elaboração da genealogia da Família Trigoso.

– Ao Sr. Félix Inácio Rodrigues, e sua esposa D. Gertrudes Egípto Pedro, pelas suas preciosas informações e pela paciência em me atender sempre que solicitados.

– Ao Sr Walter Reis, pela cedência do seu quadro para a capa deste livro. Agradeço-lhe, ainda, o empréstimo de um outro quadro sobre o *Bonito*, que, infelizmente, por falta de enquadramento, não vai aqui publicado.

– Ao Sr. José António de Carvalho, que me deu as primeiras informações sobre a Quinta da Ponte da Pedra.

– À Irmã Maria Joana Prudêncio, pelas informações cedidas.

– Ao Sr. J. Chicharo e ao jornal “*Notícias do Entroncamento*”, pela cedência da fotografia da actual “*Fonte do Castelhana*”.

– Ao Dr. Júlio Pereira, pelas suas informações, cedência de bibliografia e pelo empréstimo das fotografias da página 12.

– Ao arquitecto/professor Dr. Acácio Horta da Luz, pela anuência ao meu convite para publicação, neste livro, do seu texto sobre as “*Estradas do Séc. XVIII na região do Entroncamento*”, que muito vem enriquecer o meu estudo.

– Ao Dr. Carlos Barbosa Ferreira, pelas suas informações, empréstimo de livros e por me ter levado a conhecer o marco antigo da estrada Cardiga-Pedregoso-Barquinha e a estrada romana do “*Bom Amor*”.

– À Prof. Doutora Adília Alarcão e ao Prof. Doutor Jorge de Alarcão, pela sua amabilidade e por me terem encaminhado para o Prof. Doutor Vasco Gil Mantas.

– Ao Prof. Doutor Vasco Gil da Cruz Soares Mantas., autor da tese de doutoramento intitulada “*A Rede Viária Romana da Faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*” (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996), pela sua simpatia e ajuda na melhor compreensão das estradas romanas entre *Scallabis* e *Sellium*.

– À Sr.^a D. Lurdes Batista, pela amabilidade que teve em enviar-me parte da tese de doutoramento, atrás referida.

– Ao Sr. Osvaldo Lucas, pela sua capacidade de trabalho e pelo seu profissionalismo na feitura deste livro.

– Ao meus irmãos:

Joaquim José Preto Baptista, pela feitura da maior parte das fotografias apresentadas neste livro, e

Teófilo Dinis Baptista Preto Pereira, pela sua ajuda sempre pronta.

– Por último, mas não menos importante, agradeço à minha colega e amiga Dr.^a Maria Manuela Assunção Neves Poitout, os muitos esclarecimentos prestados, e o empréstimo de muita documentação. Agradeço-lhe, ainda, a imprescindível ajuda prestada no que se refere à leitura, verificação e correcção do texto final.

A todos o meu Bem Haja

Novembro de 1998

ÍNDICE FOTOGRÁFICO

Material lítico.....	12
Local de prospecção.....	15
Campo arqueológico.....	16
Calçada.....	24
Pedra cilíndrica.....	25
<i>Cardiga Camping</i>	36
"Fonte Velha".....	49
Actual "Fonte do Castelhana".....	50
Marcos.....	58
Frontaria da Capela.....	60
Pormenor do Retábulo.....	60
Retábulo barroco.....	63
S. João Baptista.....	64
Sta. Catarina.....	66
Santo desconhecido.....	66
Pia de água benta.....	68
Arcaz/Cómoda.....	68
Palacete.....	70
Fachada do Palacete.....	71
Brasão da Família Trigoso.....	74
Retirada da 1ª Invasão francesa.....	78
A Ponte da Pedra (anos 70).....	109
A Ponte da Pedra (actualidade).....	109
Brasão da Família Cunha (no Palácio).....	112
Brasão da Família Cunha (na Igreja).....	112
Rótulo de Vinho.....	115
Vista geral da Ponte da Pedra.....	116
A Ribeira e o Viaduto da Ponte da Pedra.....	116
Fotos da Família Cunha.....	117

ÍNDICE DOCUMENTAL

Primeira Petição do D. Prior.....	40
Cartas de Filipe III.....	41
Segunda Petição do D. Prior.....	42
Relatório do Corregedor.....	43
Primeiro Registo Baptismal.....	44
<i>Fac-simile</i> da Revista "Terras de Portugal".....	80
As guerrilhas, por Roque Gameiro.....	86
A Batalha do Buçaco.....	86
Postais antigos de Torres Novas.....	88
<i>Fac-simile</i> do Processo do Juiz de Paz.....	97 a 99
Casas do Lugar da Ponte da Pedra.....	101
Postais antigos da Ponte da Pedra.....	105
Pormenor do projecto da Igreja.....	106
<i>Fac-simile</i> de Folheto de Angariação de Fundos.....	114

MAPAS

Portugal Romano (mapa adaptado).....	20
Carta Itinerária ao Sul do Tejo.....	29
Pormenor do primeiro mapa topográfico(<i>Cardiga</i>).....	33
Pormenor de mapa (1762).....	55
Mapa da Província da Estremadura (1762).....	56
Carta Militar (1808).....	57
Pormenor da Carta Militar (1808).....	58
Mapa das Invasões Francesas.....	85
Campo de Batalha da Asseiceira e Pormenor.....	95
1864 - O Entroncamento.....	103
Carta de Portugal (1866).....	103

ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	5
Prefácio	7
Introdução.....	9
1 - O Local	
A) Na Pré-História.....	11
B) A Estrada Romana.....	17
C) A Ribeira da Atalaia.....	32
2 - A Ponte da Pedra	
A) Sua Construção.....	35
B) A Toponímia: A Ponte, a Ribeira e o Vale	39
C) Os Registos Paroquiais.....	44
Estradas do Século XVIII na Região do Entroncamento	51
3 - A Capela e a Quinta	
A) A Visitação de 1760	59
B) A Família Trigoso	69
C) As Invasões Francesas.....	77
D) As Lutas Liberais.....	91
E) 18/12/1874: Um processo do Lugar da Ponte da Pedra no Juízo de Paz de Vila Nova da Barquinha.....	96
F) A Quinta da Ponte da Pedra e o Entroncamento	102
G) A Família Cunha.....	110
Conclusão	118
Bibliografia.....	119
Nota Final.....	124
Índice Fotográfico	126
Índice Documental.....	127
Mapas	127
Índice Geral.....	128